



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE BIOLOGIA – IB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E INCLUSÃO – PGCTIn

ADRIANA LOPES DO ESPÍRITO SANTO

**TRADUÇÃO DE TEXTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA LÍNGUA
BRASILEIRA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO INSTITUTO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES): DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NO PERÍODO PANDÊMICO BRASILEIRO**

ORIENTADORA: ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO



ADRIANA LOPES DO ESPÍRITO SANTO

**TRADUÇÃO DE TEXTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA LÍNGUA
BRASILEIRA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO INSTITUTO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES): DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NO PERÍODO PANDÊMICO BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão – PGCTIn, da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências, Tecnologias e Inclusão.

Orientação: Profa. Dra. Ana Regina e Souza Campello

NITERÓI

2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCV
Gerada com informações fornecidas pelo autor

E77t Espirito Santo, Adriana Lopes do
 Tradução de textos de Língua Portuguesa para Língua
 Brasileira de Sinais na Educação Superior no Instituto
 Nacional de Educação de Surdos: : desafios e possibilidades
 no período pandêmico Brasileiro / Adriana Lopes do Espirito
 Santo. - 2025.
 176 f.: il.

 Orientador: Ana Regina e Souza Campello.
 Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto
 de Biologia, Niterói, 2025.

 1. Estudos da tradução. 2. Tradução no Nível Superior.
 3. Ensino Remoto. 4. Formação dos Tradutores e Intérpretes
 de Libras. 5. Produção intelectual. I. Campello, Ana Regina
 e Souza, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.
 Instituto de Biologia. III. Título.

CDD - XXX

ADRIANA LOPES DO ESPÍRITO SANTO

**TRADUÇÃO DE TEXTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA LÍNGUA
BRASILEIRA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO INSTITUTO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES): DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NO PERÍODO PANDÊMICO BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão – PGCTIn, da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor(a) em Ciências, Tecnologias e Inclusão.

BANCA EXAMINADORA

**Profa. Dra. ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO – PGCTIn / UFF
(Orientador(a)/Presidente)**

Profa. Dra. EDICLEA MASCARENHAS FERNANDES – PGCTIn / UFF

Profa. Dra. PAULA ABREU - PGCTIn / UFF

Profa. Dra. HELOISE GRIPP DINIZ – DLL/UFRJ

Profa. Dra. OSILENE MARIA DE SÁ E SILVA DA CRUZ – PGCTIn / UFF

Prof. LUIZ ANTÔNIO BOTELHO ANDRADE – PGCTIn / UFF (Membro suplente)

Profa. SUZETE ARAUJO OLIVEIRA GOMES - PGCTIn / UFF (Membro suplente)



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE BIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E INCLUSÃO – PGCTIn

47ª Ata Defesa de Tese de Doutorado

No dia dezoito de dezembro de 2025, às 09h reuniu-se para a defesa de tese de **ADRIANA LOPES DO ESPIRITO SANTO**, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Regina e Souza Campello (PGCTIn / UFF) e a Comissão Examinadora os membros titulares: Edicleia Mascarenhas Fernandes (PGCTIn / UFF), Heloise Gripp Diniz (DLL / UFRJ), Paula Abreu (PGCTIn / UFF), Rosana Maria do Prado Luz Meireles (CMPDI / UFF) e Osilene Maria De Sá e Silva da Cruz (PGCTIn / UFF), e membros suplentes: Suzete Araujo Oliveira Gomes (PGCTIn / UFF) e revisora textual Osilene Maria De Sá e Silva da Cruz (PGCTIn / UFF), sob o Título: **“TRADUÇÃO DE TEXTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR NO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES): DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PERÍODO PANDÊMICO BRASILEIRO”**, requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências, Tecnologias e Inclusão, área de concentração em Ensino. Em sessão aberta a candidata teve a oportunidade de expor o trabalho, e uma vez encerrada a apresentação, a Presidente da Banca iniciou os trabalhos de arguição de forma virtual. Após arguição oral da candidata e deliberação, a banca decidiu pela: **APROVAÇÃO** com nota: **10,0 (dez virgula zero)**

☒ Aprovação com entrega do documento corrigido no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco dias) dias.

☐ Aprovação com restrições condicionada ao atendimento das exigências e sugestões da banca (vide anexo) com entrega do documento corrigido no prazo máximo de _____ dias.

☐ Reprovação. Nos termos do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação desta Universidade foi lavrada a presente ata, lida e julgada conforme, vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

	DOCENTES Membros Titulares	ASSINATURA
1º Membro (presidente)	ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO PGCTIn / UFF	Documento assinado digitalmente  ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO Data: 16/01/2026 08:55:25-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
2º Membro (Interno)	EDICLEIA MASCARENHAS FERNANDES PGCTIn / UFF	Documento assinado digitalmente  EDICLEIA MASCARENHAS FERNANDES Data: 05/01/2026 07:10:11-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

3º Membro (Interno)	PAULA ABREU PGCTIn / UFFPGCTIn / UFF	 Documento assinado digitalmente PAULA ALVAREZ ABREU Data: 30/12/2025 23:57:58-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
4º Membro (Externo)	HELOISE GRIPP DINIZ DLL / UFRJ	 Documento assinado digitalmente HELOISE GRIPP DINIZ Data: 26/12/2025 15:16:14-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
5º Membro (Externo)	ROSANA MARIA DO PRADO LUZ MEIRELES CMPDI / UFF	 Documento assinado digitalmente ROSANA MARIA DO PRADO LUZ MEIRELES Data: 15/01/2026 17:46:09-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
6º Membro (Interno)	OSILENE MARIA DE SÁ E SILVA DA CRUZ PGCTIn / UFF	 Documento assinado digitalmente OSILENE MARIA DE SA E SILVA DA CRUZ Data: 29/12/2025 20:44:38-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
	DOCENTES Membros Suplentes	
1º Membro Suplente do PGCTIn / UFF	SUZETE ARAUJO OLIVEIRA GOMES PGCTIn / UFF	 Documento assinado digitalmente SUZETE ARAUJO OLIVEIRA GOMES Data: 12/01/2026 11:00:08-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
2º Membro e Revisora do PGCTIn / UFF	OSILENE MARIA DE SÁ E SILVA DA CRUZ PGCTIn / UFF	 Documento assinado digitalmente OSILENE MARIA DE SA E SILVA DA CRUZ Data: 29/12/2025 20:42:03-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese aos meus filhos, Gustavo e Gabriel.

Vocês são minha inspiração diária, minha motivação para enfrentar desafios e minha razão para acreditar no futuro. Que este trabalho sirva como exemplo de perseverança, amor e dedicação, e que cada conquista de vocês seja sempre celebrada com orgulho e alegria.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de vida, força e sabedoria, que me concedeu saúde, disposição e serenidade para enfrentar cada desafio ao longo destes quatro anos de dedicação intensa. Sem sua presença constante, não teria sido possível concluir esta trajetória acadêmica com empenho e perseverança.

Aos meus filhos, Gustavo e Gabriel, expresso minha mais profunda gratidão. Vocês são minha inspiração diária e a razão de meu esforço. Cada conquista desta jornada carrega o reflexo do amor e da alegria que vocês trazem à minha vida.

À minha família, meu sincero reconhecimento pelo apoio constante, incentivo e compreensão durante toda a realização desta pesquisa. Em especial, agradeço à minha mãe, que tantas vezes renunciou a seu tempo e de suas rotinas para cuidar de meus filhos, permitindo que eu pudesse me dedicar aos estudos, à escrita desta tese e ao cumprimento das disciplinas. Sua generosidade e dedicação foram fundamentais para que eu pudesse seguir com foco e determinação.

Aos meus pais, deixo minha eterna gratidão por serem a motivação que me conduziu à área da Educação de Surdos. Por serem Surdos, me mostraram a importância da Libras para o acesso pleno aos espaços da sociedade, inspirando-me a trilhar este caminho e aprendizado, pesquisa e contribuição para a inclusão e valorização da comunidade surda.

À minha orientadora, Ana Regina, deixo minha mais profunda admiração e agradecimento. Sua experiência, dedicação e referência na área foram faróis que guiaram meu percurso. Suas orientações precisas, paciência e os estudos que compartilhou enriqueceram significativamente esta pesquisa, tornando-a mais consistente, profunda e relevante.

Agradeço também aos amigos, colegas e professores que, direta ou indiretamente, compartilharam conhecimento, ofereceram palavras de incentivo ou colaboraram para a realização desta tese. Cada gesto de apoio foi significativo e contribuiu para que eu superasse os momentos de dificuldade.

A todos que, de alguma forma, estiveram ao meu lado nesta caminhada, deixo minha gratidão sincera. Este trabalho é fruto da dedicação coletiva de muitos corações, mentes e mãos que acreditaram na importância da Educação de Surdos e na construção de uma sociedade mais inclusiva.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	22
2. JUSTIFICATIVA.....	25
3.OBJETIVOS	28
3.1 Objetivo Geral.....	28
3.2 Objetivos Específicos	28
4 REFERENCIAL TEÓRICO	28
4.1. Explorando a História e a Evolução da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	29
4.2. Estudos Culturais e Estudos Surdos, Experiência Visual e Língua de Sinais das Pessoas Surdas	35
4.3. Discussão sobre o Ensino Superior para Surdos no Brasil	38
4.4 Formação do Tradutor e Intérprete de Libras para o Ensino Superior: desafios, avanços e lacunas	43
4.5 Espaços de Atuação do Tradutor e Intérprete de Libras (TILS)	47
4.6 Desafios na acessibilidade linguística de alunos Surdos ao Ensino Superior durante a pandemia da COVID-19	50
4.7 Tradução e Interpretação em Libras: Diferenças Conceituais, Operacionais e Cognitivas .	53
4.7.1. Introdução aos Estudos da Tradução	58
4.7.2. A Tipologia Clássica de Jakobson: Modalidades da Tradução e seus Desdobramentos"	59
4.7.3. Abordagem das técnicas e métodos de tradução de textos de Língua Portuguesa para Libras.....	62
4.7.3.1. Tradução Intermodal, Intersemiótica E Interlinguística De Textos Escritos Em Português Para A Libras	65
4.8. Organização do DESU dentro do Instituto Nacional de Educação de Surdos	67
4.8.1. Organização dos intérpretes	70
4.8.2. Estratégias e Etapas no Processo de Tradução de Textos de Português para Libras no DESU: Análise de Fluxos e Práticas no Contexto Educacional antes da Pandemia.....	72
4.8.3 Etapas da Tradução na UFRJ.....	75
4.8.4. A Tradução de Materiais Audiovisuais para Libras no DESU: Práticas Antes da Pandemia	81
5. INTERSECÇÕES ENTRE O CAMPO DE TRABALHO E O CAMPO DE PESQUISA:	87
5.1. Tradução no Ensino Superior do INES Durante a Pandemia: Desafios e Estratégias	87
6. METODOLOGIA.....	93
6.1. PARTICIPANTES DA PESQUISA E CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DO CORPUS	95
6.1.1. Intérpretes	95
6.1.2. Discentes.....	97
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES	100
7.1. Categorias Emergentes da Análise de Conteúdo das Entrevistas com Intérpretes	100
7.2. Categorias Emergentes da Análise de Conteúdo do Questionário com Discentes: Percepções de Alunos Surdos no Período da Pandemia	111
7.3. Análise dos Vídeos Traduzidos.....	117
7.3.1. Análise Técnica dos Vídeos com Base nas Normas de Acessibilidade em Libras	123
7.3.1.1. Guia Orientador –MinC (2015).....	123
7.3.1.2. Nota Técnica FEBRAPILS (2017) e NBR 15.290 (ABNT)	126

7.3.1.3. Análise Técnica e Evolução da Produção de Vídeos Acessíveis em Libras no DESU Durante a Pandemia.....	128
7.3.2. Análise das Traduções Audiovisuais Intermodais do DESU para Estudantes Surdos Durante a Pandemia.....	138
7.4. Planejamento tradutório e estratégias de organização textual.....	146
7.5. Comparativo do Processo de Tradução no DESU — Antes e Durante a Pandemia	151
8 Síntese Interpretativa dos Resultados: Construindo uma Teoria sobre a Consciência e Competência dos Intérpretes de Libras.....	154
9. Considerações Finais	155
10. Referências	158
APÊNDICE 1 PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO PARA INTÉRPRETES	165
APÊNDICE 2 – PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO PARA DISCENTES.....	169
APÊNDICE III -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INFORMAÇÕES AOS PARTICIPANTES	171
APÊNDICE IV -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INFORMAÇÕES AOS PARTICIPANTES – alunos	174

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ASL – American Sign Language
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET/GO – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
CEFET/MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET/RN – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEP Humanas – Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística da UFF
CNE/CP – Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Profissional
CNS – Conselho Nacional de Saúde
COVID-19 – Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2
DOU – Diário Oficial da União
DDHCT – Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico
DEBASI – Departamento de Educação Básica
DEPA – Departamento de Administração
DESU – Departamento de Ensino Superior
EaD / EAD – Educação a Distância
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ET – Estudos da Tradução
EI – Estudos da Interpretação
ETILS – Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais
FEBRAPILS – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais
FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
L1 – Primeira língua do estudante Surdo (L1)
L2 – Segunda língua do estudante Surdo (Língua Portuguesa)
Lattes – Plataforma Lattes (Currículo Lattes)
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras – Língua Brasileira de Sinais
MEC – Ministério da Educação
MinC – Ministério da Cultura
ONU – Organização das Nações Unidas
OMS – Organização Mundial da Saúde
PROLIBRAS – Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa
SARS-CoV-2 – Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2
SG – Síndrome Gripal
SIM CARD – Subscriber Identity Module Card
TAV – Tradução Audiovisual Intermodal
TILSP / TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais – Língua Portuguesa
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFC – Universidade Federal do Ceará
UNB – Universidade de Brasília
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UEPA – Universidade Estadual do Pará
ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Propaganda Eleitoral com janela de Intérprete de Libras	49
Figura 2 - Quadro dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Língua de Sinais ..	54
Figura 3 - Estúdio de Gravação do DESU presencial	83
Figura 4 - Estúdio de gravação do DESU Ead	84
Figura 5 - Estúdio de Gravação do Departamento de Desenvolvimento Tecnológico e Científico - DDHCT	84
Figura 6 - Organograma com as etapas de Tradução do DESU	86
Figura 7 - Portaria publicada pela Direção do INES na pandemia	88
Figura 8 - Instrução Normativa	89
Figura 9 - Material de apoio Tecnológico Distribuído para Intérpretes do DESU	90
Figura 10 - Vídeo em Libras para Discentes Surdos explicando sobre a pesquisa	98
Figura 11- Imagem do Formulário Google enviado para Discentes com as perguntas em Língua Portuguesa e vídeo com tradução em Libras	98
Figura 12 - Posicionamento do intérprete e recursos necessários	124
Figura 13 – Vídeo 1 - Print da tela do vídeo extraído do Canal Coadá	129
Figura 14 – Vídeo 2: Print da tela do vídeo extraído do Canal Coadá - Informativo com número de Telefone e de Chips	130
Figura 15 – Vídeo 3 - Print da tela do vídeo extraído do Canal Coadá - Vídeo sem título	131
Figura 16 – Vídeo 4: Print da tela do vídeo extraído do Canal Coadá - Resistência, Língua de Sinais e sujeito Surdo	132
Figura 17 – Vídeo 5: Print da tela do vídeo extraído do Canal Coadá - Convocação para entrega de Tablets	133
Figura 18 – Vídeo 6: Print da tela do vídeo extraído do Canal Coadá - Estágio	134
Figura 19 – Vídeo 7: Print da tela do vídeo extraído do Canal Coadá - Esclarecimentos sobre o Estágio Remoto	135
Figura 20 - Vídeo 1: Print da tela do vídeo extraído do Canal Equipe Tradução – Tutorial para Criar Currículo Lattes	139
Figura 21 - Vídeo 2: Print da tela do vídeo extraído do Canal COADA – “Escola: crise ou mutação?”	140
Figura 22- Vídeo 3: Print da tela do vídeo extraído do Canal COADA – “Da didática fundamental ao fundamental da Didática”	141
Figura 23 - Vídeo 4: Print da tela do vídeo extraído do Canal COADA – “Informativo com número de telefone do CHIP”	142
Figura 24 - Vídeo 5: Print da tela do vídeo extraído do Canal COADA – “Escola: crise ou mutação?”	143

Figura 25 - Vídeo 6: Print da tela do vídeo extraído do Canal COADA – “Da Didática fundamental ao fundamental da Didática”	144
Figura 26 - Vídeo 7: Print da tela do vídeo extraído do Canal Equipe Tradução - "Tutorial Inscrições Projetos"	145
Figura 27 - Gráfico gerado a partir dos dados obtidos de participação dos Intérpretes nas Etapas do Processo Tradutório	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Diferença entre Tradução e Interpretação.....	56
Tabela 1- Diferença entre Tradução e Interpretação.....	73
Tabela 3- Proposta de sistematização das etapas de Tradução Carneiro, Vital e Souza (2020).....	76
Tabela 4 - Nova proposta de Sistematização, baseada em Lemos (2022) e Carneiro, Vital e Souza (2020)	78
Tabela 5 - Organização da Equipe de Tradutores Intérpretes do presencial do DESU por turnos/atividades no período da Pandemia	91
Tabela 6 - Sujeitos da pesquisa da primeira etapa	96
Tabela 7 - Quadro com Discentes Surdos participantes da Pesquisa	99
Tabela 8 - Tabela com Descrição dos Vídeos do Canal do <i>Youtube</i> da COADA	118
Tabela 9 - Tabela com Descrição dos Vídeos do Canal do Youtube da Equipe da Tradução	120
Tabela 10 - Síntese das principais orientações do Documento Guia Orientador	125
Tabela 11 - Síntese das Orientações propostas pela Febrapils	127
Tabela 12 - Síntese das principais características e evolução dos vídeos selecionados para análise que foram produzidos pelo DESU durante a pandemia	136
Tabela 13 – Etapas do Processo de Gravação de Materiais do DESU: Percepções dos Intérpretes.....	146
Tabela 14 - Comparativo do Processo de Tradução no DESU — Antes e Durante a Pandemia	151

RESUMO

A tradução de materiais didáticos e acadêmicos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui um elemento essencial para assegurar o acesso de estudantes Surdos ao Ensino Superior. O presente estudo tem como foco a análise dos processos tradutórios desenvolvidos no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) durante o período pandêmico brasileiro, especialmente no contexto da tradução de textos de língua portuguesa para Libras em formato de vídeo, buscando compreender os desafios enfrentados por tradutores-intérpretes de Libras (TILSP) e estudantes Surdos nesse processo, além de apontar possibilidades que contribuam para o fortalecimento da educação bilíngue em ambientes acadêmicos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, aprovada pelos Comitês de Ética da UFF e do INES, em conformidade com as Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016. O corpus foi construído por meio da participação de nove tradutores-intérpretes de Libras do DESU/INES e dez discentes Surdos matriculados nos cursos presenciais durante a pandemia. Para a coleta de dados, foram utilizados três instrumentos metodológicos em triangulação: (i) questionário online inspirado em entrevistas semiestruturadas com os intérpretes; (ii) questionário estruturado de múltipla escolha aplicado aos estudantes Surdos; e (iii) análise documental de traduções em vídeo publicadas no período. Os resultados da pesquisa, obtidos por meio da triangulação, permitiram a construção de categorias analíticas que evidenciam os impactos do ensino remoto emergencial na tradução de materiais acadêmicos para Libras. Entre os intérpretes, destacaram-se categorias relacionadas às precariedades de infraestrutura, à formação empírica em tradução audiovisual, à reorganização do espaço doméstico e ao isolamento profissional. Do ponto de vista dos discentes Surdos, as categorias revelaram a centralidade da tradução em Libras para o acesso aos gêneros acadêmicos, para a tradução como direito linguístico e para a permanência no Ensino Superior, bem como fragilidades técnicas e institucionais que limitaram a acessibilidade plena durante a pandemia. Os resultados evidenciam que a pandemia intensificou as demandas por acessibilidade e, simultaneamente, revelou fragilidades no processo de tradução e adequação de conteúdos. Por outro lado, emergiram possibilidades relevantes, como a ampliação da consciência profissional sobre a importância da tradução de materiais acadêmicos, a consolidação de práticas colaborativas entre intérpretes e docentes, além do reconhecimento da necessidade de políticas institucionais que fortaleçam a produção de materiais acessíveis em Libras. Assim, este estudo contribui para a reflexão crítica acerca da tradução de textos acadêmicos em Libras no Ensino Superior, especialmente em contextos de crise, apontando caminhos para o aprimoramento da inclusão e da qualidade da educação bilíngue de Surdos no Brasil.

Palavras-Chave: Estudos da tradução – Tradução no Nível Superior – Ensino remoto – Formação dos Tradutores e Intérpretes de Libras

ABSTRACT

The translation of didactic and academic materials into Brazilian Sign Language (Libras) constitutes an essential element in ensuring access to Higher Education for Deaf students. This study focuses on the analysis of translation processes developed at the National Institute of Deaf Education (INES) during the Brazilian pandemic period, particularly in the context of translating Portuguese-language texts into Libras in video format. It seeks to understand the challenges faced by Libras translators and interpreters (TILSPs) and Deaf students in this process, as well as to identify possibilities that may contribute to strengthening bilingual education in academic settings. The research adopts a qualitative, exploratory-descriptive approach and was approved by the Ethics Committees of UFF and INES, in compliance with Brazilian National Health Council Resolutions No. 466/2012 and No. 510/2016. The corpus was constructed through the participation of nine Libras translators-interpreters from DESU/INES and ten Deaf students enrolled in on-campus degree programs during the pandemic. Data collection was carried out through three triangulated methodological instruments: (i) an online questionnaire inspired by semi-structured interviews with interpreters; (ii) a structured multiple-choice questionnaire applied to Deaf students; and (iii) documentary analysis of video translations published during the period. The research findings, obtained through data triangulation, enabled the construction of analytical categories that highlight the impacts of emergency remote teaching on the translation of academic materials into Libras. From the interpreters' perspective, categories related to infrastructural shortcomings, empirical training in audiovisual translation, reorganization of domestic workspaces, and professional isolation were identified. From the Deaf students' perspective, the categories revealed the centrality of Libras translation for access to academic genres, for translation as a linguistic right, and for retention in Higher Education, as well as technical and institutional weaknesses that limited full accessibility during the pandemic. The results indicate that the pandemic intensified demands for accessibility while simultaneously exposing fragilities in translation processes and content adaptation. On the other hand, relevant possibilities also emerged, such as increased professional awareness of the importance of translating academic materials, the consolidation of collaborative practices between interpreters and faculty, and the recognition of the need for institutional policies to strengthen the production of accessible materials in Libras. Thus, this study contributes to critical reflection on the translation of academic texts into Libras in Higher Education, especially in crisis contexts, and points to pathways for improving inclusion and the quality of bilingual education for Deaf people in Brazil.

Keywords: Translation Studies – Translation in Higher Education – Remote Teaching – Training of Libras Translators and Interpreters

TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Minha trajetória acadêmica e profissional está profundamente enraizada na experiência pessoal de ser filha de pais Surdos, falantes da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Cresci imersa na cultura gestual-visual, o que fortaleceu minha facilidade de comunicação nesse meio e ampliou minha sensibilidade para as barreiras linguísticas de pessoas surdas. Desde a infância, atuei como intérprete informal em diversos ambientes: consultórios médicos, bancos e supermercados, desempenhando a função de tradutora-intérprete de forma natural, sem perceber o impacto significativo dessa atuação na minha formação pessoal e futura carreira profissional.

Durante a adolescência, essa vivência se consolidou quando passei a atuar voluntariamente em igrejas e espaços comunitários, traduzindo e mediando a comunicação para Surdos. Aos quinze anos, iniciei minha experiência como professora, oferecendo aulas explicativas para crianças próximas de minha residência. O contato precoce com o ensino reforçou meu interesse pelo magistério, permitindo que eu desenvolvesse habilidades pedagógicas importantes desde cedo, como planejamento de atividades, gestão de turma e atenção individualizada aos alunos.

Minha formação acadêmica iniciou-se com o Ensino Médio Técnico em Patologia Clínica, motivada pela possibilidade de inserção rápida no mercado de trabalho e apoio financeiro à família. O interesse por conteúdos de Biologia foi despertado e fortalecido por professores inspiradores, consolidando minha paixão pelas ciências naturais. Posteriormente, optei pela graduação em Ciências Biológicas na Universidade Unigranrio, concluída em 2007, na modalidade de licenciatura e bacharelado. Durante a graduação, atuei como voluntária na educação de Surdos, ministrando aulas de português e contribuindo para o aprendizado de adolescentes e jovens em contexto religioso.

O estágio docente me proporcionou experiências práticas desafiadoras, como assumir turmas de 6º e 7º anos em escola de pequeno porte. Através de estratégias criativas, como o uso de histórias com lições de moral e recursos visuais, desenvolvi técnicas de mediação e atenção dos alunos, consolidando competências pedagógicas essenciais. Posteriormente, iniciei minhas atividades como intérprete de Libras na Escola Municipal Olga Teixeira de Oliveira, no Rio de Janeiro, integrando turmas inclusivas do 6º ao 9º ano e atuando em conjunto com

professores regentes, o que evidenciou o papel central do intérprete na promoção da acessibilidade educacional para alunos Surdos.

O percurso profissional se ampliou com especializações em áreas complementares. Na saúde, cursei pós-graduação em Análises Clínicas e Hematologia Clínica, atuando como bióloga em hospitais e laboratórios, conciliando com atividades como intérprete educacional em escolas públicas. Na educação, especializações em Libras e Tradução e Interpretação de Libras ampliaram minha competência para atuar no Ensino Superior, na tradução de materiais didáticos e no suporte pedagógico a estudantes Surdos.

‘No mestrado em Educação pela UFRJ, entre 2017 e 2019, com orientação da profa. Dra. Celeste Azulay Kelman, aprofundei meus estudos sobre Atendimento Educacional Especializado para Surdos, participando de projetos de extensão e coordenando equipes acadêmicas. Essa experiência permitiu uma reflexão mais profunda sobre a inclusão educacional e os processos de mediação de conhecimento para alunos Surdos, fortalecendo meu compromisso com a acessibilidade e a pesquisa científica.

A trajetória acadêmica prosseguiu com a aprovação no doutorado em 2021 na Universidade Federal Fluminense, no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão, com foco na tradução de materiais didáticos para Surdos no Ensino Superior. Essa etapa representa a consolidação de minha carreira, integrando experiência prática, formação acadêmica e pesquisa aplicada, alinhadas ao objetivo de promover a educação bilíngue e inclusiva.

No ano de 2019, fui convidada a atuar como Coordenadora Administrativa Acadêmica do Departamento de Ensino Superior (COADA/DESU), assumindo a responsabilidade pela gestão administrativa do departamento e pela organização da equipe de intérpretes. Nesse papel, coordenei as demandas das equipes, planejei a distribuição de atividades e supervisionando todo o funcionamento, inclusive durante o período desafiador da pandemia.

Paralelamente às funções administrativas, atuei diretamente na equipe de tradução, foco desta pesquisa, o que me permitiu acompanhar o processo em duas perspectivas: a da gestão e a da atuação prática como intérprete, contribuindo de forma significativa para a análise e reflexão sobre os desafios e possibilidades da tradução de materiais didáticos para Surdos.

Em 2022, passei a atuar como Coordenadora Geral na Diretoria de Políticas e Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS), vinculada ao Ministério da Educação, em Brasília, participando da elaboração, implementação e avaliação de programas e

políticas voltadas à educação bilíngue de Surdos. Essa experiência proporcionou um aprofundamento significativo no conhecimento sobre políticas públicas e gestão educacional, além de possibilitar uma atuação direta em uma instância de grande relevância para a comunidade surda, fortalecendo minha compreensão sobre os desafios e estratégias necessárias para promover a inclusão e a valorização da Língua Brasileira de Sinais em âmbito nacional.

Em síntese, minha trajetória reflete uma convergência entre vivência pessoal, experiência docente, atuação como intérprete de Libras e dedicação acadêmica. Cada etapa contribuiu para o desenvolvimento de habilidades pedagógicas, de mediação e de pesquisa, fundamentando minha atuação profissional e científica, e consolidando meu compromisso com a educação inclusiva e a valorização da língua de sinais na formação acadêmica e social de estudantes Surdos.

Dessa forma, toda a minha trajetória — marcada pela vivência familiar, pela prática docente, pela atuação como intérprete e pela experiência em gestão e formulação de políticas públicas — converge para o tema desta pesquisa: a tradução de textos de língua portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais no Educação Superior, no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), com foco nos desafios e possibilidades evidenciados no período pandêmico brasileiro. Minha vivência multifacetada permite compreender o processo tradutório não apenas do ponto de vista técnico-linguístico, mas também sob a ótica pedagógica, política e social, reconhecendo a tradução como prática essencial para garantir a acessibilidade, a equidade e a efetiva inclusão de estudantes Surdos no espaço acadêmico.

Entretanto, o que me levou a esse tema ultrapassa a esfera acadêmica: nasceu de um incômodo, de uma inquietação que se intensificou durante a pandemia, quando a produção e a tradução de materiais acessíveis tornaram-se urgentes, mas nem sempre eficazes. Como garantir que o conhecimento acadêmico chegue, de fato, ao estudante Surdo em sua língua natural? Por que, mesmo com profissionais capacitados e tecnologias disponíveis, ainda se observam barreiras comunicativas e lacunas na mediação de conteúdos? Essas perguntas ecoaram fortemente em mim, provocando o desejo de compreender mais profundamente o que está por trás dos desafios enfrentados pelos tradutores-intérpretes e pelos próprios estudantes Surdos em contextos de ensino remoto e emergencial.

Ao revisitar essa realidade, percebi que, embora existam estudos sobre a tradução e a interpretação de Libras em diferentes contextos, poucos se debruçam sobre a tradução de materiais acadêmicos na Educação Superior, especialmente

sob a perspectiva dos próprios profissionais que atuam dentro de instituições bilíngues, como o INES. Nesse sentido, meu estudo se insere em um espaço de lacuna teórica e prática, buscando articular a experiência concreta dos tradutores-intérpretes com as implicações pedagógicas e institucionais desse processo. A originalidade desta pesquisa está justamente em aproximar a tradução em Libras do campo da educação inclusiva na Educação Superior, discutindo-a não apenas como prática linguística, mas como ato político e pedagógico, capaz de revelar tensões, limites e possibilidades na efetivação do direito à educação bilíngue.

Importa destacar que os desafios evidenciados no contexto pandêmico não se encerraram com o retorno às atividades presenciais, mas, ao contrário, se perpetuam na atualidade. Muitos dos recursos tecnológicos, formatos de produção e estratégias tradutórias adotados de forma emergencial durante a pandemia continuam sendo utilizados na Educação Superior, inclusive no INES. Entretanto, sua permanência não tem sido acompanhada, necessariamente, de uma revisão crítica ou de aprimoramentos que garantam um acesso efetivo e equitativo ao conhecimento acadêmico para os estudantes Surdos. Persistem, assim, limitações relacionadas à qualidade das traduções, à adequação pedagógica dos materiais e às condições de trabalho dos tradutores-intérpretes, revelando que a simples disponibilidade de tecnologias e recursos não assegura, por si só, uma acessibilidade plena. Tal cenário reforça a necessidade de compreender a tradução em Libras como um processo contínuo, que demanda investimento institucional, reflexão pedagógica e compromisso político para além das respostas emergenciais impostas pela pandemia.

Assim, mais do que analisar procedimentos técnicos, esta investigação pretende instigar uma reflexão crítica sobre como, por que e para quem traduzimos em contextos acadêmicos. Ao leitor, deixo o convite para percorrer este caminho de descobertas e questionamentos, compreendendo que traduzir, especialmente no contexto da educação de Surdos, é também um ato de compromisso ético, cultural e social.

1. INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo principal investigar e descrever o processo de tradução de textos em língua portuguesa para Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Departamento de Educação Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) no período da pandemia de COVID-19.

A Língua de Sinais utilizada pelos Surdos brasileiros, a Libras, é uma língua de complexidade e com atributos comparáveis a qualquer outro sistema linguístico.¹ A Libras foi reconhecida, oficialmente, como língua no Brasil em 24 de abril de 2002, através da Lei nº 10.436 (Brasil, 2002), e regulamentada em 2005 pelo Decreto 5.626 (Brasil, 2005). Essa lei acarretou conquistas importantes para os Surdos brasileiros.

Dentre essas conquistas, destacam-se a implementação obrigatória da disciplina de Libras como componente curricular em alguns cursos de graduação, a formação de professores de língua de sinais em nível Superior, a formação de professores Surdos e de intérpretes de Libras, bem como sua presença em qualquer nível de escolaridade. Para os autores Campello e Castro (2013), isso tudo serviu como um propulsor para o reconhecimento da profissão do intérprete de Libras no contexto nacional, além de impulsionar a formação desses profissionais nos cursos de Bacharelado em Letras-Libras.

Nesse sentido, a Libras ganha visibilidade em todo território nacional, garantindo aos Surdos a possibilidade de conquistar espaços na área acadêmica e de estudos da sua própria língua e cultura, não apenas na qualidade de discentes, mas também na docência. Aqui se inclui também a Educação Superior, no bojo da discussão sobre a formação dos discentes Surdos, situando os Estudos Surdos (Campello, 2008; Perlin e Strobel, 2009; Campello e Rezende, 2014) e os Estudos Culturais em Educação, no âmbito desta etapa educacional (Gomes; Valadão, 2020).

Isso porque, apesar das instituições de nível Superior ampliarem o acesso para os alunos Surdos, ainda existe o desafio da necessidade de desenvolver mecanismos de permanência e de boa formação para estes discentes. É importante considerar que as políticas públicas educacionais inclusivas, timidamente, vêm se

¹ Embora a Libras seja a língua de sinais de maior difusão no Brasil e a única reconhecida oficialmente, pesquisas linguísticas indicam a existência de outras línguas de sinais no país, como línguas de sinais de comunidades surdas rurais, línguas de sinais indígenas e a Libras tátil, utilizada por pessoas surdocegas, evidenciando a diversidade linguística visuo-espacial brasileira (Quadros, 2004; Vilhalva, 2012; Nogueira, 2015).

articulando com as políticas linguísticas voltadas ao atendimento das demandas da comunidade Surda e, no âmbito no nível Superior, os esforços têm sido voltados quase que exclusivamente para a contratação de profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras-Língua Portuguesa – TILSP, como medida que irá promover a acessibilidade comunicativa.

No âmbito legislativo e educacional, com a promulgação da Lei 14.191 de 2021, que insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394 de 1996) como uma modalidade de ensino independente, prevê-se a oferta aos estudantes Surdos de materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível Superior desde a Educação infantil até o fim da vida. Apesar de todo o avanço linguístico destacado, a utilização de materiais didáticos bilíngues ainda é escassa no país.

Os projetos educacionais vigentes no Brasil não contemplam a diferença linguística e cultural das pessoas Surdas, no que tange o registro dos assuntos tratados em sala de aula (Saito; Scolari; Felicio, 2011). De acordo com Moraes, Scolari e Paula (2013), parte significativa da bibliografia de disciplinas técnicas é desenvolvida somente em Língua Portuguesa e os alunos Surdos contam somente com a exposição da aula interpretada, sem a possibilidade de revisar o conteúdo e estudar a partir de materiais didáticos produzidos em Libras.

Os estudos linguísticos das línguas de sinais defendem que a Libras é uma língua de modalidade viso-espacial, isso significa que os registros dos conceitos perpassados no espaço de interação da sala de aula, com alunos Surdos, devem ser produzidos por professores bilíngues e/ou profissionais TILSP especializados em tradução para Libras. As traduções de textos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), em contexto educacional, constituem um elemento fundamental para a promoção da acessibilidade linguística e para a garantia do direito à educação do público Surdo. Contudo, é necessário reconhecer que a simples disponibilização de traduções não assegura, por si só, uma educação de qualidade. A efetiva aprendizagem dos estudantes Surdos exige que tais traduções estejam articuladas a práticas pedagógicas específicas, fundamentadas em uma perspectiva bilíngue, bem como à produção de materiais didáticos concebidos a partir das especificidades linguísticas, culturais e visuais desse público. Pensar a educação de Surdos implica, portanto, ir além da mediação linguística, incorporando uma pedagogia que valorize a visualidade, a centralidade da Libras como primeira língua e a construção de

conteúdos originalmente planejados para esse contexto, evitando que a tradução se configure apenas como um recurso compensatório, e não como parte integrante de um projeto educacional inclusivo e equitativo.

No âmbito dos Estudos da Tradução e Interpretação das Línguas de Sinais (ETILS), os autores Rodrigues e Santos (2018) destacam que, na esfera educacional, as tarefas de tradução podem ser frequentes, apesar de menos prestigiadas, e que dentre elas, estão: translação de materiais multimídias, avaliações, livros didáticos, textos de apoio, vídeos, dentre outras ações que envolvam características formativas, envolvendo a língua em registro físico ou virtual (escrita, vídeo, áudio).

Logo, o profissional TILSP, que atua no espaço educacional acadêmico, apresenta atribuições que não se restringem à mediação comunicativa entre as línguas, mas também na promoção de interações discursivas entre Surdos e ouvintes. Tanto a interação quanto a comunicação são intermediados pelas traduções, em contexto educacional, podem construir sentidos e, por consequência, a produção de conhecimento, assegurando, assim, o direito à educação e ao ensino adequado, em todas as circunstâncias, inclusive em cenários pandêmicos.

Outro ponto importante a ser destacado são as perspectivas históricas da tradução (Campello, 2014; Lemos, 2020; Campello, 2021; Lemos e Carneiro, 2021), trazendo uma reflexão a partir do panorama inter(nacional) sobre os registros históricos da atuação dos TILSP em diversos contextos institucionais. Tais registros da atuação de sinalizantes Surdos e não Surdos faz com que a profissão de TILSP se reconfigure, buscando sempre novas formações, “ora pelo imprevisto do tempo-espaço, ora pelo aqui e agora dos novos fatos históricos” (Lemos, 2020, p.20).

O mundo passou por uma pandemia, com surto do Coronavírus, doença respiratória acarretada pelo vírus SARS-CoV-2 – Covid-19, que já causou e ainda causa muitas mortes³ ao redor do mundo. O afastamento social foi uma das medidas protetivas tomadas para prevenir a contaminação e diminuir o número de mortes. Os governos Federal, Estadual e Municipal aplicaram medidas de reparação social e, no caso específico da educação, algumas iniciativas surgiram “para minimizar os atrasos evidentes nas aulas e no ano letivo, durante o isolamento social, como o ensino remoto implantado em muitos lugares do país” (Shimazaki *et al.*, 2020, p.3).

No âmbito federal, as portarias nº 343 e 345 de 2020, publicadas pelo Ministério da Educação (MEC), foram específicas às instituições de Educação

³ Atualmente, o total de mortos pelo COVID-19 no Brasil, ultrapassam o total de 700.000 mortos, segundo dados do Ministério da Saúde. (BRASIL, 2023)

Superior e apresentavam orientações sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID – 19 (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b).

Discentes, docentes, TISLP e demais profissionais, condicionados ao ensino/trabalho remoto, se depararam diante de um novo desafio, a necessidade de se adaptar à utilização de recursos tecnológicos, bem como conseguir organizar um espaço dentro de seus lares para atuar (Ferreira *et al.* 2021). A educação de Surdos e o ensino remoto apresentam-se como debates precisos e contínuos, principalmente quando ambos se entrecruzam.

Se adaptar a essa nova forma de ensinar e aprender foi um desafio não só para os discentes e docentes, mas para as famílias que também foram afetadas com essa nova forma de ensino. Além deles, os intérpretes de Libras também foram afetados e precisaram se adaptar às tecnologias utilizadas nessa forma de ensino, pois os materiais e as aulas devem sempre ser acessíveis linguisticamente aos alunos Surdos (Lemos, 2020; Junior e Pereira, 2021).

2. JUSTIFICATIVA

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), primeira escola brasileira voltada para a comunidade Surda, foi fundado em 1857 e é considerado um centro de referência nacional na área da surdez. Vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o INES tem como missão institucional a produção, o desenvolvimento e a divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos de/para Surdos em todo o território nacional, além de subsidiar políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento global da pessoa surda, sua plena socialização e o respeito às diferenças⁴.

Em 2005, o MEC autorizou o funcionamento de um curso Superior de graduação no INES, cujas aulas tiveram início em 2006. Assim, foi criado o Curso de Pedagogia - Licenciatura, ofertado pelo Departamento de Educação Superior (DESU) do Instituto. Desde a sua criação, o curso se caracterizava por práticas de ensino bilíngues, em Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, mas até recentemente não possuía esse reconhecimento de forma oficial. Somente em 2024, após um processo conduzido pelo DESU e concluído pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, o curso passou a ser formalmente

⁴ Informações extraídas da página oficial do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Disponível em: <https://www.gov.br/ines/>. Acesso em: 8 nov. 2025.

denominado Pedagogia Bilíngue, o que representou uma importante conquista para a educação bilíngue de Surdos no Brasil.

De acordo com a diretora do DESU, Elizabeth Serra, essa mudança simboliza o reconhecimento institucional das especificidades linguísticas e culturais que norteiam o projeto pedagógico do curso, fortalecendo a formação de pedagogas e pedagogos, Surdos e ouvintes, em uma perspectiva bilíngue e intercultural. O curso, pioneiro na América Latina, tem como centralidade a educação de Surdos e prepara profissionais para atuar na docência (Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos), na gestão educacional e em contextos não escolares.

O DESU expandiu sua atuação e, além do curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue - Licenciatura, nas modalidades presencial e remota, oferta quatro cursos de pós-graduação Lato Sensu: Educação de Surdos em perspectiva bilíngue, Língua Portuguesa: Leitura e Escrita no Ensino de Surdos, Interculturalidade e Descolonização na Educação de Surdos e Tradução de Textos de Português para Libras. Além disso, mantém o curso de pós-graduação stricto sensu Mestrado Profissional em Educação Bilíngue de Surdos, reforçando o compromisso do INES com a formação de excelência e a valorização da Libras como língua de instrução e de produção de conhecimento.

No quadro efetivo de servidores, o DESU conta com um total de 33 tradutores e Intérpretes de Libras, que atuam atendendo todas as demandas do departamento, incluindo a interpretação em atividades acadêmicas e a tradução de materiais didáticos, na modalidade presencial e a distância.⁵

Em virtude da pandemia de COVID-19, foi publicada pelo diretor geral do INES, no dia 22 de setembro de 2020, a Instrução Normativa 01, no Boletim nº 10/2020, estabelecendo orientações, critérios e procedimentos gerais a serem cumpridos pelos setores integrantes do INES, para, assim, o Instituto funcionar em trabalho remoto, durante a Pandemia provocada pela COVID-19. Dentre as instruções, o documento orienta, em seu Art. 7º que:

Art. 7º Todo o material de acesso aos estudantes e professores Surdos do INES deverá ser ofertado na modalidade bilíngue: Libras e Português escrito, a fim de que o Instituto possa garantir a acessibilidade, respeitando, assim, a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, a Lei nº 10.436, de 24/04/2002 e o Decreto nº 5.626, de 22/12/2005 (INES, 2020, p 5).

⁵ Informações referentes ao ano de 2025

Dessa forma, a fim de atender às especificações apresentadas em documento normatizador da Instituição, as equipes de TILSP do Departamento de Educação Superior (DESU) foram reorganizadas para atender às demandas de tradução dos materiais destinados aos estudantes Surdos dos cursos presenciais de Graduação, Pós-graduação e Mestrado. Todo esse funcionamento ocorreu em regime de trabalho remoto.

A partir desse panorama no DESU para os cursos da modalidade presencial durante o período pandêmico, esta pesquisa se propõe a investigar:

- Quais foram as formas de organização da equipe de tradução de Português para Libras no DESU-INES, especificamente nos cursos presenciais, durante a pandemia?
- O que os TILSP do DESU traduziram para os cursos presenciais no período pandêmico?
- Quais são as avaliações do público Surdo sobre as traduções em Libras do DESU, nos cursos presenciais, antes e durante a pandemia?
- Quais dificuldades os intérpretes enfrentaram para traduzir os materiais dos cursos presenciais do departamento?

A relevância desta pesquisa concentra-se em estabelecer discussões que permitam compreender a atuação do profissional Tradutor e Intérprete de Libras–Língua Portuguesa (TILSP) e as limitações, necessidades e avanços no desenvolvimento de sua prática na tradução de materiais da Língua Portuguesa para a Língua de Sinais, no contexto do ensino remoto, voltada exclusivamente aos cursos presenciais do DESU.

Busca-se propor reflexões e estratégias que viabilizem a produção qualificada desses materiais em diferentes contextos educacionais, não se restringindo ao período pandêmico, mas considerando a permanência e a consolidação de práticas tradutórias na Educação Superior. Compreende-se a tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um direito linguístico essencial dos estudantes Surdos, que deve ser assegurado de forma contínua e sistemática. Além disso, pretende-se refletir sobre a importância de tornar acessíveis todos os conteúdos destinados a estudantes e professores Surdos dos cursos presenciais do DESU, reconhecendo o papel educativo, pedagógico e mediador do profissional Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP) no espaço acadêmico, para além de respostas emergenciais, como parte estruturante de uma política institucional de educação bilíngue.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Descrever o processo de tradução de textos em Língua Portuguesa para Libras realizado no Departamento de Educação Superior (DESU) do INES, nos cursos da modalidade presencial, durante o período da pandemia de COVID-19.

3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar os procedimentos de organização da tradução de Português para Libras no DESU, especificamente nos cursos da modalidade presencial, durante o período pandêmico.
- Identificar as principais dificuldades encontradas pelos intérpretes, no contexto do trabalho remoto, para realizar a tradução para Libras de materiais em Língua Portuguesa destinados aos cursos presenciais.
- Avaliar a recepção dos alunos Surdos sobre a leitura visual das traduções em Libras nesses cursos.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo apresenta o embasamento teórico que sustenta a análise proposta nesta pesquisa, abordando conceitos, contextos históricos, aspectos culturais e referenciais técnicos relacionados à Língua Brasileira de Sinais (Libras), à educação de Surdos na Educação Superior e à atuação profissional de tradutores e intérpretes.

Inicialmente, em 4.1, exploramos a história e evolução da Libras, compreendendo seu desenvolvimento enquanto língua natural das comunidades surdas no Brasil. Em 4.2, discutimos os estudos culturais e estudos Surdos, com ênfase na experiência visual e na centralidade da língua de sinais para a identidade e cultura surda. Na sequência, em 4.3, analisamos a Educação Superior para Surdos no Brasil, avançando, em 4.4, para a formação do tradutor e intérprete de Libras (TILS) voltada a esse contexto, apontando avanços, desafios e lacunas. O item 4.5 apresenta os espaços de atuação do TILS, seguido por 4.6, que discute os desafios na acessibilidade de alunos Surdos durante a pandemia da COVID-19.

O tópico 4.7 aprofunda-se nas diferenças conceituais, operacionais e cognitivas entre tradução e interpretação em Libras, iniciando com 4.7.1 (introdução aos estudos da tradução) e 4.7.2 (tipologia clássica de Roman Jakobson: tradução intralingual, interlingual e intersemiótica). Em 4.7.3, são abordadas as técnicas e métodos de tradução de textos em Língua Portuguesa para Libras, com destaque para a tradução intermodal, intersemiótica e interlinguística (4.7.3.1).

Por fim, o item 4.8 descreve a organização do Departamento de Educação Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos, detalhando em 4.8.1 a organização dos intérpretes, em 4.8.2 as estratégias e etapas do processo de tradução antes da pandemia, em 4.8.3 as etapas da tradução na UFRJ, e, em 4.8.4, as práticas de tradução de materiais audiovisuais para Libras no DESU no período anterior ao isolamento social.

Esse conjunto de tópicos oferece uma visão abrangente e fundamentada do cenário em que se insere a pesquisa, estabelecendo as bases para a análise e discussão dos dados apresentados nos capítulos seguintes.

4.1. Explorando a História e a Evolução da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

A história da Língua Brasileira de Sinais (Libras) remonta ao século XIX, durante o Império do Brasil, sob o reinado de D. Pedro II. Em junho de 1855, o professor Surdo francês Eduard Huet chegou ao Brasil com a missão de fundar a primeira escola para Surdos no país, atendendo ao convite do imperador (Silva e Cunha, 2021). O objetivo principal era promover a comunicação dos Surdos no ambiente familiar e escolar, permitindo a construção de conceitos sobre si mesmos e seu entorno (Araújo e Braga, 2019).

A escola inaugurada em 1856, conhecida como o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, foi pioneira no Brasil e ofereceu uma educação voltada não apenas para a comunicação, mas também para o desenvolvimento profissional dos Surdos. Os alunos frequentavam oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e artes plásticas, de acordo com suas aptidões, visando torná-los produtivos na sociedade (Pinto, 2006)

A importância do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos não se limitou à educação de Surdos no Brasil, estendendo-se também a estudantes de países vizinhos, como a Bolívia, o que o consolidou como uma referência em educação, socialização e profissionalização de pessoas Surdas (Pinto, 2006). Ao longo de sua

história, entretanto, as práticas pedagógicas desenvolvidas no Instituto não se configuraram de forma homogênea ou linear. Pesquisas históricas indicam que, mesmo em contextos marcados por políticas educacionais restritivas, houve a circulação e o uso das línguas de sinais em espaços formais e informais, ainda que muitas vezes silenciados ou deslegitimados institucionalmente (Skliar, 1998; Quadros, 2004).

Em 1880, o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em Milão, representou um marco decisivo ao privilegiar o método oralista como abordagem educacional hegemônica, com o apoio de figuras como Alexander Graham Bell. As resoluções aprovadas nesse congresso conferiram legitimidade institucional ao ensino da fala e da leitura labial, ao mesmo tempo em que desautorizaram oficialmente o uso das línguas de sinais nas escolas, influenciando políticas e práticas educacionais em diversos países. Conforme aponta Sacks (2010), esse movimento resultou em uma “deterioração marcante no aproveitamento educacional das crianças Surdas e na instrução dos Surdos em geral” (p. 35).

Todavia, conforme problematizam autores dos Estudos Surdos, a leitura histórica que interpreta o período posterior ao Congresso de Milão como um século homogêneo de repressão absoluta às línguas de sinais deve ser relativizada. Skliar (1998, 2013) argumenta que a hegemonia do oralismo se constituiu de maneira desigual, atravessada por resistências, contradições e práticas pedagógicas híbridas, nas quais as línguas de sinais continuaram a existir, ainda que marginalizadas. Do mesmo modo, Quadros (2004; 2006) destaca que a permanência das línguas de sinais nas comunidades Surdas foi fundamental para a preservação identitária, linguística e cultural, mesmo em contextos educacionais marcados pela centralidade do discurso oralista. Assim, mais do que um período de silenciamento linear, a história da educação de Surdos pode ser compreendida como um campo de disputas pedagógicas, políticas e linguísticas, no qual o oralismo foi privilegiado institucionalmente, mas nunca plenamente consensual ou absoluto.

Apenas nas décadas de 1960 e 1970 começaram a emergir movimentos de reformulação pedagógica que buscavam alternativas à exclusividade do modelo oralista. Nesse contexto, ganhou visibilidade a proposta da Comunicação Total, que defendia o uso simultâneo de diferentes recursos comunicativos: como fala, leitura labial, escrita, gestos e sinais, com o objetivo de favorecer a interação e o aprendizado das pessoas Surdas (Almeida; Rodrigues, 2020; Silva; Santos, 2020). Contudo, conforme problematizam Skliar (1998) e Goldfeld (2002), essa abordagem

não atribuía às línguas de sinais o estatuto de língua plena, mas as utilizava como um recurso auxiliar, funcional e pedagógico a serviço da aprendizagem da língua oral e da língua escrita.

No Brasil, a Comunicação Total foi introduzida a partir de influências internacionais e marcou um período de transição importante ao romper, parcialmente, com a rigidez do oralismo. Ainda assim, essa proposta manteve uma perspectiva centrada na normalização do sujeito Surdo, uma vez que os sinais, inclusive a Libras, eram concebidos como estratégias de apoio para o desenvolvimento da língua portuguesa, e não como expressão de uma língua natural e de uma identidade linguística própria (Goldfeld, 2002; Skliar, 2013). Nesse sentido, embora mais flexível que o oralismo, a Comunicação Total não assegurava o reconhecimento pleno da Libras como primeira língua dos Surdos, tampouco promovia uma educação fundamentada em uma perspectiva bilíngue, o que só viria a se fortalecer posteriormente, com o avanço das discussões sobre educação bilíngue e direitos linguísticos (Quadros, 2004; Martins; Souza, 2021).

Apesar das restrições institucionais e da ausência de reconhecimento formal, a proibição, explícita ou implícita, do uso da Libras nas salas de aula não foi suficiente para impedir sua permanência e fortalecimento. Como destaca Barros (2010), os Surdos continuaram a utilizar e a transmitir a língua de sinais em espaços informais, nos intervalos e fora do ambiente escolar, em um movimento de resistência linguística e cultural. Essa resistência contribuiu para a formação de associações de Surdos em diferentes regiões do país, desempenhando papel central na preservação, valorização e consolidação da Libras como língua da comunidade Surda brasileira.

A década de 1980 marcou o início da organização da comunidade Surda e de seus familiares como movimentos sociais, buscando uma política mais inclusiva e democrática para a educação das pessoas Surdas. Isso resultou na Constituição de 1988, que garantiu o direito à educação para todos e o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino (Silva, 2021).

Em 1994, a comunidade internacional testemunhou um marco significativo na promoção da Educação Inclusiva com o lançamento da Declaração de Salamanca, uma resolução proferida pela Organização das Nações Unidas (ONU) que delineou princípios, políticas e práticas relacionadas à Educação Especial. Esse documento desempenhou um papel fundamental na consolidação da Educação Inclusiva.

Notavelmente, no parágrafo 21 da Declaração de Salamanca, enfatizou-se a necessidade de considerar as diferenças individuais e as circunstâncias únicas no desenvolvimento de políticas educacionais. Nesse contexto, mesmo antes do reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a Declaração de Salamanca estabeleceu um importante precedente ao assegurar que, no caso dos Surdos, o acesso à língua de sinais do seu país fosse garantido, demonstrando um compromisso com a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas diferenças linguísticas e culturais (Araújo e Braga, 2019)

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394 (Brasil, 1996), estabeleceu que a educação para alunos com deficiência deveria ser oferecida nas mesmas escolas das crianças sem deficiências, preferencialmente em turmas regulares. No entanto, a inclusão de alunos Surdos enfrentou desafios significativos devido às barreiras de comunicação, uma vez que nem os professores nem os alunos tinham conhecimento de Libras.

O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão representou um marco histórico para a comunidade surda brasileira. Instituída pela Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), a Libras passou a ter seu uso garantido em diferentes espaços sociais, educacionais e institucionais, assegurando às pessoas surdas o direito de se comunicar em sua própria língua. Em seu artigo 1º, a referida lei reconhece a Libras e outros recursos a ela associados como formas legítimas de comunicação e expressão das pessoas surdas no Brasil.

Esse reconhecimento é vital, pois no seu parágrafo único, a legislação estabelece uma definição precisa da Libras como um meio de comunicação visual-motora, dotado de estrutura gramatical específica, constituindo, assim, um sistema linguístico para a transmissão de ideias e fatos, originário das comunidades de pessoas Surdas no Brasil.

Conforme apontado por Barbosa (2011), a legislação que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) representa um marco de valor inestimável ao abrir caminhos para o reconhecimento dos direitos linguísticos da comunidade Surda, gerando impactos significativos tanto no campo educacional quanto na sociedade em geral, ao promover a valorização de sua língua e cultura. Todavia, esse reconhecimento não está isento de tensões e limites. A própria Lei nº 10.436/2002, ao afirmar a Libras como meio legal de comunicação e expressão, estabelece que ela não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa, o que evidencia

uma hierarquização linguística que mantém o português escrito como língua hegemônica e obrigatória, mesmo em contextos bilíngues (Quadros, 2004).

Nesse sentido, destaca-se o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), que, em seu artigo 3º, torna a Libras disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e estabelece a responsabilidade das instituições de ensino na promoção de ações voltadas à difusão da Libras em todo o território nacional. Embora esse dispositivo legal represente um avanço importante, diferentes pesquisadores alertam que a inclusão de uma disciplina isolada de Libras nos currículos não é suficiente para garantir uma formação efetivamente bilíngue ou para eliminar, de forma estrutural, as barreiras comunicativas historicamente enfrentadas pelas pessoas Surdas (Quadros, 2006; Lodi, 2013). Trata-se, portanto, de um passo inicial relevante, mas ainda limitado diante da complexidade das demandas linguísticas, pedagógicas e culturais envolvidas na educação de Surdos.

Ademais, é fundamental reconhecer que tais avanços legais não resultam apenas do compromisso institucional do Estado brasileiro, mas são fruto de longas lutas políticas, sociais e culturais protagonizadas pelas próprias comunidades Surdas. Como ressaltam Skliar (2013) e Strobel (2008), o fortalecimento da Libras e sua consolidação no campo educacional estão diretamente relacionados às mobilizações coletivas, à atuação das associações de Surdos e à reivindicação por reconhecimento linguístico e educacional. Assim, a legislação deve ser compreendida não apenas como uma concessão governamental, mas como resultado de um processo histórico de resistência e afirmação identitária, que segue em disputa no que diz respeito à efetivação de uma educação verdadeiramente bilíngue, acessível e equitativa.

Campello e Rezende (2014) ressaltam o ativismo da comunidade Surda em busca de uma política educacional que atendesse os direitos linguísticos e culturais dos Surdos. Segundo as autoras, a luta teve início em 2010 durante a Conferência Nacional da Educação, onde os representantes Surdos defendiam escolas bilíngues, embora muitas propostas tenham sido rejeitadas sob alegações de segregação.

Campello e Rezende (2014) também abordam sobre a tentativa de fechamento do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em 2011, que gerou preocupação na comunidade Surda e mobilização em Brasília, e que demonstraram a resistência das comunidades Surdas e a necessidade de uma política educacional que promovesse o bilinguismo utilizando a Língua Brasileira de Sinais e a língua portuguesa.

Somos uma minoria linguística na luta pela preservação da Língua de Sinais e sua instituição como língua de instrução em nossa educação; não queremos a educação inclusiva como é preconizada, e muito menos a educação especial, queremos uma educação linguística, uma política linguística traçada pelo nosso “ser Surdo” (p. 88).

Os movimentos Surdos desempenharam um papel fundamental na construção de políticas linguísticas para a educação de Surdos ao longo da história da Libras no Brasil. Desde o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação dos Surdos Brasileiros em 2002, esses movimentos têm lutado incansavelmente por uma educação mais inclusiva e acessível para a comunidade Surda. Ao reivindicar o reconhecimento da Libras como uma língua legítima, eles contribuíram para a quebra de estigmas e preconceitos, além de promoverem a valorização da identidade e cultura Surda.

Além disso, esses movimentos têm trabalhado ativamente na promoção de práticas pedagógicas que consideram as competências linguísticas dos Surdos, garantindo a oferta de intérpretes e recursos de apoio nas escolas. Portanto, a importância dos movimentos Surdos na construção de políticas linguísticas para a educação de Surdos no Brasil é inegável, pois têm sido cruciais para a garantia de direitos, igualdade de oportunidades e o fortalecimento da comunidade Surda no país.

A Lei nº 14.191 (Brasil, 2021), promulgada em 2021, representa um marco importante na história da Libras (Língua Brasileira de Sinais) e da educação bilíngue no Brasil. A análise dessa lei revela a correlação entre a política nacional de educação de Surdos e a luta da comunidade Surda pelo reconhecimento de seus direitos, enfatizando a responsabilidade do Estado e das entidades de ensino em garantir uma qualidade de vida compatível com a dignidade humana, abrangendo educação e saúde, entre outros benefícios (Reis e Lima, 2022).

A Lei nº 14.191/2021 (Brasil, 2021) institui a educação bilíngue de Surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como uma política pública efetiva, respaldada por fundamentos legais nacionais e internacionais, entre os quais se destaca a Declaração de Salamanca (1994). Um avanço significativo dessa legislação consiste no reconhecimento da educação bilíngue de Surdos como uma modalidade de ensino específica, que se distingue da educação especial. Tal definição representa uma mudança paradigmática relevante, na medida em que desloca a educação de Surdos de uma perspectiva centrada na deficiência para uma abordagem linguística e cultural, reconhecendo a Libras como primeira língua e

a língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua. Ao conferir autonomia à educação bilíngue de Surdos no âmbito da LDB, a Lei nº 14.191/2021 reafirma o direito a uma proposta educacional própria, estruturada a partir das especificidades linguísticas, pedagógicas e identitárias da comunidade Surda, configurando-se como um marco histórico na consolidação de políticas educacionais mais equitativas e alinhadas aos princípios dos direitos linguísticos.. Esses documentos destacam a importância do reconhecimento da Língua de Sinais como meio de comunicação para Surdos e a necessidade de adaptar a educação para atender às necessidades específicas de comunicação dos Surdos, incluindo o acesso à língua de sinais e ao Língua Portuguesa na modalidade escrita (Reis e Lima, 2022).

A história da Língua Brasileira de Sinais está intrinsecamente ligada à evolução da educação das pessoas Surdas no Brasil. Desde suas origens no século XIX, passando pelo reconhecimento constitucional na década de 1980 até a consolidação legal na Lei 14.191 em 2021 (Brasil, 2021), a Libras desempenhou um papel vital na busca pela inclusão e igualdade de oportunidades para a comunidade Surda no país. A história da Libras é marcada por desafios, discriminação e opressão, mas também pela perseverança e determinação da comunidade Surda em preservar e fortalecer sua língua e identidade cultural (Campos, 2013).

4.2. Estudos Culturais e Estudos Surdos, Experiência Visual e Língua de Sinais das Pessoas Surdas

O presente texto propõe uma reflexão fundamentada nos Estudos Culturais e nos Estudos Surdos, abordando a experiência visual e a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na constituição da identidade e cultura das pessoas Surdas. A articulação entre esses campos do saber é essencial para desconstruir visões estigmatizadas e patologizantes da surdez e promover uma compreensão mais ampla, política e cultural das identidades Surdas.

Os Estudos Culturais, conforme aponta Silva (2000), compreendem a cultura como campo de disputas simbólicas entre diferentes grupos sociais, o que amplia nossa percepção sobre manifestações culturais historicamente marginalizadas. Stuart Hall (1996) reforça que a cultura, no contexto contemporâneo, torna-se dinâmica e democrática, desafiando padrões elitistas e legitimando as expressões culturais de grupos antes invisibilizados. É nesse escopo que os Estudos Surdos se inserem, ao reconhecer que a surdez não é meramente uma deficiência sensorial,

mas uma diferença cultural que estrutura formas singulares de ver, perceber e se relacionar com o mundo (Skliar, 2005; 2013).

A experiência visual, nesse contexto, constitui-se como uma dimensão fundamental da existência Surda. Conforme Strobel (2008), os sujeitos Surdos desenvolvem uma forma própria de percepção do mundo, marcada pela visualidade, o que influencia diretamente sua construção subjetiva e social. Essa experiência é intensamente mediada pela Libras, língua gestual-visual que possibilita não apenas a comunicação, mas também a consolidação de uma identidade cultural própria. A Lei nº 10.436/2002 legitima essa língua como meio legal de comunicação, reconhecendo sua relevância na promoção da cidadania e dos direitos das pessoas Surdas no Brasil.

A partir da perspectiva dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos, é possível afirmar que a surdez não deve ser concebida como uma deficiência ou anomalia médica, mas sim como uma diferença cultural e linguística que constitui modos singulares de ser, perceber e estar no mundo. Esse entendimento, ancorado em autores como Skliar (1998), Lane (1999), Padden (1988) e Perlin (1998), rompe com o paradigma patologizante e normativo da sociedade ouvinte e propõe um novo olhar sobre o sujeito Surdo: um olhar que reconhece a visualidade como eixo central de sua constituição identitária e de suas práticas comunicativas.

Para Skliar (1998), a surdez é, essencialmente, uma experiência visual. Trata-se de compreender que a ausência da audição não representa uma limitação, mas sim uma forma distinta de acessar o mundo — por meio dos olhos. O sujeito Surdo constrói sua relação com o mundo não pela escuta, mas por uma percepção visual complexa, carregada de significados, sentidos e experiências que organizam sua linguagem, seus afetos, suas relações e sua cultura.

Nesse sentido, Campello (2008) contribui de maneira significativa ao diferenciar visualidade de visibilidade. A autora defende que a visualidade está ligada à forma como o sujeito percebe e processa imagens e signos visuais, elemento fundamental na construção do conhecimento da pessoa Surda. A visibilidade, por sua vez, é resultado da iconicidade dos signos e da representação mental dessas imagens, formando descrições imagéticas elaboradas que estruturam a cognição visual dos sujeitos. Assim, o signo visual, para o Surdo, não é apenas um meio de comunicação, mas uma ferramenta de organização do mundo e de mediação simbólica.

Essa lógica também se manifesta no uso da Libras, uma língua natural e visual-espacial que estrutura o pensamento e as relações sociais das pessoas Surdas. Como destaca Padden (1988), embora os Surdos não ouçam, eles desenvolvem estratégias sofisticadas para compreender o mundo sonoro por meio de indícios visuais — como o movimento das nuvens antes da chuva ou a expressão facial diante de um som desagradável, o que evidencia que o som é ressignificado visualmente e transformado em experiência perceptiva acessível por outras vias cognitivas.

Para Vygotsky (1994), a produção de sentido está diretamente relacionada à experiência individual do sujeito. No caso dos Surdos, o sentido é produzido a partir da interação com o mundo por meio de signos visuais e da construção coletiva de significados partilhados por uma comunidade linguística e cultural própria. Nesse processo, a Libras desempenha papel estruturante: ela não apenas substitui o português falado, mas organiza o pensamento e permite a emergência de uma identidade Surda autônoma e crítica.

Perlin (1998) contribui significativamente para essa discussão ao problematizar concepções homogêneas de identidade Surda, ressaltando que as experiências e os modos de ser Surdo são atravessados por múltiplos contextos socioculturais, educacionais e históricos. Mais do que enquadrar as identidades em categorias fixas ou tipologias estanques, a autora evidencia que elas se constituem de forma dinâmica, relacional e situada. Tal compreensão dialoga com a perspectiva de Hall (2006), para quem as identidades não são essências estáveis, mas processos contínuos de construção, negociação e transformação ao longo do tempo. Nesse sentido, pensar as identidades Surdas implica reconhecer sua fluidez e complexidade, evitando classificações rígidas e normativas, e exigindo abordagens educacionais e sociais que respeitem as referências culturais da comunidade Surda em sua constante (re)configuração.

É nesse ponto que os Estudos Culturais e os Estudos Surdos convergem: ambos rejeitam essencialismos e buscam compreender como as subjetividades são construídas historicamente, em meio a disputas de poder, linguagem, representação e identidade. A surdez, como aponta McLaren (1995), é uma construção social e simbólica, moldada por práticas discursivas e conflitos ideológicos. Assim, os conceitos de "normalidade" e "patologia" são revelados como instrumentos de exclusão que precisam ser superados em favor da valorização da diferença.

Neste contexto, a inserção de recursos visuais, como imagens, esquemas, vídeos e gráficos, na produção acadêmica e educacional voltada a sujeitos Surdos não é mero recurso estético ou ilustrativo, mas um posicionamento epistemológico e político. Como defende Campello (2008), pesquisadora Surda, os signos visuais são parte constitutiva da identidade e da expressão da pessoa Surda. O uso da visualidade no ensino e na pesquisa deve, portanto, reconhecer e incorporar essas formas legítimas de saber, rompendo com a centralidade do texto escrito e oral como única via de acesso ao conhecimento.

Em suma, compreender a surdez como experiência visual é também compreender que os sujeitos Surdos vivem, aprendem e se expressam de maneira distinta — não inferior, mas diversa. Essa diversidade precisa ser reconhecida e acolhida nas políticas educacionais, nos currículos de formação, na produção acadêmica e, especialmente, nas práticas sociais que envolvem a presença e a participação ativa da comunidade Surda. A valorização da Libras, da cultura Surda e da visualidade como fundamentos de uma pedagogia inclusiva e crítica é o caminho para a construção de uma sociedade verdadeiramente plural e equitativa.

Compreender a surdez como uma experiência visual e reconhecer a centralidade da Libras e da cultura Surda nas práticas sociais, educacionais e simbólicas é essencial para a construção de políticas inclusivas que respeitem as singularidades desse grupo. No entanto, apesar dos avanços legais e conceituais, muitos desafios persistem, especialmente no campo educacional. É no espaço da Educação Superior que essas questões se tornam ainda mais complexas e desafiadoras, exigindo ações concretas de acessibilidade, formação docente e valorização da Libras como língua de instrução e produção de conhecimento.

Assim, na próxima seção, será discutido o panorama da Educação Superior para Surdos no Brasil, suas tensões, conquistas e as estratégias necessárias para garantir uma educação verdadeiramente bilíngue e inclusiva.

4.3. Discussão sobre a Educação Superior para Surdos no Brasil

Nos anos 1980, 1990 e 2000, houve uma série de lutas que resultaram em legislações que impulsionaram a educação inclusiva no país, culminando no aumento do ingresso de estudantes com deficiência na Educação Superior (Brasil 1994, 1996, 2002, 2008, 2008a, 2014). No entanto, o mero acesso à universidade não garante a inclusão, sendo necessário um ambiente estruturado para receber

esses alunos, incluindo estratégias pedagógicas, infraestrutura e apoio financeiro (Brasil, Cá e Pavão, 2021).

A legislação Internacional e Nacional desempenhou um papel fundamental nesse processo. A Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) influenciaram as políticas de inclusão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) estabeleceu medidas para a inclusão de pessoas com deficiência. A Portaria no 1.679/1999 (Brasil, 1999) definiu requisitos de acessibilidade para cursos e instituições de ensino, com ênfase na presença de intérpretes de Libras em sala de aula, mesmo antes da oficialização da Libras como língua em 2002 (Brasil, 2002).

A inclusão e a igualdade de oportunidades na Educação Superior são direitos fundamentais de todos os cidadãos, independentemente de suas diferenças e necessidades específicas. No entanto, quando se trata da comunidade Surda, existem desafios significativos a serem enfrentados para garantir que esses direitos sejam plenamente respeitados. Lima e Fernandes (2021) discutem a inclusão de estudantes Surdos no Ensino Superior no Brasil, destacando a importância de políticas afirmativas que valorizem a Educação Bilíngue, com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua escrita. A Lei Federal nº. 10.436/2002 reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, tornando obrigatória a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores.

Em 2015 foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) Lei nº 13.146/2015, que reforçou e ampliou os direitos da pessoa com deficiência, incluindo os Surdos, ao estabelecer que nos processos seletivos de Ensino Superior e técnico sejam disponibilizados provas em formatos acessíveis, bem como que os editais e materiais de comunicação contem com recursos de acessibilidade (Brasil, 2015). Em linha com isso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) implementou, a partir de 2017, a “videoprova” para participantes Surdos ou com deficiência auditiva, com apresentação das questões em vídeo na Língua Brasileira de Sinais (Libras), o que foi um marco de acessibilidade no ENEM. Essas medidas representam avanços significativos para a inclusão da comunidade surda no ensino Superior, embora sua concretização exija ainda a adequação efetiva em infraestrutura, tradução e adaptação pedagógica para que o mero acesso transforme-se em participação plena.

Houve uma mudança paradigmática no entendimento da surdez, passando a considerá-la uma diferença linguística e cultural em vez de uma deficiência, o que permitiu uma participação mais ativa dos Surdos em diferentes espaços, incluindo a Universidade. No entanto, segundo Brasil, Cá e Pavão (2021), os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que, entre 2010 e 2016, apenas 40 alunos Surdos se formaram em instituições de Ensino Superior públicas no Brasil, apesar do ingresso de 2.474 alunos Surdos nesse período.

O ingresso de pessoas Surdas nas universidades brasileiras tem crescido ao longo dos últimos anos, mas ainda enfrenta inúmeros desafios relacionados ao acesso e à permanência. As singularidades linguísticas e culturais dessa comunidade exigem atenção especial das instituições de ensino, que muitas vezes reproduzem práticas excludentes herdadas da educação básica. Nesse contexto, é necessário refletir sobre as contradições de um sistema escolar em que a língua portuguesa predomina e a Libras, frequentemente, é tratada apenas como um “recurso” complementar, o que enfraquece a construção da identidade linguística e cultural dos Surdos (Lima e Fernandes, 2021).

Promover a conscientização sobre a cultura surda e o respeito à diversidade linguística é essencial para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. A Libras é uma língua natural e completa, dotada de gramática e estrutura próprias, e representa um elemento central na constituição da identidade e da cultura surda. Valorizar essa língua e a contribuição das pessoas surdas para a sociedade é um passo fundamental para fortalecer a inclusão e a equidade no ambiente acadêmico.

Entre as principais barreiras enfrentadas por estudantes Surdos no Ensino Superior destacam-se as dificuldades na efetivação da acessibilidade e na implementação das políticas institucionais já existentes. Embora haja marcos legais e diretrizes que orientam a inclusão, muitas universidades brasileiras ainda enfrentam limitações estruturais relacionadas à insuficiência de recursos financeiros, à escassez de profissionais qualificados, como tradutores-intérpretes de Libras, e à falta de formação docente específica para o trabalho com estudantes Surdos. Soma-se a isso o desconhecimento, por parte de muitos professores, acerca das especificidades linguísticas e pedagógicas da educação bilíngue, o que impacta diretamente a produção de materiais, as práticas de ensino e as estratégias de avaliação. Essas fragilidades comprometem a participação plena e o desempenho

acadêmico dos estudantes Surdos, evidenciando a necessidade de investimentos contínuos, formação institucional e ações articuladas que viabilizem, de fato, uma educação superior acessível e de qualidade (Lima; Fernandes, 2021).

No Ensino Superior, os desafios incluem garantir o direito linguístico à Libras e compensar lacunas no processo de alfabetização e letramento dos estudantes Surdos. Os movimentos políticos em prol da comunidade Surda abrangem desde o reconhecimento da Libras até a garantia de uma educação bilíngue que leve em consideração as especificidades históricas, culturais e linguísticas (Lima e Fernandes, 2021). Dessa forma, a cultura Surda abrange a língua, ideias, crenças, costumes e hábitos dessa comunidade, sendo assim necessário dar a devida importância ao reconhecimento e valorização dessa cultura na educação Superior.

O Ensino Superior para Surdos no Brasil enfrenta desafios significativos que impactam a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes, os quais não podem ser compreendidos como déficits inerentes aos sujeitos Surdos. As dificuldades frequentemente apontadas, relacionadas à compreensão de textos acadêmicos, à produção escrita ou à apropriação de conceitos teóricos, estão diretamente associadas às lacunas na formação docente, ao desconhecimento das especificidades linguísticas da educação bilíngue e à ausência de práticas pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes Surdos. Assim, mais do que limitações individuais, tais desafios refletem um modelo de ensino que ainda não considera plenamente a Libras como língua de instrução e o português escrito como segunda língua, conforme indicam Sampaio e Santos (2002).

Ademais, a dependência de serviços de apoio e de programas de acompanhamento, quando concebidos de forma desarticulada de uma política pedagógica institucional mais ampla, pode acabar reforçando a ideia de diferença como déficit, deslocando para o estudante Surdo a responsabilidade por sua adaptação ao espaço acadêmico. Essa lógica exige dos estudantes um esforço adicional de organização e de adequação às exigências institucionais, sem que haja, necessariamente, mudanças estruturais nas práticas docentes e curriculares (Silva et al., 2023). Embora existam diretrizes que orientem o respeito à diferença linguística e a adoção de subsídios metodológicos específicos, permanece a necessidade de pesquisas que aprofundem a compreensão sobre como a formação de professores, a organização curricular e as práticas pedagógicas podem ser transformadas para garantir condições reais de ensino e aprendizagem aos estudantes Surdos no Ensino Superior (Silva et al., 2023).

O Ensino Superior para Surdos no Brasil é um desafio que envolve a inclusão e a garantia de acessibilidade. A necessidade de promover a permanência, participação e formação dos estudantes Surdos requer a ação conjunta de docentes, técnicos administrativos, gestores e acadêmicos (Silva, et al. 2023). A presença de intérpretes de Libras é fundamental para facilitar a interação entre Surdos e ouvintes na universidade (Silva *et al.*, 2016). No entanto, o papel do intérprete vai além de ser um "instrumento comunicativo"; ele deve ser profissionalmente capacitado e versado nas duas línguas, além de entender os contextos culturais, políticos e educacionais (Silva *et al.*, 2016).

A perspectiva bilíngue, que inclui o uso da Língua de Sinais (Libras) como instrumento de ensino, é importante no processo de aprendizagem de Surdos (Silva, *et al.* 2023), no entanto, as instituições educacionais muitas vezes não atendem às necessidades linguísticas específicas dos Surdos, dificultando a aquisição e o desenvolvimento da língua (Silva, *et al.* 2023). Os desafios enfrentados pelos alunos Surdos no Ensino Superior incluem adaptações acadêmicas e superação de deficiências anteriores na aprendizagem (Silva, et al. 2023).

A cultura ouvinte predominante nas instituições de Ensino Superior torna o acesso e a permanência de alunos Surdos desafiadores (Silva; Sanches, 2017). Embora políticas públicas tenham ampliado as oportunidades para os Surdos, a formação de educadores não acompanhou o mesmo ritmo, o que requer uma postura ativa, política e ética por parte dos docentes (Silva, et al. 2023). A inclusão de Surdos no Ensino Superior depende da superação de barreiras atitudinais e da reformulação das estratégias de ensino, priorizando a igualdade e a inclusão (Silva, et al. 2023).

Diante desse cenário, torna-se imprescindível compreender não apenas as políticas e práticas de inclusão para estudantes Surdos no Ensino Superior, mas também o papel estratégico do profissional responsável por viabilizar o acesso linguístico a esse público: o Tradutor e Intérprete de Libras–Língua Portuguesa (TILSP). Assim, o próximo capítulo abordará a formação do TILSP para o Ensino Superior, analisando os desafios, avanços e lacunas que permeiam a qualificação desse profissional, considerando as demandas acadêmicas específicas, as exigências legais e as expectativas da comunidade Surda em relação à qualidade das traduções e interpretações nesse contexto.

4.4 Formação do Tradutor e Intérprete de Libras para o Ensino Superior: desafios, avanços e lacunas

A formação do intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) no Brasil é um processo de grande importância, tanto do ponto de vista histórico quanto para a inclusão da comunidade Surda. Historicamente, a formação desses profissionais se desenvolveu de forma empírica, muitas vezes dentro de associações ou instituições religiosas, destacando a influência do contexto religioso (Lacerda, 2010). A convivência nas comunidades Surdas desempenhou um papel crucial na formação dos primeiros intérpretes, como apontado por Laguna (2015).

No entanto, a formação empírica predominou até o final do século XX, e a profissionalização dos intérpretes teve início com a criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) em 1987 (Lemos e Carneiro, 2021). A FENEIS desempenhou um papel importante na promoção de códigos de ética e na melhoria das práticas profissionais.

No início do século XXI, observa-se uma transformação significativa no processo de profissionalização dos tradutores e intérpretes de Libras, impulsionada pela criação de associações representativas e pela reorganização da formação, com a inserção de cursos específicos no Ensino Superior (Lemos; Carneiro, 2021). Esse movimento é juridicamente respaldado pela Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais, posteriormente atualizada pela Lei nº 14.704/2023, a qual amplia e atualiza o marco legal ao reconhecer também a atuação do guia-intérprete e ao reafirmar atribuições, campos de trabalho e responsabilidades desses profissionais.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça esse processo ao destacar a importância da atuação de tradutores e intérpretes de Libras com formação em nível superior e habilitação específica em Tradução e Interpretação, especialmente nos contextos educacionais (Lemos, 2019). Nesse cenário, a qualidade da formação passa a ser compreendida como elemento central para a garantia da acessibilidade e da inclusão de estudantes Surdos no Ensino Superior, devendo contemplar não apenas a proficiência linguística em Libras e língua portuguesa, mas também o desenvolvimento de competências tradutórias, éticas, pedagógicas e interculturais (Cunha; Gonzales; Castro, 2023).

Apesar dos avanços normativos e institucionais, a formação e a atuação desses profissionais ainda enfrentam desafios significativos, como a precarização

das condições de trabalho e a persistência da compreensão equivocada de que a fluência em Libras, por si só, seria suficiente para o exercício profissional. Além disso, a própria legislação ainda admite, em determinados contextos, a contratação de profissionais sem formação superior específica, o que pode comprometer a qualidade dos serviços prestados e a efetivação da acessibilidade linguística. Nesse sentido, o envolvimento da comunidade Surda mostra-se fundamental para a validação, o reconhecimento e a qualificação da atuação dos tradutores e intérpretes, reafirmando o caráter ético, político e social dessa profissão no campo educacional.

O Decreto nº 5.626/2005 representou um marco regulatório para a atuação profissional de TILS, ao prever, por um período de transição de dez anos, que profissionais com fluência em Libras e aprovação em exame de proficiência, o PROLIBRAS, pudessem atuar no Ensino médio e Superior, mesmo sem formação específica. Essa flexibilização, entretanto, gerou críticas.

Para Barbosa (2010, p. 36), “observa-se, assim, certo contrassenso neste documento ao prever necessidade formativa do profissional e ao aceitar [...] a atuação de profissionais cujo único conhecimento exigido é ser competente em Libras”. Tal apontamento evidencia a falácia de considerar fluência em Libras como critério único para atuação profissional, como também destaca Lacerda (2010, p. 28), ao afirmar que “a visão de que um bom domínio de Libras e fluência são suficientes para atuar como intérprete está presente e precisa ser revista”.

O lançamento do PROLIBRAS em 2006, promovido pelo MEC em parceria com a UFSC e, posteriormente, com o INES, passou a certificar intérpretes e docentes de Libras por meio de avaliação em duas etapas: uma teórica, abordando ética, legislação e conhecimento linguístico, e uma prática, que envolvia interpretação e condução de aula em Libras (Lacerda, 2010, p. 33). Embora tenha sido um avanço na regulamentação da atuação dos TILS, o exame não supre a complexidade formativa necessária para atuação em espaços de alta exigência linguística, como o Ensino Superior.

Nesse contexto, destaca-se a criação do curso de bacharelado em Letras-Libras, com habilitação em tradução e interpretação, inicialmente na modalidade a distância pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2008, e posteriormente na modalidade presencial em 2009. O curso na modalidade de educação à distância foi ofertado em 15 polos, segundo Quadros (2015, p.346) são eles:

1. Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES),
2. Universidade Federal da Bahia (UFBA),
3. Centro de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET/GO),
4. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
5. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD),
6. Universidade Federal do Pernambuco (UFPE),
7. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),
8. Universidade de Campinas (UNICAMP),
9. Universidade Federal do Paraná (UFPR),
10. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
11. Universidade Estadual do Pará (UEPA),
12. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN),
13. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG),
14. Universidade de Brasília (UNB),
15. Universidade Federal do Ceará (UFC).

Até 2015, a Universidade Federal de Santa Catarina havia formado 716 licenciados e 312 bacharéis em Letras-Libras, além de desenvolver pesquisas nas áreas da linguística, educação e tradução com foco na Libras, tornando a UFSC em um centro de Referência na área de Libras.

Apesar desses avanços, a formação ainda apresenta lacunas importantes, especialmente no que diz respeito à diversidade de contextos de atuação. O currículo do curso da UFSC, assim como os de outras instituições que também passaram a ofertar formação de nível Superior, como Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), privilegia os contextos educacional, jurídico e de saúde, deixando de fora, por exemplo, a formação específica para atuação em ambientes audiovisuais (Lacerda, 2010; Russo, 2009).

Essa ausência curricular é sentida pelos próprios profissionais em formação, como apontado em pesquisa recente, na qual a maioria dos participantes destacou não ter tido oportunidade de se aperfeiçoar para atuação televisiva ou em mídias (Lacerda, 2010; Russo, 2009).

O desafio formativo do TILS para o Ensino Superior vai além da aquisição linguística. Trata-se de um campo que exige competências tradutórias refinadas, domínio da norma culta da Língua Portuguesa, habilidades de mediação cultural e domínio técnico dos gêneros acadêmicos. Como afirma Santos (2010, p. 103), “os critérios exigidos pelo mercado de trabalho e pelo espaço acadêmico forçam cada vez o profissional TILS a atualizar-se cotidianamente”, sendo necessária uma busca constante por atualização técnica e científica.

Quadros (2004), em sua obra “O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa”, já alertava que a consolidação da profissão está intrinsicamente ligada à constituição da identidade da comunidade Surda enquanto grupo sociocultural e político. Nesse sentido, a profissionalização do TILS para o Ensino Superior depende não apenas de políticas formativas estruturadas, mas também do fortalecimento da Libras como língua de instrução e de acesso à ciência.

É importante ressaltar o crescimento da atuação dos TILS no contexto audiovisual, especialmente na tradução de materiais em Libras para campanhas políticas, videoaulas, programas de TV e conteúdos midiáticos. Esse é um campo que exige do profissional habilidades específicas quanto à semiose visual, à adequação de registros e ao uso de tecnologias. Apesar de ser uma área em expansão, ainda é pouco abordada nos cursos de formação, evidenciando uma lacuna a ser preenchida.

Assim, se por um lado houve avanços significativos com a regulamentação da profissão, a institucionalização de cursos Superiores e a certificação via PROLIBRAS, por outro, ainda persistem lacunas na formação, especialmente no que tange à diversidade de contextos de atuação e à consolidação de uma identidade profissional crítica, reflexiva e técnica. Como conclui Russo (2009, p. 16), “a formação dos ILS em nosso país ainda carece de muito estudo e pesquisa para que possa se destacar como uma formação de qualidade”.

Assim, embora se reconheçam avanços significativos decorrentes da regulamentação da profissão, da institucionalização de cursos superiores, especialmente os de Letras-Libras, e dos processos de certificação que marcaram determinados momentos históricos da área, ainda persistem lacunas importantes na formação dos Tradutores e Intérpretes de Libras (TILS), sobretudo no que se refere à preparação para os múltiplos contextos de atuação profissional. Nesse sentido, é importante destacar que o PROLIBRAS constituiu uma política de caráter transitório, criada para atender a uma demanda emergencial em um período no qual ainda não havia profissionais com formação superior específica. O programa teve como objetivo certificar intérpretes e professores de Libras enquanto se estruturavam os cursos de formação, prevendo um prazo para que as graduações em Letras-Libras suprissem essa necessidade. No entanto, o PROLIBRAS foi descontinuado antes mesmo do término desse período previsto, o que reforça a compreensão de que sua função esteve vinculada a um contexto específico e não à consolidação definitiva da formação profissional. Ainda assim, mesmo com a ampliação dos cursos superiores,

permanecem desafios relacionados à diversidade de contextos de atuação, à complexidade das demandas tradutórias e à necessidade de formação continuada.

A demanda crescente por acessibilidade em diferentes espaços, não apenas no ensino presencial, mas também em ambientes virtuais, audiovisuais, jurídicos, de saúde, culturais e midiáticos, exige que esses profissionais sejam cada vez mais versáteis, tecnicamente preparados e eticamente comprometidos. Com isso, torna-se fundamental refletir sobre os desafios e especificidades da atuação do tradutor e intérprete de Libras em seus diversos campos de trabalho, especialmente no cenário recente de expansão das mídias digitais e do ensino remoto.

4.5 Espaços de Atuação do Tradutor e Intérprete de Libras (TILS)

Com o reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por meio da Lei nº 10.436/2002 e a regulamentação da atuação do Tradutor e Intérprete de Libras pelo Decreto nº 5.626/2005, os espaços de atuação desses profissionais se expandiram significativamente. Antes restrita a contextos informais e muitas vezes assistencialistas, como o familiar ou religioso, a profissão passou a ocupar diferentes esferas públicas e privadas, contribuindo para a efetivação dos direitos linguísticos da comunidade Surda.

A profissão de Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) foi oficialmente regulamentada no Brasil pela Lei nº 12.319/2010, representando um avanço significativo na valorização e reconhecimento desses profissionais como mediadores linguísticos e culturais entre pessoas surdas e ouvintes. Essa legislação definiu as atribuições, competências e condições para o exercício da função, estabelecendo parâmetros éticos e formativos. Posteriormente, a Lei nº 14.704/2023 ampliou e atualizou o escopo dessa regulamentação, reforçando a importância da qualificação profissional e da formação continuada, além de reconhecer a atuação do intérprete em diversos contextos sociais, educacionais e institucionais. Essas normas consolidaram a profissão como essencial para a promoção da acessibilidade comunicacional e para a efetivação dos direitos linguísticos da comunidade Surda no Brasil.

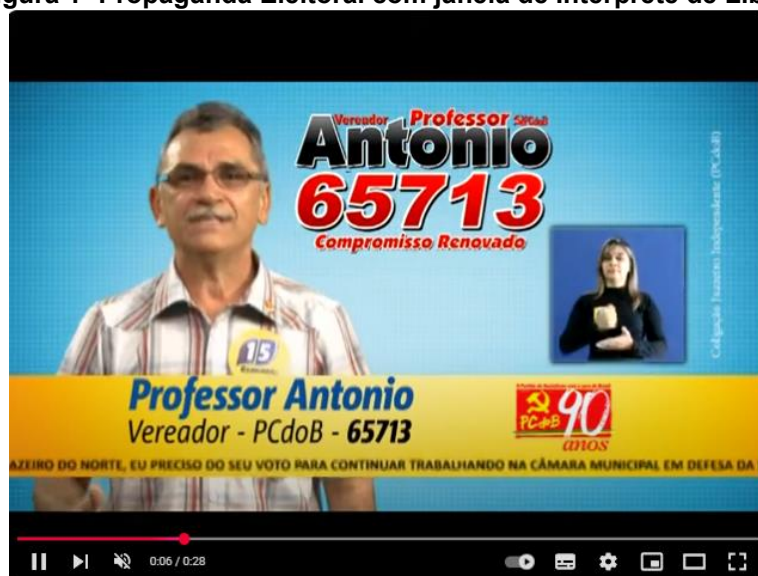
Segundo Karen (apud Napier (2010), Frishberg (1990), Souza-Júnior (2010) e Solow (1981), os TILS podem atuar em uma ampla variedade de campos, o que exige formação técnica diversificada e constante atualização. Dentre esses espaços, destacam-se:

Médico: em consultas e exames, auxiliando na comunicação entre paciente Surdo e profissionais da saúde;
 Serviços sociais e governamentais: como em centrais de atendimento ao cidadão ou serviços públicos;
 Guia-intérpretes: especializados no atendimento a pessoas Surdocegas;
 Telecomunicação: mediação de chamadas telefônicas por centrais acessíveis;
 Conferências e eventos: interpretação em seminários, congressos, palestras e eventos corporativos;
 Educação: desde o ensino fundamental até o Ensino Superior, incluindo cursos técnicos e de capacitação;
 Jurídico: em ambientes como delegacias, audiências judiciais, reconciliações e trâmites legais;
 Política: cobertura de debates, pronunciamentos e campanhas eleitorais;
 Religião: atuação em cultos, missas, estudos bíblicos e demais ritos espirituais;
 Arte e cultura: presença em espetáculos, mostras, festivais e eventos culturais;
 Turismo: interpretação em visitas guiadas a museus, pontos turísticos e centros históricos;
 Audiovisual: tradução em Libras em programas televisivos, documentários, vídeos educacionais, campanhas políticas e propagandas comerciais. (Karen, p.33)

Entre todos esses campos, merece destaque o contexto audiovisual, especialmente no que diz respeito à tradução de materiais em Libras. Este tem se mostrado um campo de crescimento acelerado, impulsionado por exigências legais de acessibilidade e por uma maior visibilidade da comunidade Surda nos meios de comunicação.

A participação de TILS em campanhas eleitorais, por exemplo, tem se tornado frequente e ocorre não apenas em grandes capitais, mas também em cidades do interior, como no exemplo da Figura 1 em propaganda Eleitoral do Candidato à Vereador Professor Antônio (CE), revelando a interiorização da atuação profissional.

Figura 1- Propaganda Eleitoral com janela de Intérprete de Libras



Propaganda Prof. Antonio 65713 com LIBRAS.mpg

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=siEih5y0mWQ>

No entanto, é preciso considerar que a atuação no audiovisual exige habilidades técnicas específicas. Canós, Varela e Albir (1999) explicam que

As linguagens audiovisuais se caracterizam pela confluência de ao menos dois códigos (tanto no texto original como na tradução): por uma parte, o código linguístico (oral e/ou escrito) e por outra o código visual (verbal e/ou icônico). O texto audiovisual deve ser considerado a partir de um ponto de vista semiótico (a soma de códigos que interferem no texto), narrativo (relato) e comunicativo (segundo os traços situacionais presentes) (p.182).

Embora as reflexões dos autores estejam voltadas à tradução de línguas orais, seus apontamentos são plenamente aplicáveis à tradução em Libras. A atuação audiovisual demanda competências como sincronização temporal, uso adequado do espaço visual, adaptação cultural e domínio de ferramentas de edição, exigências que ainda não estão contempladas de forma sistemática nos cursos de formação de TILS no Brasil. A ausência de uma formação específica compromete a autonomia e a segurança desses profissionais, o que reforça a urgência da criação de políticas formativas voltadas à Tradução Audiovisual em Libras.

A discussão sobre os diversos espaços de atuação do Tradutor e Intérprete de Libras (TILS), especialmente no campo audiovisual, evidencia a necessidade de uma formação abrangente e especializada, capaz de responder às demandas complexas da sociedade contemporânea. Embora a profissão tenha conquistado reconhecimento e regulamentação, ainda há lacunas significativas na formação

voltada para contextos emergentes, como os ambientes digitais e a comunicação mediada por tecnologia. Essa carência formativa limita a atuação profissional e, conseqüentemente, o alcance dos direitos linguísticos das pessoas surdas.

Durante a pandemia da COVID-19, essas fragilidades tornaram-se ainda mais evidentes. A interpretação remota de línguas sinalizadas, embora não tenha surgido nesse período, havendo registros desde a década de 1970 com o uso de dispositivos telefônicos (Amorim, 2019, apud Moser-Mercer, 2005; Braun, 2015), ganhou protagonismo diante das restrições sanitárias e da necessidade de distanciamento social. Como destacam Nascimento et al. (2020), a pandemia impulsionou de forma decisiva o uso de tecnologias digitais em diversos setores, incluindo a mediação linguística. No entanto, muitos intérpretes se viram obrigados a adaptar-se rapidamente a esse novo formato, sem suporte técnico ou formação específica.

Essa situação escancarou um problema estrutural: a falta de políticas públicas e de programas de capacitação continuada voltados para a atuação remota dos TILS. A ausência de diretrizes pedagógicas e tecnológicas adequadas comprometeu a qualidade das interpretações e impactou diretamente o acesso de estudantes Surdos à Educação Superior durante o Ensino remoto emergencial. Assim, a pandemia não apenas acelerou transformações tecnológicas, mas também revelou a urgência de repensar os processos formativos e o papel do intérprete em uma sociedade cada vez mais digitalizada, onde a inclusão comunicacional precisa acompanhar a inovação tecnológica.

4.6 Desafios na acessibilidade linguística de alunos Surdos ao Ensino Superior durante a pandemia da COVID-19

A pandemia da COVID-19, originada na China no final de 2019, precipitou uma série de medidas de contenção, como o fechamento de fronteiras, a suspensão de voos e o isolamento social em diversos países (Sá, 2020; Campos *et al.*, 2020 *apud* Santos e Barbosa, 2021). Para conter a propagação do vírus, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu diretrizes abrangentes, incluindo o uso de máscaras, distanciamento social e higienização (Santos e Barbosa, 2021).

A área da educação não ficou imune a essas mudanças, sendo afetada pela suspensão das aulas presenciais em todas as modalidades, em conformidade com a Lei 14.040/2020. Como alternativa, as instituições de ensino adotaram métodos

como ensino híbrido, aulas remotas e Educação a Distância (EAD) para garantir a continuidade do ensino (Santos e Barbosa, 2021). Tais medidas visavam assegurar tanto a segurança de alunos e educadores quanto a continuidade do processo educacional.

Para estudantes com deficiência auditiva, a transição para o ensino remoto trouxe desafios únicos. A ampla adoção de máscaras prejudicou significativamente a leitura orofacial, essencial para muitas pessoas Surdas, e também comprometeu a percepção das expressões faciais, que constituem um componente linguístico fundamental da Língua Brasileira de Sinais (Libras). As expressões faciais, enquanto marcas gramaticais e semânticas da língua de sinais, desempenham papel central na construção de sentidos e na compreensão dos enunciados, de modo que sua obstrução impactou diretamente a comunicação e o acesso aos conteúdos acadêmicos. Somam-se a esse cenário obstáculos como o acesso limitado à internet, a indisponibilidade de tecnologias adequadas e as dificuldades de concentração, fatores que afetaram negativamente o desempenho acadêmico dos estudantes Surdos (Santos; Barbosa, 2021). A inclusão de alunos com deficiência auditiva já se configurava como um desafio anterior à pandemia; contudo, a crise sanitária agravou as barreiras de acessibilidade existentes, tornando ainda mais urgente a implementação de ações que assegurem igualdade de oportunidades no Ensino Superior (Cury et al., 2020; Campos et al., 2020 *apud* Santos; Barbosa, 2021).

A pandemia também evidenciou a importância da inclusão e da acessibilidade no Ensino Superior, não apenas durante situações de crise, mas como elementos fundamentais para a promoção da igualdade de oportunidades e da diversidade. Portanto, é essencial que as lições aprendidas nesse período sejam aplicadas no desenvolvimento de políticas e práticas educacionais mais inclusivas, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam buscar o conhecimento e atingir seus objetivos acadêmicos.

Além das implicações diretas na inclusão de alunos Surdos, a pandemia catalisou mudanças substanciais no uso de tecnologias digitais na educação em todo o mundo. O ensino remoto, que já estava em crescimento, tornou-se parte integral da educação, permitindo que atividades anteriormente presenciais fossem transferidas para o ambiente virtual (Souza e Malheiros, 2018 *apud* Freire, Paiva e Fortes, 2020). A crise forçou as instituições de ensino a adotar tecnologias de apoio

ao ensino remoto de forma mais intensiva do que o anteriormente experimentado (Freire, Paiva e Fortes, 2020).

Contudo, a mudança para o ensino remoto apresentou desafios significativos, como a falta de acesso à internet adequada (Castaman e Rodrigues, 2020 *apud* Freire, Paiva e Fortes, 2020) e a necessidade de adaptação dos currículos e estratégias pedagógicas por parte de docentes e instituições (Freire, Paiva e Fortes, 2020). A adoção massiva de recursos para ensino remoto representou uma quebra de paradigma, possivelmente estimulando a incorporação de práticas desenvolvidas em EAD ao contexto da educação presencial (Martins, 2020 *apud* Freire, Paiva e Fortes, 2020).

No contexto brasileiro, a implementação emergencial de ensino remoto coincidiu com o aumento do número de alunos com deficiência em instituições públicas federais, motivado por políticas de cotas (BRASIL, 2016). Isso evidenciou a necessidade de considerar a acessibilidade dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) para atender à diversidade de estudantes (Blazheska-Tabakovska *et al.*, 2019 *apud* Freire, Paiva e Fortes, 2020).

Neste cenário, os Tradutores e Intérpretes de Libras (TILSP) assumiram papel essencial na mediação entre docentes, conteúdos e alunos Surdos, enfrentando desafios técnicos, pedagógicos e institucionais. Muitos TILSP não haviam sido previamente formados para utilizar ferramentas digitais, plataformas de videoconferência e AVAs. Além disso, a escassez de materiais acessíveis em Libras e a falta de diretrizes específicas para a atuação dos intérpretes no ensino remoto agravaram as dificuldades de acessibilidade. Aulas síncronas, muitas vezes, não garantiam visibilidade adequada dos intérpretes ou sequer contavam com sua presença, comprometendo a participação ativa dos estudantes Surdos.

A Libras, como língua viso-espacial, exige uma performance visual clara, fluida e bem iluminada. A mediação por vídeo apresenta limitações importantes para a visualização de sinais, especialmente diante de problemas de iluminação, enquadramento ou conexão de internet (Ferreira, 2024). Apesar das adversidades, estratégias colaborativas surgiram, como grupos de apoio via WhatsApp, com trocas de materiais que estavam sendo traduzidos, bem como sobre as atividades a serem desenvolvidas, reuniões de planejamento com docentes e produção prévia de materiais acessíveis, minimizando efeitos da exclusão. Essas ações evidenciam a urgência de políticas públicas voltadas à formação continuada e à provisão de condições de trabalho adequadas para os TILSP.

Estudos de caso, como o de Campello et al. (2021), destacam desafios na interpretação de aulas e na mediação da aprendizagem no ensino remoto, como a necessidade de adaptação de materiais didáticos, métodos de avaliação e desenvolvimento de estratégias visuais eficazes. Embora o ensino remoto apresente vantagens, como redução de deslocamentos e maior alcance, exige aprimoramentos para garantir aprendizagem inclusiva, incluindo otimização de horários, adaptação de conteúdos, equipamentos de qualidade e conexão à internet adequada.

Em resumo, a pandemia evidenciou que a acessibilidade para alunos Surdos em ambientes virtuais é um desafio que requer formação contínua de profissionais, adequações metodológicas e investimentos em tecnologia. O caminho para uma educação eficaz está pavimentado pela conscientização das necessidades dos alunos Surdos e pelo comprometimento institucional em criar ambientes acessíveis e acolhedores.

Diante dos desafios enfrentados pelos TILSP no período pandêmico, especialmente na mediação do conhecimento em ambientes virtuais, torna-se essencial aprofundar a compreensão sobre os processos de tradução e interpretação em Libras. Embora os termos sejam frequentemente usados como sinônimos, eles apresentam distinções conceituais, operacionais e cognitivas importantes, sobretudo no contexto dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS).

Considerando que a atuação profissional se voltou predominantemente à tradução de materiais audiovisuais e conteúdos acadêmicos para Libras, é fundamental discutir essas diferenças para compreender as especificidades da prática tradutória em tempos de crise.

Assim, no próximo capítulo, serão analisados os principais aspectos que distinguem tradução e interpretação em Libras, com foco na atuação tradutória e seus desdobramentos técnicos, éticos e pedagógicos.

4.7 Tradução e Interpretação em Libras: Diferenças Conceituais, Operacionais e Cognitivas

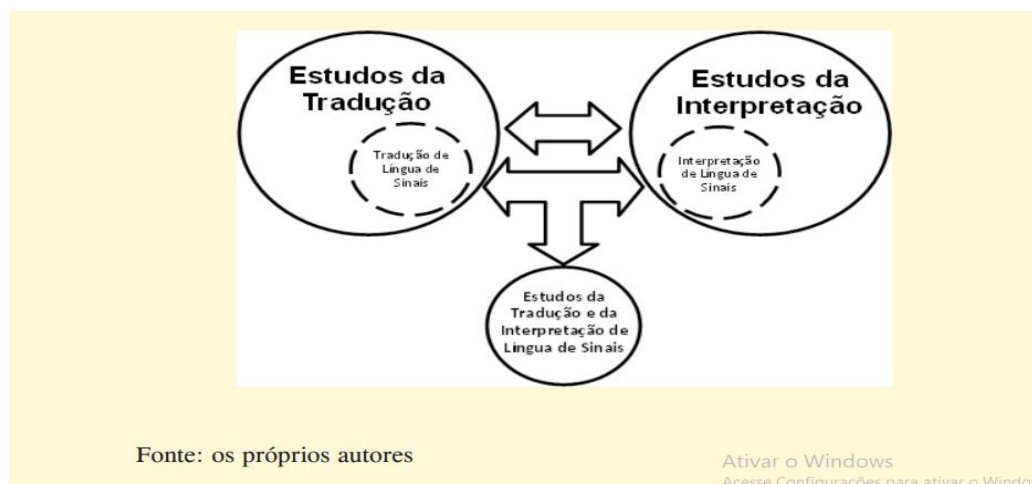
Antes de aprofundarmos a análise do processo de tradução no Departamento de Educação Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), é fundamental compreender as diferenças conceituais entre os termos "tradução" e "interpretação". Essa distinção não é meramente terminológica, mas implica divergências significativas nos aspectos operacionais, cognitivos e metodológicos da

atuação dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILSP). No contexto do Ensino Remoto Emergencial, por exemplo, a prática tradutória, voltada à elaboração de conteúdos acessíveis em Libras, como videoaulas e materiais institucionais, ganhou maior centralidade.

Assim, à luz dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS), este capítulo busca evidenciar os fundamentos teóricos e práticos que justificam a ênfase na tradução, diferenciando-a da interpretação simultânea e refletindo sobre os impactos dessas escolhas na formação e atuação profissional dos TILSP em tempos de crise e transformação digital.

A compreensão das distinções entre tradução e interpretação em Libras é crucial para reconhecer as especificidades profissionais que envolvem essas atividades. Embora ambas estejam vinculadas à mediação linguística e cultural, trata-se de práticas diferentes em sua natureza, suas exigências cognitivas e nos contextos em que ocorrem. Como afirmam Rodrigues e Beer (2015 p.19), "os Estudos da Tradução (ET) e os Estudos da Interpretação (EI) têm como objeto central, respectivamente, a tradução e o traduzir e a interpretação e o interpretar". Ambos os campos, apesar de justapostos, possuem particularidades teóricas e operacionais importantes que precisam ser respeitadas.

Figura 2 - Quadro dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Língua de Sinais



Fonte: Rodrigues e Beer (2015).

A Libras, sendo uma língua de modalidade gesto-visual, exige conhecimentos técnicos específicos de seus profissionais. A tradução entre línguas de modalidades diferentes, como o português (oral-auditivo) e a Libras (gestual-visual), envolve o que Rodrigues (2022) chama de "processos intermodais", que exigem mais do que simples transposições linguísticas. Tais processos envolvem diferenças culturais, contextuais e cognitivas, o que intensifica os desafios enfrentados por tradutores e intérpretes nesse campo.

A principal distinção prática entre tradução e interpretação está no tempo e no modo de execução. A interpretação ocorre em tempo real, exigindo do intérprete uma resposta imediata ao discurso original. Conforme Cokely (1992) e Russo (2010), a interpretação é uma atividade efêmera, dependente do ritmo do orador e do contexto comunicacional, demandando do intérprete uma rápida decodificação e recodificação linguística. Essa simultaneidade gera sobrecarga cognitiva, como ressaltava Nogueira (2016), pois é necessário dividir a atenção entre escuta, processamento e produção, mantendo precisão e fluidez. Já Ferreira (2010) descreve sobre o ato interpretativo que a interpretação é manifestada pela substituição (em simultâneo ou de forma consecutiva) da faixa oral do texto de partida por outra equivalente no texto de chegada.

Em contraposição, a tradução é realizada fora do tempo real, permitindo planejamento, análise textual, consulta a materiais de apoio e revisão. Rodrigues (2018) salienta que a tradução geralmente é feita a partir de textos escritos e pode ser registrada em vídeo, principalmente no caso da Libras. Nessa prática, o corpo do tradutor torna-se um canal expressivo essencial, possibilitando que a mensagem seja veiculada de forma clara e acessível à comunidade Surda. Esse processo permite ao tradutor trabalhar com mais profundidade, garantindo maior qualidade na transmissão da informação.

Do ponto de vista técnico, Alves e Pagura (2002) observam que o tradutor tem acesso a recursos e tempo adicionais que permitem uma construção mais elaborada da mensagem. O intérprete, por sua vez, deve resolver questões linguísticas e contextuais imediatamente, o que exige domínio da linguagem corporal, rápida tomada de decisão e controle emocional em situações por vezes imprevisíveis.

Ainda sobre tradução, Batalha e Pontes (2007) dizem que:

a tradução não é uma atividade mecânica, que pode ser exercida por qualquer pessoa que fale bem uma língua estrangeira. Não é permanecer no enunciado, mas sim elaborar um discurso de significados novos produzindo um outro texto (Batalha e Pontes, 2007, p.43).

Rodrigues (2022) reforça essa diferenciação ao argumentar que, embora ambos os profissionais devam dominar suas línguas de trabalho, as competências exigidas são distintas. O tradutor precisa de habilidades analíticas e domínio textual profundo, enquanto o intérprete desenvolve competências mais ligadas à oralidade, à percepção rápida de nuances discursivas e à fluência sinalizada.

Para evidenciar a distinção entre as duas atividades, Rodrigues (2022) apresenta um quadro de diferenças entre tradução e interpretação.

Tabela 1- Diferença entre Tradução e Interpretação

	TRADUÇÃO	INTERPRETAÇÃO
Competências e habilidades linguísticas	Priorização daquelas requeridas para lidar com a escrita: habilidades de leitura e de escrita.	Priorização daquelas requeridas para lidar com o oral: habilidades de escuta e de fala.
Definição do ritmo em que se dará o trabalho	O profissional define seu ritmo sem ou com pouca pressão de tempo	O ritmo do autor da fala se impõe ao profissional que precisa ajustar-se a ele
Apresentação do texto fonte	O texto está disponível em um suporte, pode ser relido e o profissional pode circular por ele o quanto precisar.	O texto está em fluxo constante e, na maioria dos casos, não pode ser visto novamente nem repetido, ainda que o profissional necessite.
Modo de realização do trabalho	É possível interromper o trabalho ou mesmo organizá-lo em partes	É quase impossível interromper, protelar ou fragmentar o trabalho.
Uso de apoio externo (materiais e outros recursos)	Pode-se buscar apoio externo em glossários, dicionários, colegas e em outras traduções.	Há pouco ou nenhum apoio externo, recorre-se basicamente ao suporte da memória ou, imediatamente, ao parceiro de trabalho, ainda que de forma limitada.
Possibilidade de correção, antes da entrega	Há, quase sempre, possibilidade de se revisar o texto integralmente e fazer ajustes e alterações.	Não há como realizar nenhuma alteração sem que o público a veja.
Aspectos situacionais da atividade	Contexto limitado, mais centrado no local de trabalho do tradutor, quase sempre definido por ele	Contexto múltiplo e, muitas vezes, instável, desde os intrassociais até os internacionais.
Utilização de tecnologia	Indispensável, não se pode abrir mão de ferramentas e materiais de escrita, por exemplo, para registrar a produção.	Dispensável, pois em alguns casos pode ocorrer sem nada mais que o próprio corpo
Contato com o público do trabalho	Contato indireto, mínimo ou inexistente, muitas vezes, com um grande lapso temporal em relação ao momento de produção da tradução.	contato direto, significativo e efetivo, na maioria das vezes com a presença do público no momento de realização da interpretação.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Rodrigues (2022, p. 28-29)

A tabela apresentada evidencia de forma clara as distinções práticas entre tradução e interpretação, refletindo as diferenças conceituais e operacionais discutidas. Enquanto a tradução prioriza competências ligadas à escrita, permite planejamento, consulta a materiais de apoio e revisão do conteúdo, a interpretação

exige habilidades voltadas à oralidade e à percepção rápida do fluxo da fala, com respostas imediatas e sem possibilidade de correção prévia.

O ritmo da tradução é definido pelo próprio profissional, que pode organizar o trabalho em etapas e recorrer a recursos externos, enquanto o intérprete deve se ajustar instantaneamente ao ritmo do falante e contar quase exclusivamente com sua memória e reação em tempo real. Ademais, para Rodrigues (2022), a tradução ocorre em um contexto mais controlado, com tecnologia indispensável para registro e revisão, e o contato com o público é indireto e muitas vezes posterior à produção; já a interpretação se dá em contextos múltiplos e instáveis, muitas vezes sem suporte tecnológico, com exposição direta ao público e alta pressão para precisão e fluidez. Dessa forma, a tabela sintetiza como cada modalidade exige estratégias cognitivas, técnicas e situacionais distintas, evidenciando a necessidade de formação específica para TILSP em ambos os campos.

É importante ressaltar que, embora os ETILS componham tanto os Estudos da Tradução quanto os Estudos da Interpretação, eles também se singularizam ao trazerem à tona as especificidades da modalidade gesto-visual. Como afirmam Rodrigues e Beer (2015, p.24), as práticas de tradução e interpretação em línguas de sinais “ampliam e diversificam as possibilidades de análise e reflexão”, ao considerar fatores como o uso do espaço, a iconicidade e a corporeidade na comunicação.

Além disso, o reconhecimento da interpretação em Libras nos marcos teóricos dos EI é evidente na presença de diversas referências à prática em importantes obras da área. Outro aspecto relevante é a dimensão ética e política da distinção entre tradução e interpretação. Entender essas diferenças permite que políticas institucionais sejam mais adequadas, reconhecendo e valorizando as práticas dos TILSP conforme suas especificidades. Essa valorização não apenas promove melhores condições de trabalho, mas também fortalece o compromisso com a acessibilidade e com os direitos linguísticos da comunidade Surda.

Assim, neste trabalho, adota-se o termo “tradução” para se referir à atividade a ser analisada, desenvolvida pelos TILSP do DESU no INES, considerando que esses profissionais realizavam suas tarefas com base em um planejamento prévio, o que lhes permitia definir o ritmo de suas traduções, organizar os conteúdos em etapas e contar com suporte – ainda que virtual – por meio de um grupo no WhatsApp para consulta de sinais. Os materiais traduzidos eram disponibilizados em diferentes formatos, como textos, vídeos e áudios, e os TILSP dispunham de um

tempo específico destinado a cada fase do processo, incluindo o estudo dos conteúdos, a pesquisa terminológica, entre outras etapas necessárias para a realização da tradução. A escolha do termo, portanto, fundamenta-se não apenas nas características operacionais da atividade, mas também em uma análise teórica e metodológica consolidada pelos ETILS.

Compreender essas distinções e reconhecê-las no cotidiano profissional e acadêmico contribui para a valorização dos TILSP para a qualificação da mediação linguística e para o fortalecimento da cidadania linguística das pessoas Surdas no Brasil.

4.7.1. Introdução aos Estudos da Tradução

A tradução é uma das mais antigas práticas da humanidade e tem desempenhado papel central nas relações entre povos, culturas e línguas ao longo da história. Derivada do latim *traducere*, que significa “conduzir além” ou “transferir”, a palavra traduzir remete à ideia de transposição — não apenas linguística, mas também cultural, ideológica e simbólica (Houais, 2001). Como destaca o dicionário Aurélio, traduzir pode significar “transpor de uma língua para outra”, mas também “explicar, revelar, manifestar”. Com isso, o termo “tradução” vai além do simples ato de converter palavras: ele se refere a um processo profundo de mediação e interpretação do mundo.

A importância da tradução se manifesta desde o próprio aprendizado da linguagem. Segundo o poeta mexicano Octavio Paz (1990), aprender a falar é, essencialmente, aprender a traduzir. Quando uma criança pede à mãe o significado de uma palavra, está, na prática, pedindo uma tradução para a sua linguagem compreensível. Assim, mesmo dentro da mesma língua, a tradução se revela presente nas operações de paráfrase, adaptação e reinterpretação, o que Roman Jakobson (1959) classificou como tradução intralinguística.

Historicamente, a tradução foi vista por muito tempo como uma atividade marginal. No entanto, como lembra Susan Bassnett (2003), foi apenas no século XX que ela passou a ser reconhecida como um ato fundamental no intercâmbio humano. Essa valorização recente resultou no surgimento dos Estudos da Tradução (ET) como campo interdisciplinar, voltado para a análise do processo tradutório em suas múltiplas dimensões: linguísticas, culturais, sociais e políticas.

Essa multiplicidade de perspectivas é evidenciada por autores como Paulo Rónai (1976), que distingue entre a “tradução naturalizadora”, aquela que adapta a

obra estrangeira à cultura do leitor, e a “tradução identificadora”, que mantém os traços originais da obra, evidenciando sua origem estrangeira. Já Munday (2001) observa que a diversidade nas definições de tradução reflete também as diferentes abordagens adotadas para compreender seu processo: ora como produto (o texto traduzido), ora como prática (o ato de traduzir), ora como campo teórico.

No contexto das línguas de sinais, essa expansão é ainda mais evidente. Não existe uma “Língua de Sinais universal” e, como ocorre com as línguas orais, as línguas de sinais possuem suas próprias gramáticas, léxicos e variações culturais. Por isso, a tradução entre línguas de sinais e línguas orais é também uma forma de garantir o direito à comunicação, à acessibilidade e à cidadania linguística das pessoas Surdas.

Finalmente, como destacam Bassnett (2003) e Eco (2007), traduzir é negociar sentidos entre culturas. A tradução não deve ser vista apenas como uma equivalência entre códigos linguísticos, mas como um processo de interpretação profunda entre sistemas culturais distintos. Eco, por sua vez, afirma que o tradutor deve lidar não apenas com regras linguísticas, mas também com “enciclopédias culturais”, ou seja, com os conjuntos de saberes, práticas e valores de cada comunidade.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a tradução é uma prática multifacetada, atravessada por múltiplas dimensões e implicações. Seu estudo exige uma abordagem crítica e contextualizada, capaz de reconhecer as especificidades de cada situação tradutória.

Compreender a complexidade da tradução como prática e como campo de estudo requer, portanto, a análise de diferentes classificações e abordagens. Uma das contribuições mais influentes nesse sentido é a tipologia proposta por Roman Jakobson, que sistematiza as modalidades tradutórias a partir das relações entre códigos linguísticos e semióticos. No próximo capítulo, exploraremos essa tipologia clássica e seus desdobramentos, fundamentais para o entendimento das práticas tradutórias contemporâneas, especialmente no contexto das línguas de sinais

4.7.2. A Tipologia Clássica de Jakobson: Modalidades da Tradução e seus Desdobramentos"

Dando continuidade à discussão sobre as diferenças conceituais, operacionais e cognitivas entre tradução e interpretação no contexto dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Língua de Sinais (ETILS), é importante ampliar o olhar para as bases teóricas que sustentam essas práticas. Nesse sentido, a tipologia proposta

por Roman Jakobson (1973) se destaca como um dos referenciais clássicos mais influentes na área. Conhecida como "tríplice tipologia da tradução" ou "tipos de interpretação", essa classificação contempla três modalidades distintas — intralinguística, interlinguística e intersemiótica — que ajudam a elucidar os diferentes níveis de operação tradutória entre sistemas linguísticos e semióticos. A seguir, serão analisadas essas categorias e seus desdobramentos, com foco especial em suas contribuições para o campo da tradução em Libras.

a) Tradução Intralingual

A tradução intralingual, ou reformulação, refere-se à interpretação de signos verbais por meio de outros signos dentro da mesma língua. Esse processo é essencial na adaptação de textos para diferentes públicos, garantindo acessibilidade e compreensão adequada. Segundo Jakobson (1969), a tradução intralingual desdobra-se em diversas abordagens, como a paráfrase, a retextualização e a simplificação, sendo essencial em contextos educacionais, acadêmicos e de acessibilidade linguística.

Steiner (2005) argumenta que todo ato de leitura envolve um processo tradutório, no qual o leitor precisa interpretar e ressignificar o conteúdo para construir sentido. A tradução intralingual antecede qualquer interpretação interlingual, sendo necessária para garantir a coerência da mensagem a ser transmitida. A simplificação, por exemplo, é uma estratégia utilizada para adaptar textos a diferentes níveis de letramento, tornando a comunicação mais acessível (Becker, 2012; Castilho, 2010).

No contexto da acessibilidade, a tradução intralingual também desempenha um papel crucial na produção de materiais adaptados, como a tradução de textos acadêmicos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) utilizando a técnica de glossinais⁷ (Quadros; Karnopp, 2004). Esse tipo de adaptação fortalece a inclusão educacional e a democratização do conhecimento.

b) Tradução Interlingual

A tradução interlingual envolve dois códigos, a língua de partida e a língua de chegada. Jakobson (1969, p. 64) afirma que “no nível da tradução interlingual, não

⁷ “Glossinais”, de acordo com Campello e Castro (2013, p. 14), “[...] confere suporte ao procedimento de tradução, acrescentando comentários, casos reais e outros. É realizado através de uma tradutora que fica atrás da câmera repassando as informações da língua portuguesa escrita para Língua de Sinais brasileira”.

há comumente equivalência completa entre as unidades de código”, pois a tradução não ocorre por unidades isoladas, mas sim por mensagens inteiras.

Guerini e Costa (2006, p. 11) destacam que a tradução teve papel essencial na difusão do conhecimento e da civilização e que “75% do saber científico e tecnológico no Brasil provém das traduções”. Desde a Antiguidade, a tradução foi debatida, com Cícero e Horácio defendendo a tradução do sentido em vez da literal (Bassett, 2003, p. 81).

Duas grandes abordagens marcaram a história da tradução interlingual: uma que prioriza o texto de chegada e outra que foca no texto de partida. No contexto religioso, a tradução da Bíblia levou a uma preocupação maior com a fidelidade ao texto original, com referências como a Vulgata, de São Jerônimo, e a versão de Lutero, que buscava padronizar o alemão para melhor compreensão do público (“A verdadeira tradução é a adaptação do que foi dito em uma língua estrangeira à própria língua” – Lutero, [1530] 2006 p. 105). Venuti (1992) propõe a distinção entre tradução “estrangeirizadora” e “domesticadora”, refletindo o constante debate entre manter a fidelidade ao texto original ou adaptá-lo para melhor compreensão na língua de chegada.

c) Tradução Intersemiótica

Jakobson (1969) define a tradução intersemiótica como a transposição de um sistema de signos para outro. Rónai (1976, p. 2) amplia essa ideia ao afirmar que a tradução intersemiótica ocorre quando interpretamos gestos, expressões ou atos simbólicos. Essa tradução geralmente ocorre entre sistemas verbais e não verbais, como na adaptação de livros para cinema, quadrinhos e publicidade. Também pode ocorrer entre dois sistemas não verbais, como a relação entre música e pintura (Guerini; Costa, 2009, p. 23).

Diniz (1998) observa que, assim como outros tipos de tradução, a intersemiótica busca equivalência funcional entre os sistemas, mas nunca pode abranger todas as nuances do original. “Toda tradução sempre resultará em algo ‘além ou aquém do chamado original’” (Diniz, 1998, p. 330).

Lotman destaca a diferença entre linguagens verbais e icônicas: os sistemas linguísticos são discretos e divisíveis em signos, enquanto os icônicos são contínuos, tornando a tradução exata inviável. Assim, a tradução intersemiótica amplia os estudos tradutórios ao evidenciar a complexidade da transposição de significados entre sistemas semióticos.

À luz da tipologia clássica de Jakobson e de suas contribuições para a compreensão das modalidades tradutórias, torna-se pertinente aprofundar a análise das técnicas e métodos empregados nessa prática específica. Considerando a complexidade dos sistemas linguísticos e culturais envolvidos, o próximo capítulo abordará os principais procedimentos utilizados na tradução de textos em língua portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais, refletindo o avanço teórico e metodológico dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS). Essa abordagem permitirá explorar como os aspectos multimodais, culturais e tecnológicos influenciam a produção tradutória, além de evidenciar a relevância da Libras como língua de chegada em projetos que visam à acessibilidade e o direito linguístico.

4.7.3. Abordagem das técnicas e métodos de tradução de textos de Língua Portuguesa para Libras

A abordagem das técnicas e métodos de tradução de textos de língua portuguesa para Libras (Língua Brasileira de Sinais) tem ganhado destaque nos últimos anos, refletindo o amadurecimento dos ETILS. Isso se deve a quatro fatores históricos que sustentam essa disciplina: Primeiramente, há um reconhecimento internacional do trabalho dos intérpretes de línguas de sinais. Em segundo lugar, muitas línguas de sinais em todo o mundo alcançaram status linguístico consolidado. Terceiro, há um notável crescimento de trabalhos acadêmicos sobre tradução e interpretação de línguas de sinais em universidades. Por fim, novas oportunidades de Ensino e aprendizagem acadêmica têm surgido para formar intérpretes de línguas de sinais (Bontempo, 2015).

Apesar do crescimento nos estudos relacionados aos ETILS, as reflexões e pesquisas acadêmicas brasileiras nesse campo são relativamente recentes (Vasconcellos, 2010). Maria Lúcia Vasconcellos (2010) destaca a falta de atenção aos profissionais de Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS) no ambiente universitário que fora discutido durante o I Congresso de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, enfatizando a necessidade de intercâmbio acadêmico, aprofundamento em questões identitárias e ferramentas didáticas para o Ensino de tradução/interpretação de línguas orais para línguas de sinais. Os avanços nos estudos dos ETILS nos últimos 22 anos apontam para novas direções na atuação dos profissionais TILSP em diversos contextos (Rodrigues e Santos, 2018 *apud* Lemos, 2023). Esses avanços resultaram no crescimento de eventos, congressos,

pesquisas, defesas de dissertações e teses acadêmicas, na criação de cursos de graduação e pós-graduação e na publicação de artigos e livros sobre ETILS (Lemos, 2023).

A tradução em Línguas de Sinais envolve a produção de um projeto de texto-vídeo sinalizado com inserções de muitos elementos multimodais, demandando recursos tecnológicos. A tradução pode ser uma tarefa individual ou realizada em equipe para solucionar problemas linguísticos, textuais e sinalizados (Lemos, 2023). Por outro lado, a interpretação em Língua de Sinais, marcada pelo imediatismo e pela comunicação gestual-visual-corporal, é frequentemente direcionada a públicos Surdos, especialmente em setores públicos (Lemos, 2023).

A distinção entre tradução e interpretação em línguas de sinais é fundamental. Para Rodrigues (2018, p. 83), a tradução é vista como uma tarefa intramodal, “demandando a tradução/interpretação entre a própria Língua de Sinais ou entre duas línguas de sinais diferentes uma da outra”, enquanto a interpretação é uma tarefa intermodal, “demandando a tradução/interpretação entre uma língua oral-auditiva para uma língua visual-gestual sinalizada ou vice-versa”.

Segundo Rodrigues (2018c, p. 308), a tradução em Língua de Sinais envolve a criação de vídeos e faz uso significativo de recursos tecnológicos, enquanto a interpretação de línguas de sinais ocorre em interações diretas com o público, frequentemente sem o uso de cabines ou tecnologia avançada. Portanto, a distinção entre tradução e interpretação pode ser observada através do fator tempo e da fluidez na comunicação.

Já os autores Cruz, Guedes e Lemos (2021) introduzem a distinção entre tradução intermodal e tradução intercultural. Para os autores a tradução intermodal concentra-se na conversão de conteúdo de uma modalidade linguística para outra, como do português para a Libras, com adaptação em vídeo. Isso requer a consideração de características específicas, como antropomorfismo, classificadores e expressões faciais, que desempenham um papel fundamental na expressão literária em Língua de Sinais. Quanto à tradução intercultural, os tradutores devem mediar entre diferentes culturas, exigindo conhecimento aprofundado das culturas envolvidas (Cruz, Guedes e Lemos, 2021). Na tradução intermodal,

é necessário reconhecer a diferença cultural dos Surdos e adaptar a tradução para a modalidade visual, fazendo uso pleno da Língua de Sinais como primeira língua e limitando a influência do português nas traduções (p.236)

Para consolidar o campo disciplinar dos ETILS, é essencial definir seu objeto de pesquisa, incentivar o crescimento contínuo das pesquisas, sistematizar o conhecimento, formar pesquisadores em programas de pós-graduação e colaborar em núcleos de estudo (Rodrigues e Christmann, 2023). Isso contribui para a publicação regular de estudos específicos e a presença em eventos nacionais e internacionais relacionados à área.

A trajetória dos ETILS no Brasil reflete sua consolidação como um campo científico, com contribuições significativas em diversas áreas da sociedade contemporânea (Rodrigues e Christmann, 2023). Essas contribuições abrangem a formação de tradutores e intérpretes, o desenvolvimento de pesquisadores, projetos de extensão e políticas linguísticas e de tradução/interpretação. Além disso, a sensibilidade à cultura Surda é crucial para realizar traduções culturalmente adequadas (Cruz, Guedes e Lemos, 2021). Em resumo, os ETILS no Brasil têm progredido consideravelmente, desempenhando um papel fundamental na promoção da inclusão e na valorização da cultura Surda.

Em conclusão, a abordagem das técnicas e métodos de tradução de textos da língua portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma área em constante evolução e amadurecimento no cenário acadêmico e profissional brasileiro. Ao longo dos anos, observamos o crescente reconhecimento da importância dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS), o que culminou em uma expansão substancial dos campos de pesquisa, formação de profissionais qualificados e contribuições significativa para a inclusão de pessoas Surdas na sociedade.

As distinções entre tradução e interpretação, bem como a ênfase na sensibilidade cultural, têm desempenhado um papel fundamental no aprimoramento das práticas de tradução e interpretação entre línguas orais e línguas de sinais, impulsionando a criação de novas ferramentas e abordagens para atender às necessidades dessa comunidade. À medida que o campo dos ETILS continua a se consolidar, ele desempenha um papel cada vez mais crucial na promoção da acessibilidade, comunicação e entendimento mútuo entre as diferentes comunidades linguísticas, enriquecendo assim a diversidade cultural do Brasil e a inclusão de pessoas Surdas em todos os aspectos da sociedade contemporânea.

Para dar continuidade à discussão sobre as especificidades e avanços nos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS), é necessário aprofundar o olhar sobre as modalidades tradutórias envolvidas na transposição de

textos da língua portuguesa para a Libras. A partir das distinções conceituais, operacionais e cognitivas entre tradução e interpretação, exploradas anteriormente, abre-se espaço para uma análise mais refinada das diferentes formas de tradução, em especial, da tradução intermodal, que se torna central no contexto de línguas com modalidades distintas, como o português (oral-auditiva) e a Libras (visual-espacial). Assim, o próximo capítulo abordará as categorias propostas por Jakobson e suas ressignificações no campo dos ETILS, destacando como a intermodalidade, interlinguagem e intersemiose atuam de forma integrada no processo tradutório.

4.7.3.1. Tradução Intermodal, Intersemiótica E Interlinguística De Textos Escritos Em Português Para A Libras

A tradução de uma língua oral para uma Língua de Sinais envolve uma complexidade que vai além da simples transposição lexical. No contexto da tradução para Libras, além dos três tipos de tradução propostos por Jakobson (1972), Segala (2010) introduziu um quarto tipo de tradução, denominado tradução intermodal, que destaca as particularidades da conversão entre línguas de modalidades distintas.

Enquanto língua visual-espacial, a Libras apresenta desafios específicos em sua tradução a partir do português, exigindo estratégias adaptadas ao seu caráter não linear ao uso do espaço tridimensional para a construção do significado.

A tradução intermodal refere-se à conversão de um texto entre línguas de modalidades distintas, como a passagem do português escrito (língua oral-auditiva) para a Libras (língua visual-espacial) e vice-versa. Segundo Segala (2010), esse tipo de tradução é simultaneamente interlingual e intersemiótica, pois ocorre entre sistemas linguísticos diferentes e envolve distintos modos de expressão.

Os estudos sobre tradução intermodal, especialmente no contexto da ASL (American Sign Language) e da Libras, destacam três aspectos fundamentais:

- (a) a adaptação de princípios e técnicas da tradução intramodal (entre línguas orais) para a intermodalidade;
- (b) a existência de dois subsistemas, um voltado para a conversão de uma língua oral-auditiva para um sistema escrito visual-espacial e outro para a síntese de sinais a partir desse sistema escrito;
- (c) a complexidade decorrente do sistema de escrita adotado para representar a Língua de Sinais (Segala, 2010).

No Brasil, a consolidação dos estudos sobre a tradução de Libras ganhou força com a criação dos Cursos de Letras Libras, em 2006, que impulsionaram pesquisas aplicadas e metodologias específicas para o Ensino e a tradução da Língua de Sinais (Santos, 2013; Quadros, 2015).

Quadros e Souza (2008) ressaltam que, na tradução intermodal, a Libras se apresenta em sua forma "oral", ou seja, como um sistema de comunicação visual-cinestésico expresso corporalmente. Essa característica impõe desafios específicos, como a sobreposição entre tradução e interpretação durante a filmagem do texto em Libras, a visibilidade do tradutor, que se torna também autor da versão traduzida, e a necessidade de uma performance discursiva que garanta clareza e expressividade ao texto visual-espacial.

A visibilidade do tradutor é um fator central que diferencia a tradução para Libras das traduções escritas, nas quais a identidade do tradutor pode ser menos perceptível. Na Libras, o tradutor aparece na filmagem, tornando-se parte essencial da recepção do texto pelo público. Além do domínio linguístico, a produção da tradução exige habilidades paralinguísticas e performáticas, como o uso do espaço, descrições imagéticas e a incorporação de elementos visuais na sinalização (Quadros e Souza, 2008). Dessa forma, a tradução intermodal não é apenas uma transposição entre idiomas, mas um processo complexo que envolve aspectos linguísticos, técnicos e performáticos, exigindo do tradutor competências específicas para garantir a fidelidade e a inteligibilidade da mensagem na língua de chegada.

Outro fator relevante é a participação de tradutores Surdos na adaptação de textos acadêmicos para Libras. Sua atuação contribui para uma maior adequação das traduções às especificidades culturais e linguísticas da comunidade Surda. Conforme apontado por Padden (1988) e Quadros (2006), a gramática visual-espacial das línguas de sinais apresenta particularidades que demandam um olhar especializado, garantindo que o conteúdo seja transmitido de maneira fiel e acessível. A colaboração entre tradutores Surdos e intérpretes de Libras tem se mostrado essencial para alcançar esse objetivo.

Nesse sentido, Stone (2009) observa que o tradutor Surdo, por ser nativo em Libras, processa a informação segundo uma "norma Surda", ou seja, por meio de um processo de tradução intercultural que envolve uma abordagem diferenciada. Ao transpor o texto do português para Libras, esse tradutor pode empregar estratégias como re-traduições sucessivas e esboços visuais, assegurando que o produto final seja adequado e compreensível para o público Surdo, respeitando as características visuais e espaciais da Língua de Sinais. A importância dessa contribuição se evidencia na capacidade dos tradutores Surdos de captar nuances culturais e contextuais que muitas vezes escapam aos tradutores ouvintes, como ressaltado por Campello (2014), Segala (2010) e Souza (2010).

Nos últimos anos, o sistema de glossinais emergiu como uma técnica promissora para a tradução de materiais para Libras. Essa abordagem, introduzida por Castro (2012), envolve a leitura de textos em português por tradutores e a subsequente "reinterpretação" em Libras por intérpretes Surdos. Essa estratégia tem se mostrado uma ferramenta valiosa para aprimorar a precisão e a adequação cultural das traduções, superando algumas limitações dos métodos tradicionais de transcrição.

No contexto da acessibilidade, a tradução intralingual desempenha um papel fundamental na produção de materiais adaptados para diferentes públicos. Um exemplo é a tradução de textos acadêmicos para Libras utilizando a técnica de glossinais, o que facilita a compreensão de conteúdos complexos pela comunidade Surda (Quadros; Karnopp, 2004). Esse tipo de adaptação fortalece a inclusão educacional e a democratização do conhecimento, ampliando o acesso à informação para pessoas Surdas e promovendo maior equidade na educação.

Diante da complexidade envolvida na tradução de textos do português para a Libras, evidencia-se que esse processo transcende a mera conversão linguística, sendo atravessado por questões intermodais, interculturais e performáticas. A atuação dos tradutores e intérpretes, especialmente os Surdos, assume papel crucial na mediação do conhecimento e na promoção da acessibilidade linguística no contexto educacional. A adoção de estratégias como a glossinalização e a valorização da performance visual-cinestésica demonstram um avanço significativo na produção de materiais que respeitam a gramática e a cultura Surda. Essa abordagem plural e colaborativa, que une teoria e prática, reflete diretamente nos espaços institucionais voltados à educação bilíngue. É nesse cenário que se insere o trabalho realizado pelo Departamento de Ensino Superior (DESU) do INES, cuja organização e atuação dos tradutores e intérpretes será analisada no próximo capítulo, com foco na estrutura institucional e nos mecanismos regulatórios que sustentam essa prática no contexto da educação Superior de Surdos.

4.8. Organização do DESU dentro do Instituto Nacional de Educação de Surdos

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) é uma instituição centenária e considerada referência no Ensino voltado para pessoas Surdas. De acordo com Rocha (2008), o Instituto foi criado em 1857 pelo professor Surdo Ernest

Huet, um francês que chegou ao Brasil em 1855, a convite de Dom Pedro II, com a missão de fundar uma escola para Surdos.

Huet trouxe consigo uma bagagem significativa, por ter estudado no Instituto de Surdos de Paris e atuado como diretor no Instituto de Surdos-Mudos de Bourges. Em sua chegada ao Brasil, apresentou a Dom Pedro II um documento conhecido como Relatório Huet, no qual detalhava as condições e necessidades para a criação do Instituto (Rocha, 2007).

Ao longo dos anos, o INES vem aprimorando sua oferta de educação para estudantes Surdos, sempre buscando estratégias, recursos e abordagens visuais que favoreçam a acessibilidade ao conhecimento.

Em termos de estrutura organizacional, o INES está dividido em departamentos que abrigam setores, coordenações e divisões administrativas e pedagógicas. São eles:

- Departamento de Educação Básica (DEBASI)
- Departamento de Educação Superior (DESU)
- Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (DDHCT)
- Departamento de Administração (DEPA)

O presente estudo está fundamentado na prática de tradução de materiais do português para a Libras, desenvolvida no Departamento de Educação Superior (DESU), como estratégia de acessibilidade linguística no contexto educacional.

O DESU desempenha um papel essencial na formação acadêmica e profissional voltada para a educação bilíngue de Surdos, promovendo Ensino, pesquisa e extensão de forma integrada e acessível. Criado formalmente em 2006, o DESU é responsável pela coordenação de cursos de graduação e pós-graduação, além de atividades de pesquisa e extensão na área da Educação de Surdos.

Atualmente, o departamento oferta dois cursos de licenciatura: Pedagogia Bilíngue (presencial) e Pedagogia Bilíngue (Educação a Distância - EaD). A Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, pioneira na América Latina desde 2006, tem como objetivo formar pedagogos aptos a atuar na docência, gestão educacional e contextos não escolares, reservando 50% das vagas para alunos Surdos e exigindo conhecimento básico de Libras para candidatos ouvintes. Já a Licenciatura em Pedagogia na modalidade EaD é realizada em parceria com instituições públicas em 12 polos distribuídos pelo Brasil, com ingresso via ENEM. No âmbito da pós-

graduação, o DESU oferta cursos de Lato Sensu e Stricto Sensu, incluindo o Mestrado Profissional em Educação Bilíngue aprovado pela CAPES em 2018, voltado para profissionais da Educação de Surdos, abrangendo as áreas de Educação, Educação Especial, Letras/Linguística e Artes.

Desde sua criação, o DESU enfrentou desafios na contratação de docentes e intérpretes de Libras. Em seu primeiro concurso público, realizado ao final de 2006, foram ofertadas 10 vagas para professores, das quais apenas 8 foram preenchidas. A baixa ocupação das vagas evidenciou a escassez de profissionais qualificados na área, com destaque para a baixa participação de docentes Surdos no certame (Souza, 2017; Franco; Rocha, 2008). No período analisado por Nembri (2010), o quadro docente efetivo do DESU contava com apenas 7 professores, sendo complementado por 12 docentes contratados, muitos dos quais não possuíam conhecimento em Libras ou experiência com Educação de Surdos.

No que tange à estrutura de trabalho dos Intérpretes de Libras, inicialmente, esses profissionais eram contratados por meio de um convênio entre o INES e a Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo (FENEIS). No entanto, essa medida se mostrou insuficiente, pois os intérpretes eram distribuídos para toda a instituição, resultando em uma equipe reduzida para atender o DESU. Isso ocasionou dificuldades como cancelamento de aulas e sobrecarga de trabalho para os poucos docentes efetivados (Franco; Rocha, 2008; Gurgel, 2010).

A formação dos intérpretes era certificada pelo Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Prolibras). Contudo, essa certificação revelou-se insuficiente para o Ensino Superior, pois não contemplava uma preparação pedagógica adequada (SOUZA, 2017). Dessa forma, os intérpretes necessitavam atuar em parceria com os professores para esclarecer conceitos e sanar dúvidas relacionadas às disciplinas (Franco; Rocha, 2008). Antonio et al. (2015) argumentam que a formação do Intérprete Educacional deve ir além da mera interpretação, incluindo a participação ativa no planejamento educacional e na construção do significado para os alunos Surdos.

No contexto das universidades federais, Santos (2006) menciona que a contratação de intérpretes ocorre, geralmente, de duas formas: como professores substitutos, com contratos de até dois anos, ou por meio de concurso público, em que o profissional assume a função de professor. Há também a possibilidade de

contratação via convênio com a FENEIS, permitindo o repasse desses profissionais para Instituições de Ensino Superior (Gurgel, 2010, P. 75).

Em relação ao ingresso dos estudantes, segundo Nora (2016) o primeiro vestibular do DESU ofertou 60 vagas, sendo 30 destinadas a estudantes Surdos e 30 a ouvintes com conhecimento em Libras. No entanto, apenas 14 vagas foram ocupadas por alunos Surdos, resultando posteriormente em abandonos e trancamentos, enquanto 46 alunos ouvintes ingressaram, apresentando menor taxa de desistência (Franco; Rocha, 2008; Nembri, 2010). Nos anos subsequentes, essa tendência de maior ingresso de alunos ouvintes se manteve.

Uma mudança significativa ocorreu a partir de 2012, quando, sob a gestão da Profª Dra. Solange Rocha e da Profª Dra. Wilma Favorito, foram abertas 23 vagas para o cargo de Tradutor-Intérprete de Libras por meio do concurso público previsto no edital nº 09/2012 (Souza, 2017). Em 2014, um novo concurso público ampliou esse quadro, resultando na contratação de 40 docentes e 26 intérpretes, metade dos quais foram alocados no DESU, contribuindo para a melhoria do atendimento aos acadêmicos Surdos (editais nº 09/2012 e 29/2013). Essas mudanças foram fundamentais para aprimorar a inclusão e acessibilidade acadêmica dentro do departamento.

Considerando os afastamentos e redistribuições dentro do Instituto, a equipe de intérpretes do Departamento é composta por 21 profissionais atuando no curso presencial e 05 profissionais na graduação, na modalidade EaD (dados obtidos pela autora em março de 2025)

4.8.1. Organização dos intérpretes

Diante das demandas crescentes, um grupo de Tradutores e Intérpretes de Libras-Português (TILSP) do Departamento de Educação Superior (DESU) do INES se reuniu com o objetivo de discutir sua atuação no departamento, identificar desafios e propor soluções. Essas discussões resultaram na elaboração coletiva de um documento regulatório, construído de forma colaborativa e aprovado por todo o grupo.

Como fruto desse processo, foi criada e publicada a Portaria nº 597, de 28 de dezembro de 2018, que se tornou um marco regulatório essencial para o fortalecimento da atuação dos TILSP no DESU/INES. A portaria estabelece diretrizes, atribuições, princípios éticos e critérios operacionais que regulamentam e valorizam o trabalho desses profissionais. Além disso, garante a acessibilidade

linguística e o direito à educação bilíngue para a comunidade Surda, promovendo um ambiente acadêmico mais inclusivo e equitativo.

A importância da Portaria nº 597/2018 se evidencia na medida em que assegura o reconhecimento formal do Tradutor e Intérprete de Libras-Português (TILSP) como parte fundamental do processo educacional na Educação Superior. O documento promove “o direito linguístico e a acessibilidade das pessoas Surdas no Departamento” (Art. 1º, I), reafirmando o compromisso do INES com uma educação bilíngue inclusiva. Ao reconhecer a mediação linguística como atividade pedagógica essencial, a Portaria posiciona os intérpretes como agentes do processo educativo, e não apenas como apoio técnico. Isso é reforçado pela atribuição formal de responsabilidades como a tradução e interpretação de textos, artigos, reuniões, aulas (de graduação e pós-graduação), orientações, defesas de monografia, palestras, eventos e outras atividades acadêmicas (Art. 1º, II).

Outro aspecto importante abordado pela Portaria é o cuidado com as condições de trabalho dos intérpretes. O texto normativo reconhece o alto esforço cognitivo envolvido na interpretação, especialmente em contextos acadêmicos complexos. Por isso, estabelece, por exemplo, o revezamento entre intérpretes em turnos de vinte a trinta minutos (Art. 2º), e o direito ao acesso prévio ao conteúdo com antecedência mínima de dois dias (Art. 5º, III). Tais medidas são fundamentais para assegurar a qualidade da interpretação e o bem-estar dos profissionais, além de reforçar o caráter técnico e planejado da prática tradutória.

Nesse mesmo sentido, a Portaria propõe uma atuação colaborativa entre intérpretes e professores, como forma de garantir uma acessibilidade que vá além do cumprimento formal. Ela prevê a “parceria entre docentes e TILSPs no espaço acadêmico, promovendo trocas de experiências, interlocuções e articulações para a organização das aulas ou disciplinas” (Art. 5º, VI). Esse diálogo contínuo é essencial para a construção de um processo pedagógico mais sensível às necessidades dos estudantes Surdos, promovendo a integração plena entre todos os sujeitos envolvidos na educação.

Do ponto de vista ético, a Portaria também avança ao se alinhar ao Código de Ética da FEBRAPILS, destacando princípios como confidencialidade, respeito à diversidade, competência linguística e o revezamento responsável (Art. 11º, VII). Além disso, reforça a profissionalização da atividade ao proibir que estudantes assumam a função de intérprete: “É vedada a participação de alunos do DESU ou de qualquer outro departamento desta instituição para realização de tradução e

interpretação em sala de aula, capacitações, eventos e outras situações afins” (Art. 14). Tal medida assegura o respeito à carreira pública dos intérpretes concursados, impedindo a precarização do trabalho e a substituição por mão de obra não qualificada.

Essa mudança de perspectiva em relação ao papel do TILSP se concretiza também na forma como a atuação profissional foi organizada dentro do DESU. A estruturação em equipes específicas permite um fluxo de trabalho mais eficiente e adequado à complexidade das demandas da Educação Superior bilíngue. Foram constituídas quatro frentes de atuação: Equipe de Sala de Aula, Equipe de Tradução, Equipe de Atividades e Equipe de Pós-Graduação, cada uma com atribuições bem definidas. Essa divisão possibilita não apenas a especialização do trabalho, mas também maior organização interna e planejamento institucional.

Entre essas frentes, destacaremos a Equipe de Tradução, objeto de estudo desta pesquisa, que exerce um papel estratégico na democratização do acesso ao conhecimento. Sua responsabilidade inclui a tradução de materiais didáticos, textos acadêmicos, documentos institucionais e conteúdos audiovisuais para Libras. A Portaria é clara ao delimitar o uso dos materiais traduzidos, estabelecendo que “somente serão utilizados na disciplina, não sendo permitida a divulgação dos mesmos, a não ser no repositório ou site institucional” (Art. 6º, I). Essa medida reforça o compromisso com a ética profissional, a proteção de direitos autorais e a responsabilidade institucional sobre o conteúdo. Discutiremos mais adiante o que a portaria estabelece em relação à tradução, quando abordarmos especificamente o processo tradutório realizado pelo DESU.

A seguir, analisamos como essas práticas se estruturavam antes da pandemia, com base em referenciais teóricos, como o proposto por Lemos (2022) e Carneiro, Vital e Souza (2020), que sistematiza etapas do processo tradutório do português para a Libras, permitindo uma análise comparativa entre teoria e prática no contexto educacional bilíngue do INES.

4.8.2. Estratégias e Etapas no Processo de Tradução de Textos de Português para Libras no DESU: Análise de Fluxos e Práticas no Contexto Educacional antes da Pandemia

Para compreender com maior profundidade as práticas desenvolvidas pela Equipe de Tradução do DESU, dos cursos na modalidade presencial, especialmente no que diz respeito à organização do trabalho e às etapas envolvidas no processo

tradutório, é útil recorrer a estudos que sistematizam metodologias nessa área. Um dos referenciais teóricos relevantes é o trabalho de Lemos (2022), que, em seu artigo, analisou resenhas sobre traduções de poesias entre o Português e a Libras e propôs uma organização sistemática do processo tradutório em duas direções: do Português para a Libras e da Libras para o Português.

A partir dessa análise, o autor elaborou um quadro contendo 16 etapas para a tradução de poesia do Português para a Libras, detalhando procedimentos e critérios adotados ao longo do processo. Essas etapas vão desde a seleção e análise estilística do texto até a filmagem, edição e divulgação da versão traduzida, oferecendo uma estrutura valiosa que pode ser adaptada à tradução de outros gêneros discursivos, inclusive os utilizados no contexto educacional.

A análise de Lemos (2022), embora tenha sido desenvolvida a partir de textos poéticos, pode ser aplicada a qualquer material em língua portuguesa que precise ser traduzido para a Libras. Dessa forma, tomaremos como referência a organização proposta pelo autor para defender as etapas de tradução por ele sugeridas, utilizando-as como modelo comparativo às práticas adotadas no departamento.

É importante ressaltar que, por se tratar de uma área ainda em desenvolvimento, não há um padrão fixo de etapas a ser seguido. Cada tradutor, dentro de sua equipe e área de atuação, define as estratégias e métodos mais adequados para a realização do trabalho de tradução. A seguir, apresentamos a proposta de sistematização das etapas de tradução de Português para Libras das etapas definidas por Lemos (2022),

Tabela 2- Proposta de sistematização das etapas de tradução de Português para Libras das etapas definidas por Lemos (2022)

	Etapas	Explicação
1	Seleção do texto poético e diagnóstico do autor	Escolha do texto poético (poesia); entendimento de quem é o poeta; análise histórica do tempo e espaço da poesia.
2	Leitura e releitura do texto poético	Leitura atenta da poesia; releitura cuidadosa do texto fonte, com anotações dos tópicos principais (informações dos personagens, situações de tempo-espaço, situação psicológica) em cada estrofe
3	Interpretação do texto poético	Compreensão do texto poético; entendimento da intencionalidade do autor e das estruturas semânticas.
4	Análise estilística do texto poético	Identificação dos recursos estilísticos usados pelo autor-poeta; exaustiva análise do conteúdo fonológico-lexical, da composição tipográfica, da constância formal das estruturas sintáticas, dos sentidos/contradições

		semânticos; análise da estrutura rítmica do texto, identificando se está bem-marcada ou não; análise textual do poema, linha por linha, estrofe por estrofe, sentidos por sentidos.
5	Busca e consulta terminológica	Busca por termos desconhecidos e entendimento de seus significados em Português e em Libras; identificação dos neologismos; estudo lexical em Libras
6	Estudo linguístico da Libras	Análise dos possíveis alocamentos de elementos que serão utilizados na tradução; identificação das formas de transferências imagéticas, das apontações dêiticas, dos espaços mentais dos personagens.
7	Decisão das simetrias das mãos pelos parâmetros da Libras	Decisão sobre as repetições regulares de formato das mãos, descrevendo quais serão os parâmetros em Libras para cada 8sinal realizado na tradução do poema; escolhas de quais serão as configurações de mãos e os classificadores a serem utilizados para alocar a rima, o ritmo e a métrica; opção por manter a mesma ordem e o mesmo número de estrofes que o texto original na tradução sinalizada; divisão das estrofes, com marcações de sinais-referências para troca de estrofes.
8	Tradução	Realização do planejamento da tradução; identificação das unidades de tradução, da mensagem original para uma mensagem correspondente; busca de apoio de dicionários; atenção aos efeitos poéticos, às correspondências ou aos paralelismos.
9	Comentários à tradução	Realização de comentários à tradução, com foco nos problemas, nas soluções/estratégias e nas escolhas sobre o efeito poético dos sinais no poema
10	Processo de organização textual da sinalização em glosas escritas	Transcrição em glosas escritas para mapear a sinalização em Libras; revisão final das glosas escritas.
11	Transcrição em glosas escritas para mapear a sinalização em Libras; revisão final das glosas escritas.	Decisões das cores da vestimenta e do plano de fundo da sinalização.
12	Filmagem	Escolher um estúdio (contendo tripé, câmera, estabilizadores, iluminação, chroma-key, mesa, teleprompter/computador) para realizar a tradução filmada; preparação para gravação da filmagem; gravação por estrofes
13	Edição	Inclusão de elementos (lâminas, efeitos de sobreposição de troca de estrofes, efeito visual) para realizar a divisão entre um verso e outro (com momentos de transição – fade in / fade out); inserção de imagens, palavras e textos em Português; ajustes de cores e possibilidade de inserir efeitos sonoros
14	Revisão final do videoregistro	Revisão do vídeo no programa ELAN após a edição; se forem encontrados erros, será necessário refilmar

15	Divulgação	Postagem do vídeo em alguma plataforma para divulgação
16	Recepção e avaliação do produto	Pedido de avaliação do produto traduzido

Fonte: Lemos (2022)

O trabalho de Lemos apresenta uma valiosa sistematização das etapas envolvidas no processo de tradução de textos poéticos do Português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), oferecendo um panorama detalhado e metodologicamente estruturado. A proposta contempla desde a seleção e análise do texto original — com atenção ao contexto histórico, estilístico e semântico — até a fase final de recepção e avaliação do produto traduzido. O autor organiza o processo em etapas que envolvem leitura, interpretação, análise estilística, estudo terminológico, decisões tradutórias em Libras (como simetrias manuais e uso do espaço), elaboração de glosas, filmagem, edição e divulgação, contribuindo significativamente para a compreensão e o aprimoramento técnico da tradução literária visual.

No entanto, é crucial considerar também as especificidades de outras instituições e equipes, como o Departamento de Letras-Libras da UFRJ, cujas práticas de tradução audiovisual, descritas por Carneiro, Vital e Souza (2020), apresentam uma abordagem complementar àquela discutida até aqui. A proposta dos autores (Carneiro, Vital e Souza, 2020) ao detalhar metodologicamente as etapas do processo tradutório para a Libras, especialmente em formato de vídeo, acrescenta novas camadas de complexidade e rigor técnico ao processo de tradução.

4.8.3 Etapas da Tradução na UFRJ

O modelo proposto por Carneiro, Vital e Souza (2020) oferece uma abordagem sistematizada e prática para o processo de tradução de textos para a Libras em formato audiovisual, especialmente voltado à produção de materiais acessíveis e pedagógicos. Os autores organizam o processo em cinco etapas interdependentes: estudo do material, decupagem, tradução, filmagem oficial e edição/finalização, destacando não apenas os aspectos linguísticos da tradução, mas também os cuidados técnicos e estéticos necessários à construção de um produto sinalizado claro, coerente e eficaz. Essa metodologia valoriza o planejamento detalhado, a colaboração entre profissionais e o uso estratégico de recursos visuais, contribuindo para a qualificação das práticas tradutórias em contextos educacionais e informativos. A seguir, são apresentadas as etapas descritas por Carneiro, Vital e Souza (2020), que refletem como a tradução para

Libras pode ser abordada de maneira reflexiva, colaborativa e tecnicamente rigorosa.

Tabela 3- Proposta de sistematização das etapas de Tradução Carneiro, Vital e Souza (2020)

	Etapas	Explicação
01	Estudo do material	O processo começa com a leitura e análise do texto-fonte, considerando seu contexto, objetivo e público-alvo. Essa etapa envolve pesquisas sobre referências conceituais e terminológicas e é marcada pela construção de sentido a partir da perspectiva do tradutor. Há também uma preocupação com aspectos estéticos da apresentação em vídeo, como ritmo, clareza e recursos complementares.
02	Decupagem	Inspirado no campo audiovisual, o texto é dividido em trechos menores (cenas), visando facilitar a filmagem e a sinalização por parte do tradutor-apresentador. A decupagem considera a coerência interna de cada segmento textual e possibilita a inserção de videografismos, como imagens ou palavras escritas, para facilitar a compreensão do público. Essa etapa é essencial para o planejamento técnico e pedagógico do vídeo.
03	Tradução	É neste momento que a tradução de fato acontece. O tradutor, utilizando anotações mnemônicas (notações escritas baseadas em estrutura da Libras), grava vídeos-rascunho — versões preliminares da tradução sinalizada. Essas gravações não se preocupam com qualidade estética, mas servem como base para revisão. Esse modelo evita o retrabalho de filmagens oficiais e permite o refinamento da tradução antes do produto final.
04	Filmagem oficial	Com base nas versões revisadas, o tradutor-apresentador grava o vídeo final, agora com atenção a aspectos técnicos (iluminação, figurino, fundo, etc.). Um supervisor de filmagem acompanha o processo, garantindo fidelidade ao texto revisado e evitando falhas que poderiam demandar refilmagens.
05	Edição e finalização	O técnico em audiovisual realiza os ajustes finais nos vídeos — cortes, inserção de videografismos, sincronia entre Libras e elementos visuais, entre outros. O produto final é então disponibilizado, muitas vezes em plataformas acessíveis ao público acadêmico e estudantil.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Carneiro, Vital e Souza (2020)

Essa abordagem editorial, com planejamento, revisão e controle de qualidade em diversas fases, oferece um modelo que pode enriquecer a compreensão sobre as etapas no DESU, ampliando a análise para incluir a produção de traduções que,

além de linguísticas, também envolvem uma concepção estética e técnica no formato audiovisual.

A proposta de Lemos (2022) e a apresentada pela equipe da UFRJ (Carneiro, Vital e Souza, 2020) oferecem abordagens distintas, mas complementares, para o processo tradutório entre o Português e a Libras. Ambas as metodologias são valiosas para a compreensão das práticas realizadas no Departamento de Tradução do DESU, ainda que, como destacado, não haja uma única regra ou padrão fixo a ser seguido, pois cada tradutor, conforme suas necessidades e contexto, define suas próprias estratégias e etapas de trabalho. Lemos (2022) sistematiza um processo tradutório em 16 etapas, baseado essencialmente na tradução de textos poéticos entre o Português e a Libras. Sua proposta segue uma lógica sequencial, que vai da seleção e análise estilística do texto original até a filmagem, edição e divulgação da versão traduzida. A ênfase na análise estilística e na consideração do gênero discursivo específico permite uma flexibilidade na adaptação da tradução para diferentes tipos de texto, incluindo materiais educacionais. As etapas propostas por Lemos são, portanto, úteis para fornecer um quadro estruturado que possa ser adaptado de acordo com as demandas e especificidades do contexto de tradução dentro do DESU. A análise cuidadosa das características do texto original, a preocupação com a estética e a fluidez da tradução e, principalmente, a adaptação do processo para o formato da Libras são elementos que podem ser aplicados de maneira eficaz ao trabalho de tradutores educacionais que lidam com textos acadêmicos, didáticos ou outros materiais que exigem um cuidado especial na transmissão de conteúdo.

Em contraste com a proposta de Lemos, a abordagem desenvolvida na UFRJ por Carneiro, Vital e Souza (2020) enfatiza a tradução audiovisual, integrando elementos técnicos e estéticos ao processo tradutório. Seu modelo é direcionado à produção de vídeos em Libras e se destaca pelo trabalho colaborativo entre tradutores, revisores e técnicos de audiovisual. O processo é estruturado em etapas específicas, como a decupagem do texto-fonte, a gravação de vídeos-rascunho com base em anotações mnemônicas, revisões linguísticas e copidesque, e a filmagem final, que incorpora cuidados técnicos com iluminação, figurino, fundo e sincronia entre sinais e recursos visuais. Tal metodologia se mostra especialmente útil aos tradutores do DESU que atuam na elaboração de conteúdos multimodais e materiais acessíveis em formato audiovisual, exigindo atenção refinada à clareza comunicativa e à apresentação visual.

Ao comparar as duas abordagens, observa-se que ambas se complementam e oferecem ao DESU um arcabouço metodológico sólido para responder à diversidade de demandas educacionais. A proposta de Lemos fornece um detalhamento analítico das etapas tradutórias, fundamental para o planejamento e organização do trabalho de tradução. Já o modelo de Carneiro, Vital e Souza (2020) contribui com uma perspectiva prática voltada à produção audiovisual e ao trabalho em equipe, o que se alinha diretamente às necessidades de tradução em vídeo. Juntas, essas abordagens podem ser adaptadas conforme os objetivos e formatos dos materiais, permitindo maior flexibilidade e eficiência às equipes de tradução e reafirmando a importância da atuação técnica e colaborativa no campo em constante transformação da tradução em Libras

Com o intuito de alinhar as duas propostas às necessidades e particularidades do DESU, realizei uma adaptação das etapas de tradução, levando em consideração a especificidade dos materiais traduzidos por intérpretes educacionais no contexto desse departamento. A seguir, apresento a proposta integrada, que busca unir os aspectos linguísticos, estilísticos e audiovisuais das abordagens de Lemos (2022) e da Carneiro, Vital e Souza (2020), ajustando-as às demandas educacionais e institucionais do DESU. Esta sistematização procura oferecer uma estrutura mais eficiente e coerente para o processo tradutório, respeitando tanto as exigências linguísticas da Libras quanto as características dos materiais produzidos para o público-alvo.

Tabela 4 - Nova proposta de Sistematização, baseada em Lemos (2022) e Carneiro, Vital e Souza (2020)

	Etapas	Explicação
01	Seleção do texto e diagnóstico do autor	•Análise contextual da obra, considerando o momento histórico, o gênero e a trajetória do autor. •Definição do tipo de texto (literário, acadêmico, didático, etc.) e o público-alvo da tradução.
02	Leitura e releitura do texto	•Leitura atenta e repetida do material para captar nuances, personagens, tempo, espaço e outros elementos contextuais. •Identificação das principais dificuldades que podem surgir durante o processo de tradução.
03	Interpretação do texto	•Compreensão global da obra, objetivo do autor e estruturas semânticas envolvidas. •Definição da intenção do autor e a mensagem principal a ser transmitida ao público Surdo.
04	Análise estilística	•Identificação dos recursos estilísticos no texto original (como fonologia, lexis, sintaxe, ritmo e figuras de linguagem).

		• Consideração de como manter a fidelidade ao estilo do texto original na tradução para Libras.
05	Pesquisa terminológica	• Levantamento e pesquisa de termos desconhecidos ou específicos tanto em Português quanto em Libras. • Investigação de neologismos, jargões e vocabulário técnico relevante para a tradução.
06	Estudo linguístico da Libras	• Análise dos recursos linguísticos visuais e espaciais disponíveis em Libras. • Estudo de classificadores, apontamentos dêiticos e representações imagéticas que possam ser aplicadas na tradução.
07	Planejamento da Tradução	• Organização das unidades de tradução e definição de como será mantida a equivalência entre as línguas. • Definição das melhores estratégias para representar a estrutura do texto original em Libras.
08	Decupagem (Planejamento Audiovisual)	• Divisão do texto em trechos menores, considerando a coerência interna de cada segmento e facilitando a filmagem e a sinalização. • Definição do uso de videografismos (imagens, palavras escritas, etc.) para facilitar a compreensão.
09	Comentários e Reflexões sobre a Tradução	• Reflexão crítica sobre os desafios enfrentados na tradução e as alternativas possíveis para superá-los. • Análise das escolhas feitas e ajustes necessários ao longo do processo.
10	Transcrição em glosas	• Organização da sinalização através de glosas escritas para servir de guia na revisão da estrutura e coerência da tradução sinalizada. • Ajustes em relação à clareza e fluidez da tradução.
11	Composicionalidade do tradutor-ator	• Definição de aspectos técnicos relacionados à apresentação, como vestimenta, enquadramento e plano de fundo da gravação. • Consideração da neutralidade e clareza na apresentação do tradutor-ator
12	Filmagem do Vídeo (Primeira Gravação)	• Gravação do vídeo com a tradução sinalizada em ambiente adequado, considerando os aspectos técnicos como iluminação, figurino e posicionamento. • Uso de teleprompter, caso necessário, para auxiliar na fluidez da apresentação.
13	Revisão do Vídeo-rascunho	• Análise do vídeo preliminar para identificar erros ou pontos que precisam de ajustes. • Revisão linguística e copidesque, caso necessário, com base nas anotações mnemônicas e glosas.
14	Filmagem Oficial	• Gravação final do vídeo, com base nas versões revisadas e ajustes anteriores. • Supervisão da filmagem para garantir fidelidade ao texto revisado e evitar falhas técnicas.

15	Revisão Final do Vídeo	•Revisão minuciosa do produto final, corrigindo possíveis erros de tradução, técnica ou estética. •Nova filmagem, se necessário, para garantir a qualidade e a adequação da tradução final
16	Divulgação	•Publicação do vídeo em plataformas acessíveis ao público-alvo, como canais educacionais ou institucionais. •Disseminação do material traduzido de maneira acessível ao público Surdo.
17	Recepção e Avaliação	•Coleta de feedback de usuários (alunos, professores ou outros profissionais) sobre a tradução realizada. •Realização de ajustes e melhorias com base nas avaliações recebidas para futuras produções.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos autores Lemos (2022) e Carneiro, Vital e Souza(2020)

A proposta de sistematização das etapas de tradução integra de maneira fluida os aspectos linguísticos, estilísticos e audiovisuais do processo tradutório, permitindo uma abordagem completa que abrange desde a análise profunda do texto até a produção final do material. A combinação dos modelos de Lemos (2022) e da Carneiro, Vital e Souza (2020) permite ao tradutor um trabalho reflexivo, metodológico e técnico, com a flexibilidade necessária para adaptar as etapas a diferentes tipos de texto e contextos de tradução, especialmente no ambiente educacional.

A incorporação da decupagem e da filmagem enfatiza a dimensão audiovisual da tradução, essencial para materiais traduzidos para Libras em contexto institucional, como é o caso do DESU. Além disso, a revisão constante ao longo de todo o processo, seja linguística, técnica ou estética, garante um produto de alta qualidade e acessível ao público-alvo.

A sistematização proposta servirá como base para a análise das etapas de tradução realizadas pela equipe do DESU, tanto durante o período pandêmico quanto anteriormente. Por meio dessa análise, será possível identificar quais etapas foram efetivamente aplicadas e quais foram omitidas no processo tradutório, permitindo avaliar as práticas adotadas. O objetivo é compreender os desafios enfrentados e propor estratégias mais eficazes, que possam servir de suporte teórico-prático para qualificar o trabalho da equipe. A partir dessa reflexão, pretende-se ainda sugerir um modelo metodológico que possa orientar futuras traduções realizadas pelo departamento, contribuindo para a consolidação de boas práticas na área.

4.8.4. A Tradução de Materiais Audiovisuais para Libras no DESU: Práticas Antes da Pandemia

O processo de tradução realizado no DESU, antes da pandemia, contava com uma equipe exclusiva de tradutores-intérpretes, designados especificamente para essa função. Isso se justifica pelo fato de a tradução ser uma atividade constante e essencial à produção de objetos de aprendizagem bilíngues. A consolidação da Portaria nº 597/2018 foi um marco importante nesse contexto, ao regulamentar formalmente a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras-Português (TILSP) no âmbito do departamento. Essa regulamentação estabeleceu as bases normativas que passaram a orientar e sustentar as práticas tradutórias do DESU, favorecendo uma atuação mais organizada e reconhecida institucionalmente. Com isso, foi possível estruturar fluxos e estratégias específicas para a tradução de materiais acadêmicos, alinhados às exigências pedagógicas e linguísticas do contexto educacional bilíngue.

A Portaria também reconhece a complexidade e o tempo demandado pelo trabalho de tradução, ao determinar que a equipe organize sua agenda e em conjunto com professores e coordenações, respeitando prioridades e prazos conforme a densidade e quantidade de laudas dos textos (Art. 6º, III, c). Essa previsão demonstra sensibilidade às especificidades da tradução em Libras, que exige planejamento, estudo prévio, adaptação linguística e adequações culturais — aspectos frequentemente negligenciados no cotidiano educacional.

Antes da pandemia, a equipe do DESU era composta por três profissionais que atuavam no par linguístico Libras–Português. Esses tradutores se revezavam, conforme o projeto, nas funções de tradutor-apresentador e tradutor-revisor. As demandas de tradução geralmente eram encaminhadas pelos professores (como materiais de aula, textos de apoio e artigos) ou pela própria gestão do departamento (como comunicados, avisos e editais) à Coordenação de Administração Acadêmica (COADA), responsável por redirecioná-las à equipe de tradução.

O fluxo de trabalho seguia etapas bem definidas. Inicialmente, o tradutor designado recebia o texto a ser traduzido para análise prévia. Essa etapa envolvia leitura detalhada, levantamento terminológico e identificação de possíveis desafios tradutórios, além de, se necessário, consultas conceituais com o professor da disciplina ou especialistas da área. Segundo Segala (2010, p. 37), esse processo pode demandar cerca de 40 horas de trabalho para textos de até 13 páginas. No

caso da tradução para Libras, essa fase é ainda mais exigente, pois envolve etapas adicionais que não se aplicam à tradução entre línguas orais.

Após esse estudo preliminar, o tradutor-apresentador adapta o texto para vídeo, elabora o roteiro para o teleprompter e realiza ensaios utilizando rascunhos. Alguns tradutores optam por utilizar Glosinais (Campello; Castro, 2013), enquanto outros preferem fazer mapeamentos com frases resumidas ou utilizar vídeos-guia como referência. Tradutores ouvintes, por sua vez, podem utilizar gravações de áudio com suas próprias vozes como apoio. A escolha do tipo de rascunho varia conforme a estratégia individual de gravação.

Durante essa etapa, a supervisão do tradutor-apresentador por outro profissional da equipe, o tradutor-supervisor, torna-se fundamental. Esse acompanhamento busca evitar erros que exijam regravações e garantir a coerência da tradução. Como argumentam Leite e McCleary (2009), usuários de Libras não têm feedback imediato de sua produção durante a sinalização, o que pode comprometer a clareza e a precisão do texto em vídeo. O olhar do supervisor atua como o de um leitor crítico, contribuindo para a adequação do uso do espaço, do ritmo e da organização visual da apresentação.

Após os ajustes necessários, realiza-se a gravação final. No DESU, a maior parte das gravações é feita em um estúdio próprio, não profissional, montado com o objetivo de dar agilidade à produção dos vídeos. Isso ocorreu devido à indisponibilidade frequente dos estúdios profissionais do INES, que atendem a toda a instituição e não conseguiam suprir a alta demanda de gravações do departamento. Nesse estúdio interno, os próprios tradutores são responsáveis por operar a câmera ou o celular durante as filmagens (Figura 3).

Figura 3 - Estúdio de Gravação do DESU presencial



Fonte: acervo pessoal da autora

No entanto, para materiais mais complexos, como provas ou editais, a equipe do DESU recorre aos estúdios profissionais do INES, que oferecem melhor estrutura técnica e suporte especializado, como é o caso do estúdio do EaD (Figura 4) e do DDHCT(Figura 5)

Figura 4 - Estúdio de gravação do DESU Ead



Fonte: acervo pessoal da autora

Figura 5 - Estúdio de Gravação do Departamento de Desenvolvimento Tecnológico e Científico - DDHCT



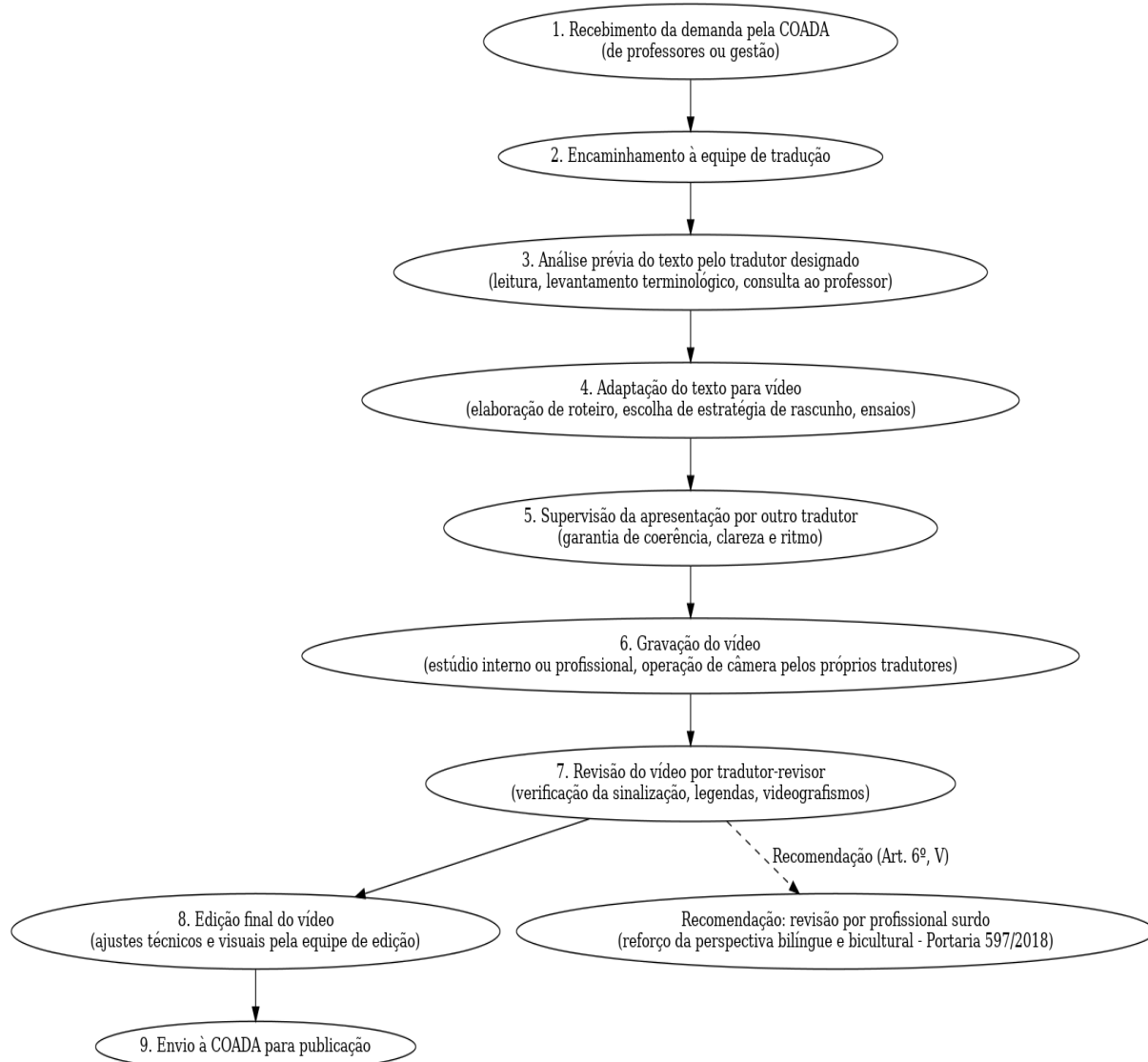


Fonte: acervo pessoal da autora

Concluída a gravação, o produto é encaminhado ao tradutor-revisor, preferencialmente um membro da equipe que não participou das etapas anteriores, responsável por revisar o vídeo e colaborar com a edição. Essa função envolve verificar a sinalização, orientar sobre o uso de legendas ou videografismos e auxiliar na organização das sequências gravadas. Em seguida, o material é enviado à equipe de edição, que realiza os ajustes técnicos e visuais necessários. Após a finalização, o vídeo é encaminhado à COADA para publicação.

A Portaria nº 597/2018 ainda reforça a perspectiva bilíngue e bicultural ao recomendar que o processo de produção dos materiais em vídeo conte, preferencialmente, com a revisão de um profissional Surdo (Art. 6º, V). Tal orientação legitima ainda mais o trabalho tradutório, valoriza o conhecimento da comunidade Surda e assegura que o conteúdo reflita com fidelidade os aspectos culturais da Libras, promovendo práticas mais inclusivas, participativas e representativas.

A seguir, foi elaborado um fluxograma que sintetiza todas as etapas descritas anteriormente, detalhando os procedimentos realizados pelos tradutores-intérpretes na produção de materiais em Libras a partir de conteúdos em português, no âmbito do DESU. Esse fluxograma ilustra o fluxo completo do trabalho, desde o recebimento dos textos e análise prévia, passando pela adaptação para vídeo, ensaios, supervisão e gravação, até a revisão final, edição e encaminhamento para publicação. O objetivo é tornar visualmente compreensível o processo organizado e sistematizado adotado pelos profissionais para os cursos da modalidade presencial, evidenciando a complexidade e a importância de cada etapa na garantia da qualidade e acessibilidade do material bilíngue.

Figura 6 - Organograma com as etapas de Tradução do DESU

Fonte: elaborado pela autora

Após a apresentação do fluxograma, torna-se pertinente aprofundar a análise das práticas tradutórias no contexto da Educação Superior, especialmente considerando o período da pandemia da COVID-19, que impôs adaptações emergenciais e trouxe desafios inéditos à acessibilidade para alunos Surdos. No capítulo seguinte, serão discutidas as intersecções entre o campo de trabalho dos Tradutores e Intérpretes de Libras-Português (TILSP) e o campo de pesquisa acadêmica, com foco na atuação no INES durante o Ensino Remoto. Serão exploradas as estratégias desenvolvidas para superar barreiras técnicas, pedagógicas e institucionais, evidenciando como a prática profissional e a investigação científica se entrelaçam na busca por soluções que garantam a inclusão efetiva na Educação Superior.

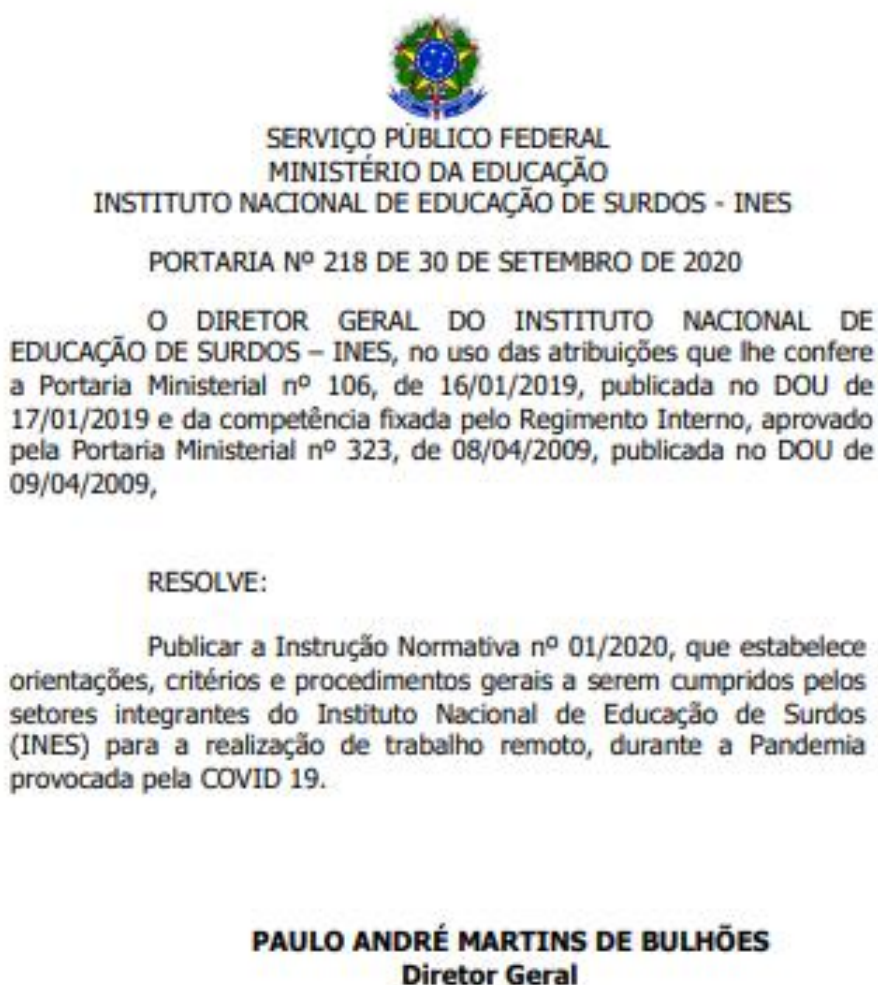
5. INTERSECÇÕES ENTRE O CAMPO DE TRABALHO E O CAMPO DE PESQUISA:

5.1. Tradução na Educação Superior do INES Durante a Pandemia: Desafios e Estratégias

As discussões a seguir serão centradas na atuação dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILSP) que atuavam nos cursos de modalidade presencial do DESU, considerando que a equipe responsável pelos cursos de graduação na modalidade EAD, embora vinculada ao mesmo departamento, possuía uma gestão e organização próprias, distintas daquelas aplicadas aos cursos presenciais. Dessa forma, o foco desta análise recai sobre as práticas, estratégias e desafios enfrentados pelos profissionais que atuavam diretamente na mediação pedagógica em salas de aula presenciais, permitindo compreender de forma mais detalhada a adaptação e a continuidade das atividades acadêmicas durante o período da pandemia da COVID-19.

Em razão do estado de calamidade pública decretado no Estado do Rio de Janeiro pelo Decreto nº 46.984, de 20 de março de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) adotou um conjunto de medidas para garantir a continuidade das atividades pedagógicas e administrativas por meio do trabalho remoto. O Departamento de Educação Superior (DESU) seguiu a determinação de fechamento das instalações do Instituto, evitando a circulação de pessoas e a propagação do vírus. Assim, em conformidade com os Pareceres CNE/CP nº 5 e CNE/CP nº 11/2020 e com a Lei nº 14.040/2020, o departamento substituiu as disciplinas presenciais por aulas remotas, respeitando diretrizes sanitárias e educacionais nacionais e estaduais. Como parte desse processo, a Nota Técnica, baseada na Instrução Normativa do INES nº 01/2020 e publicada no DOU por meio da Portaria nº 218, de 30 de setembro de 2020, foi encaminhada a todos os servidores do Instituto.

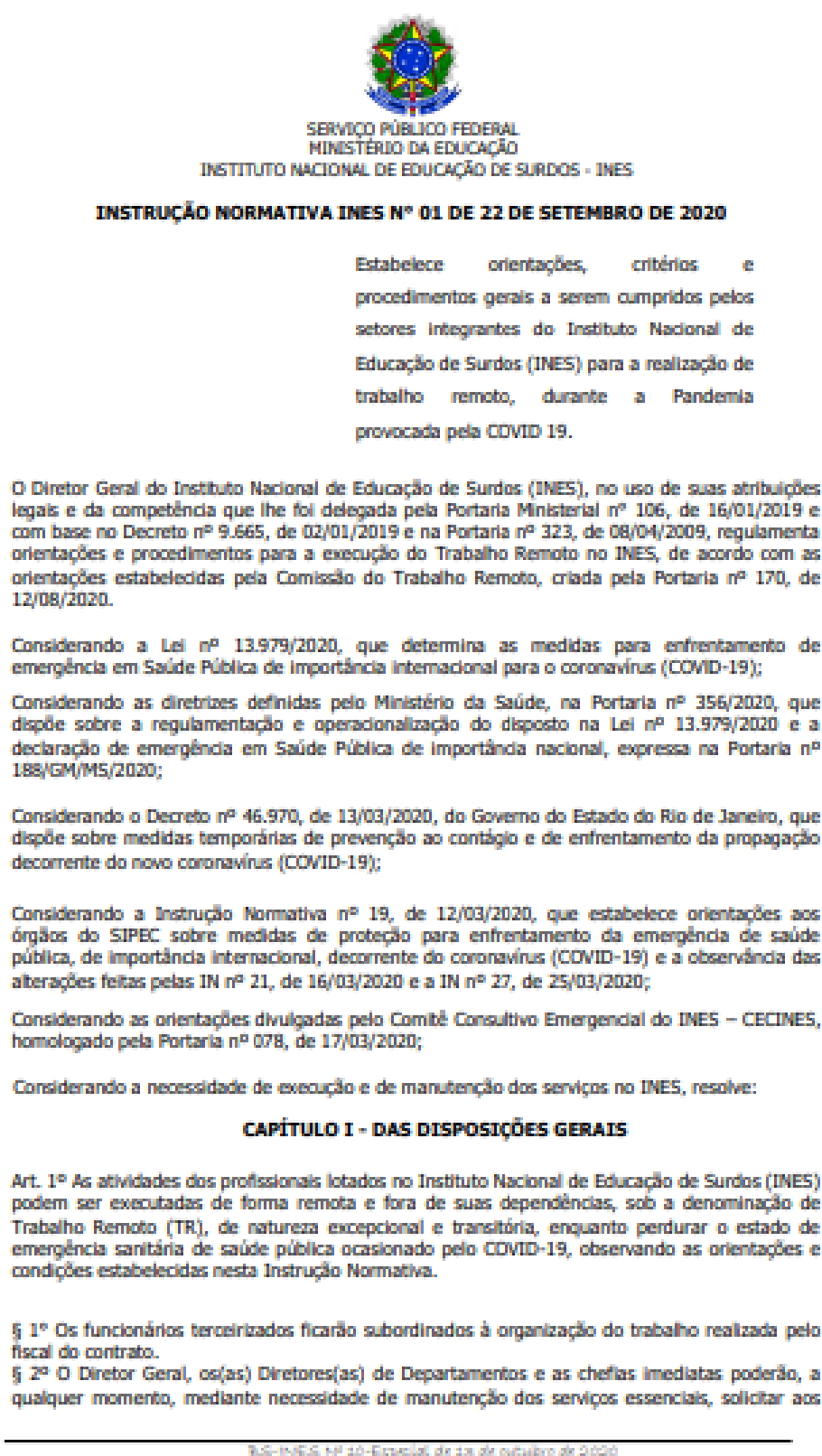
Figura 7 - Portaria publicada pela Direção do INES na pandemia



BS-INES Nº 10-Especial de 30 de setembro de 2020

Fonte: https://www.ines.gov.br/images/inesnet/boletim/BS-INES%202020/Boletim10-Esp_2020.pdf

Figura 8 - Instrução Normativa



Fonte: https://www.ines.gov.br/images/inesnet/boletim/BS-INES%202020/Boletim10-Esp_2020.pdf

A organização do trabalho remoto no INES baseou-se na adoção de estratégias que garantissem a realização eficiente e inclusiva das atividades

acadêmicas, de pesquisa, extensão e administrativas. Na Educação Superior, mantiveram-se as orientações de monografias, participação em grupos de pesquisa e projetos de extensão, bem como a criação e oferta de materiais didáticos para disciplinas a distância. Para viabilizar essas atividades, foram distribuídos, em janeiro de 2021, chips SIM CARD com 50GB de internet, além de modems para discentes, docentes e técnicos administrativos do DESU, garantindo a retomada do calendário letivo.

Figura 9 - Material de apoio Tecnológico Distribuído para Intérpretes do DESU



Fonte: Arquivo Pessoal da autora

Antes da suspensão do calendário letivo, os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILSP) atuavam principalmente de forma presencial, realizando interpretações em sala de aula, em reuniões, defesas de trabalhos e tradução de materiais. Com a pandemia, enfrentaram o desafio de realizar traduções em home office, para o qual não estavam preparados. Essa mudança abrupta refletiu um desafio coletivo, como apontado por Bridi et al. (2020), que registraram 8,7 milhões de trabalhadores atuando remotamente em maio de 2020.

Marques (2020) compartilha sua experiência com a interpretação remota, destacando vantagens como evitar deslocamentos, mas também desafios como a conciliação entre vida familiar e trabalho:

Trabalhar como intérprete, remotamente, tem muitas vantagens como não precisar sair de casa, enfrentar trânsito e calor [...] Porém, conciliar família e trabalho foi um grande desafio [...] trazem complicações durante o atendimento das demandas (Marques, 2020, p. 30).

A performance interpretativa, segundo o autor, é afetada por ruídos, ambiente compartilhado e falta de estrutura. Portanto, a organização do ambiente em que a interpretação ocorre desempenha um papel crucial. É importante notar que o processo de interpretação remota ou home office, devido à sua natureza recente, é um tema ainda não explorado em programas de formação. Essa temática não é

incluída na estrutura curricular ou nos currículos das disciplinas ou nos projetos pedagógicos de cursos, seja em cursos de extensão universitária como os oferecidos pela ULBRA ou cursos técnicos como o de Tradução e Interpretação de Libras no IFRS (onde a disciplina de Tradução e Interpretação Midiática existe, mas não aborda especificamente o trabalho remoto) ou mesmo em cursos de bacharelado em universidades como o curso de Letras/Libras da UFRGS.

A tradução de materiais acadêmicos para Libras tornou-se ainda mais central. Os intérpretes atuaram na mediação pedagógica, organizando materiais acessíveis e apoiando atividades acadêmicas. No ambiente virtual, aspectos como clareza da sinalização e adaptação terminológica foram fundamentais. Quadros (2014) destaca que a modalidade visual-espacial da Libras requer abordagens discursivas tridimensionais e não apenas conversão linguística.

Durante a pandemia, a equipe de tradutores-intérpretes foi organizada atuando em turnos de duas horas para garantir a continuidade dos atendimentos. A distribuição das atividades seguiu a seguinte estrutura:

- **Período da manhã:** Atendimentos em sala de aula da graduação, das **9h às 11h** ou das **10h às 12h**, abrangendo quatro períodos do curso. A cada semestre, os atendimentos alternavam entre os **períodos ímpares** (1º, 3º, 5º e 7º) e os **pares** (2º, 4º, 6º e 8º).
- **Período da tarde:** Das **13h às 15h**, os intérpretes atuavam em **atividades extras**, como reuniões de colegiado, grupos de pesquisa e orientações acadêmicas. No horário das **15h às 17h**, realizavam atendimentos nas aulas do mestrado.
- **Período da noite:** Das **17h às 19h**, eram prestados atendimentos em atividades extras. Já das **19h às 21h**, os intérpretes atuavam em salas de aula da graduação no período noturno e nas turmas de pós-graduação do DESU.

Tabela 5 - Organização da Equipe de Tradutores Intérpretes do presencial do DESU por turnos/atividades no período da Pandemia

TURNO	Horário	Atividade
MANHÃ	9h – 11h	Aula da graduação
	10- 12h	
TARDE	13h – 15h	Atividade Extra

	15h – 17h	Aula do Mestrado
NOITE	17h – 19h	Atividades Extras
	19h – 21h	Aula da Graduação
	19h – 21h	Aula da Pós-graduação

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com o parágrafo único do artigo 8º da Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023, que regulamenta o exercício profissional e as condições de trabalho do tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras, a tradução e interpretação em atividades Superiores a uma hora devem ser realizadas em regime de revezamento, com no mínimo dois profissionais (Brasil, 2023). Diante do cenário atípico da pandemia, muitos profissionais precisaram conciliar o trabalho remoto com a rotina doméstica, lidando com a presença de crianças e outras pessoas no mesmo ambiente. Por essa razão, a organização dos atendimentos em trios de intérpretes possibilitou maior flexibilidade e eficiência. Além disso, essa estratégia minimizou os riscos de um intérprete atuar sozinho em casos de oscilações ou ausência de internet, garantindo a continuidade do serviço de tradução e interpretação. Além dos intérpretes responsáveis pelos atendimentos síncronos, realizados em aulas ao vivo, quatro profissionais integravam a equipe dedicada à tradução de materiais. Esses intérpretes eram responsáveis por traduzir conteúdos de apoio às aulas da graduação, pós-graduação e mestrado, incluindo também orientações, avisos e comunicados institucionais. A composição dessa equipe era flexível: os quatro tradutores fixos podiam ser substituídos ou apoiados por outros membros da equipe conforme a demanda e as necessidades específicas de cada período.

Nos últimos anos, a tradução de textos escritos em Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) tem se consolidado como um campo de estudo relevante, especialmente na Educação Superior. Esse avanço reflete um processo de amadurecimento teórico e metodológico que busca compreender as especificidades dessa prática, situada na interseção entre os Estudos da Tradução e a Linguística Aplicada. No INES, essa necessidade se tornou ainda mais evidente durante a pandemia, quando a adaptação às plataformas digitais exigiu estratégias inovadoras para garantir a acessibilidade acadêmica dos estudantes Surdos. A

experiência acumulada nesse período fortaleceu o debate sobre a complexidade da tradução e interpretação em Libras, destacando a importância de abordagens que considerem não apenas a conversão linguística, mas também a organização discursiva visual-espacial e o uso de recursos complementares.

Quadros, Souza e Segala (2013) identificam estratégias essenciais para a tradução do português escrito para Libras, como:

- Explicitação de termos, para tornar conceitos mais acessíveis;
- Uso da soletração (*fingerspelling*) para introdução de novos conceitos;
- Intermediação semiótica, por meio de glosas, gráficos e representações visuais.

Essas estratégias foram amplamente adotadas pelos tradutores do Departamento de Educação Superior (DESU) durante o período da pandemia. Como o Ensino era remoto, os materiais acadêmicos passaram a ser preparados com maior clareza e estruturação pelos professores, uma vez que não havia a possibilidade de interação presencial para sanar dúvidas. Esse cenário demandou traduções mais densas e de alta precisão, garantindo que os estudantes Surdos tivessem acesso adequado ao conteúdo acadêmico.

6. METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, com foco no aprofundamento da compreensão das significações e relações humanas, e não na análise de dados quantitativos (Minayo, 2001). O estudo foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP Humanas) da UFF (CAAE nº 82677823.2.0000.8160), bem como pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do INES (CAAE nº 82677823.2.3002.8137), ambos com parecer favorável.

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável por acompanhar as ações deste projeto, assegurando a proteção dos direitos dos participantes e prevenindo possíveis riscos. Sua função é garantir a integridade e dignidade dos envolvidos, contribuindo para que a pesquisa seja conduzida de acordo com padrões éticos. A pesquisadora comprometeu-se a seguir as diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016, que regulamentam os princípios

éticos e a proteção dos participantes em pesquisas, especialmente no contexto da Educação e das Ciências Humanas.

Cabe destacar que as discussões e análises desta pesquisa concentram-se na atuação dos tradutores e intérpretes de Libras que atuavam nos cursos presenciais do DESU. Embora o Departamento conte também com o curso de graduação na modalidade EAD, os tradutores desse curso possuem gestão, organização e fluxos de trabalho próprios, distintos da equipe que atua nos cursos presenciais, o que justificou a delimitação do corpus de estudo.

A investigação buscou identificar as realidades imbricadas na atuação de tradutores de Libras na tradução de materiais do Português para Libras durante o período da pandemia da COVID-19. Foram definidos como objetivos específicos: (i) apresentar os procedimentos de organização da tradução de Português para Libras no DESU durante o período pandêmico; (ii) identificar as principais dificuldades encontradas pelos intérpretes nesse contexto de trabalho remoto; (iii) avaliar a recepção dos alunos Surdos quanto à leitura visual das traduções em Libras.

Para a construção do *corpus*, participaram da pesquisa nove tradutores e intérpretes do DESU que atuaram na tradução de materiais do Português para Libras nos cursos presenciais do Departamento durante o período pandêmico, que serão descritos no próximo tópico.

Segundo Lemos e Carneiro (2021), a pesquisa qualitativa nos Estudos da Tradução mune-se de “métodos introspectivos”, trazendo as vozes dos participantes das histórias. Nessa abordagem, podem ser aplicados questionários, entrevistas de pesquisa, grupos focais, estudos de caso ou ainda levantamento de documentações e fatos históricos.

Compreendemos que a pesquisa qualitativa busca entender os significados e as ações dos agentes (Borja et al., 2009). Para Ivenicki e Canen (2016), embora as pesquisas qualitativas apresentem diferenças entre si, elas compartilham características comuns: estudam os fenômenos de forma holística, considerando sua totalidade; rejeitam a ideia de neutralidade do pesquisador, pois reconhecem a influência recíproca entre pesquisador e objeto de estudo; enfatizam interpretações e a compreensão das motivações, culturas, valores, ideologias, crenças e sentimentos que movem os sujeitos, atribuindo significado à realidade estudada. Além disso, possuem formas de coleta de dados predominantemente descritivas e apresentam uma abordagem indutiva, na qual hipóteses e ideias emergem no decorrer do trabalho.

Diante dessas características, optou-se pela utilização de três instrumentos metodológicos para a construção dos dados: **(i)** questionários online elaborados com base em um roteiro de perguntas abertas e fechadas, inspirados no modelo de entrevistas semiestruturadas; **(ii)** questionários estruturados de múltipla escolha, sem perguntas abertas; e **(iii)** análise documental. Essa escolha fundamenta-se em um dos princípios de rigor da pesquisa qualitativa: a triangulação, que possibilita abordar o fenômeno investigado sob diferentes perspectivas.

De acordo com Ivenicki e Canen (2016), a triangulação implica o uso de “no mínimo três instrumentos de coleta de dados, ou três perspectivas diferentes” (p. 29). Para Denzin e Lincoln (2006),

(...) a triangulação refere-se a uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão. Os referidos autores levantam a ideia de que se pode pensar na imagem de um cristal, tridimensional, para além do triângulo, o que poderia dar conta da pluralidade de perspectivas que devem estar presentes para um conhecimento mais completo da realidade pesquisada (*apud* Ivenicki; Canen, 2016, p. 29).

No presente estudo, a triangulação será operacionalizada por meio de: **(i)** questionário online, inspirado em entrevistas semiestruturadas, aplicado aos profissionais TILSPs integrantes da equipe responsável pela tradução de materiais do Português para a Libras no DESU (modelo de questões apresentado no Apêndice I), que atuaram durante o período pandêmico; **(ii)** questionário estruturado de múltipla escolha, aplicado aos alunos Surdos do Departamento de Educação Superior do INES (modelo disponível no Apêndice II), matriculados nos cursos presenciais no mesmo período; e **(iii)** seleção e análise de vídeos traduzidos no contexto da pandemia de COVID-19.

6.1. PARTICIPANTES DA PESQUISA E CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DO CORPUS

6.1.1. Intérpretes

Para a realização deste estudo, cumprindo a primeira etapa do instrumento metodológico, foi aplicado um questionário online, elaborado com base em um roteiro de perguntas abertas e fechadas inspirado no modelo de entrevistas semiestruturadas. O instrumento foi disponibilizado via *Google Forms* e respondido de forma autônoma pelos participantes. O público-alvo foi composto por tradutores e intérpretes de Libras, ouvintes, que atuaram na tradução de materiais didáticos do Português para a Libras durante o período da pandemia de COVID-19 no Departamento de Educação Superior (DESU).

A seleção dos participantes seguiu critérios específicos, considerando exclusivamente a atuação nos cursos presenciais do DESU: (i) ter realizado traduções de materiais do Português para a Libras para os cursos presenciais do Departamento; (ii) ter integrado a equipe de tradução durante a pandemia de COVID-19; e (iii) ter pelo menos uma tradução publicada nos canais do *YouTube* institucional do DESU referente aos cursos presenciais.

O primeiro contato com os possíveis participantes ocorreu via *WhatsApp*, com o objetivo de solicitar sua colaboração na pesquisa. Após a manifestação de interesse, foi enviado por e-mail o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no Apêndice A, contendo informações detalhadas sobre a pesquisa, o convite formal e o link para acesso ao questionário.

A tecnologia desempenhou papel fundamental na realização deste estudo, já que todo o processo ocorreu de forma remota, respeitando a disponibilidade de cada participante. Com o recebimento das respostas e a construção do corpus da pesquisa, foram definidas categorias de análise para embasar a discussão dos resultados.

A seguir, é apresentado um quadro com o perfil dos participantes da primeira etapa da pesquisa. Ressalta-se que, em respeito à confidencialidade, os nomes foram substituídos por letras, garantindo o anonimato dos envolvidos.

Tabela 6 - Sujeitos da pesquisa da primeira etapa

<u>Identificação</u>	<u>Formação</u>	<u>Tempo de atuação no DESU</u>	<u>Experiência na tradução do DESU no período da Pandemia</u>
Intérprete A	Pós em Tradução e Interpretação em Libras	5-10 anos	>2 anos
Intérprete B	Graduação em Letras Libras	5-10 anos	<6 meses
Intérprete C	Pós em Tradução e Interpretação em Libras	Mais de 11 anos	>2 anos
Intérprete D	Curso de Extensão em Tradução e Interpretação; Técnico em Tradução e Interpretação	Mais de 11 anos	<6 meses
Intérprete E	Pós em Tradução e Interpretação em Libras; Graduação em Letras Libras	>11 anos	>2 anos
Intérprete F	Pós em Tradução e Interpretação em Libras; Graduação em Letras Libras	>11 anos	>2 anos
Intérprete G	Curso de Extensão em Tradução e Interpretação;	5-10 anos	<6 meses
Intérprete H	Curso de Extensão em Tradução e Interpretação;	5-10 anos	>2 anos
Intérprete I	Graduação em Letras Libras	>11 anos	>2 anos

Fonte: Elaborado pela autora

No contexto desta pesquisa, é importante destacar que todos os profissionais participantes possuem a certificação do Prolibras — Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa, exigência para o ingresso no cargo de intérprete do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Esse dado reforça que a atuação dos intérpretes investigados está em conformidade com os parâmetros legais, evidenciando o compromisso institucional com a qualificação técnica e a excelência profissional.

A formação dos participantes desta pesquisa reflete esse panorama histórico e normativo. Todos os intérpretes possuem qualificações que atendem aos critérios da Lei nº 14.704/2023 (Brasil, 2023), incluindo certificação por exame de proficiência (Prolibras) e formações acadêmicas ou técnicas específicas. Entre os nove participantes, quatro possuem Pós-Graduação em Tradução e Interpretação em Libras, sendo que dois também possuem Graduação em Letras-Libras. Esse perfil demonstra um compromisso com a formação contínua e o aprofundamento teórico-metodológico.

Três intérpretes possuem formações por meio de cursos técnicos e de extensão, igualmente reconhecidos pela legislação como vias legítimas de qualificação. Essas formações, comuns em um período anterior à ampliação da Educação Superior na área, ainda desempenham papel importante na composição da força de trabalho qualificada no campo da tradução e interpretação.

Esse panorama evidencia que os intérpretes que atuaram no DESU durante a pandemia não apenas atendiam aos requisitos legais, mas também estavam inseridos em um contexto de profissionalização em constante expansão e consolidação.

6.1.2. Discentes

Como segunda etapa do percurso metodológico, realizamos questionários estruturados de múltipla escolha, sem perguntas abertas, elaborado por meio da plataforma Google Forms e acompanhado de tradução em Libras. O formulário foi destinado aos discentes dos cursos presenciais de Graduação, Pós-Graduação e Mestrado vinculados ao Departamento de Educação Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O critério de inclusão adotado foi a participação nos Discentes Surdos no departamento durante o período da pandemia de COVID-19, compreendido entre março de 2020 e maio de 2023, conforme definição da Organização Mundial da Saúde (OMS). Obtivemos um total de 10 respostas, que serviram como base para a construção do corpus desta análise.

Para viabilizar o envio, foi encaminhado um e-mail à Divisão de Registro Acadêmico (DIRA), contendo o link do formulário e o link de um vídeo explicativo da pesquisa em Libras. Nesse vídeo, a pesquisadora esclareceu que a participação era restrita a estudantes Surdos que cursaram disciplinas no DESU entre os anos de 2020 e 2023.

Figura 10 - Vídeo em Libras para Discentes Surdos explicando sobre a pesquisa



Fonte: Acervo pessoal da autora

Após o encaminhamento oficial, os próprios estudantes passaram a divulgar o formulário em grupos de WhatsApp, ampliando o alcance da pesquisa.

A seguir, apresenta-se a imagem do formulário enviado, juntamente com o vídeo contendo a tradução, realizada pela própria pesquisadora, de todas as questões para Libras, com o objetivo de facilitar a compreensão e garantir a acessibilidade dos discentes Surdos participantes.

Figura 11- Imagem do Formulário Google enviado para Discentes com as perguntas em Língua Portuguesa e vídeo com tradução em Libras

22:48

4 - Qual sua formação Acadêmica no período da pandemia no DESU (2020-2023)? *

☐ Graduação Presencial

☐ Pós Graduação

☐ Mestrado

PERGUNTA 5

A pergunta 5

Adriana Lopez

5 - Você conhece quem são os *

docs.google.com

22:34

WhatsApp

minha pesquisa. Desde já, agradeço pela sua colaboração! 😊

A Pesquisa de Doutorado Ad

Adriana Lopes do Espírito Santo

Vídeo em Libras apresentação e Perguntas de 1 até 15

A Perguntas

Adriana Lopez

1 - Seu nome (esta informação será mantida em sigilo) *

? Sua resposta

docs.google.com

Fonte: Acervo pessoal da autora (2025)

A seguir, é apresentado um quadro com o perfil dos participantes da segunda etapa da pesquisa. Ressalta-se que, em respeito à confidencialidade, os nomes foram substituídos por letras, garantindo o anonimato dos envolvidos.

Tabela 7 - Quadro com Discentes Surdos participantes da Pesquisa

Identificação	Como se Identifica	Faixa etária	Curso
Discente A	Surdo(a) sinalizante ⁸	18 a 21 anos	Pós Graduação
Discente B	Surdo(a) sinalizante	22 a 25 anos	Graduação Presencial
Discente C	Surdo(a) oralizado(a)	26 a 35 anos	Graduação Presencial

⁸ A distinção entre surdos sinalizantes e surdos oralizados refere-se às diferentes trajetórias linguísticas e educacionais. Os surdos sinalizantes têm a Língua de Sinais — no caso brasileiro, a Libras — como principal meio de comunicação e constituição identitária, enquanto os surdos oralizados utilizam predominantemente a língua oral, com ou sem apoio de leitura labial, em decorrência de processos educacionais centrados no oralismo. Ressalta-se que tais categorias não são fixas, mas atravessadas por experiências socioculturais diversas (Skliar, 1998; Quadros, 2004; Perlin, 1998).

Discente D	Surdo(a) oralizado(a)	26 a 35 anos	Graduação Presencial
Discente E	Surdo(a) sinalizante	26 a 35 anos	Graduação Presencial
Discente F	Surdo(a) sinalizante	26 a 35 anos	Graduação Presencial
Discente G	Surdo(a) sinalizante	26 a 35 anos	Graduação Presencial
Discente H	Surdo(a) sinalizante	26 a 35 anos	Graduação Presencial
Discente I	Surdo(a) sinalizante	18 a 21 anos	Pós Graduação
Discente J	Surdo(a) sinalizante	26 a 35 anos	Mestrado

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Os discentes que participaram desta pesquisa apresentam diversidade em termos de faixa etária, modalidade de comunicação e nível de Ensino. A maioria é composta por estudantes sinalizantes (oito de dez participantes), com predominância na faixa etária de 26 a 35 anos, majoritariamente matriculados na graduação presencial. Observa-se também a presença de alunos oralizados, tanto na graduação quanto em outros níveis, evidenciando a pluralidade de perfis linguísticos dentro do grupo. Além disso, a amostra inclui discentes de pós-graduação e mestrado, o que contribui para uma análise mais ampla sobre a recepção e compreensão dos materiais traduzidos em Libras, permitindo considerar diferentes experiências acadêmicas e maturidade acadêmica no contexto da Educação Superior para Surdos.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1. Categorias Emergentes da Análise de Conteúdo das Entrevistas com Intérpretes

A partir da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com intérpretes de Libras atuantes no Departamento de Educação Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), foi possível identificar um conjunto de categorias temáticas que expressam de forma consistente os principais desafios, adaptações e percepções vivenciados durante o trabalho remoto imposto pela pandemia da COVID-19. As respostas coletadas por meio de questionário on-line (Google Forms) revelaram aspectos estruturais, formativos, organizacionais e relacionais que impactaram diretamente a prática tradutória e a qualidade da acessibilidade linguística na Educação Superior para estudantes Surdos.

As quatro categorias emergentes refletem dimensões interdependentes do exercício profissional nesse contexto excepcional:

- Categoria 1 – Infraestrutura, Recursos e Adaptações Técnicas: evidencia as limitações e desigualdades no acesso a equipamentos, conectividade e condições físicas adequadas, bem como as estratégias individuais para transformar ambientes domésticos em espaços tecnicamente funcionais para a tradução audiovisual em Libras.
- Categoria 2 – Formação Empírica em Tradução Audiovisual: aborda a necessidade de competências específicas para a tradução de materiais acadêmicos em formato audiovisual, a insuficiência de formação direcionada para esse gênero textual e as iniciativas individuais de capacitação por parte dos intérpretes.
- Categoria 3 – Domesticação do Espaço de Trabalho: destaca o processo de adaptação física e ergonômica do espaço doméstico para a realização das atividades, incluindo investimentos pessoais, reorganização do ambiente familiar e enfrentamento de desafios relacionados à conciliação entre vida profissional e pessoal.
- Categoria 4 – Isolamento Profissional e Fragilidade do Trabalho em Equipe: discute o enfraquecimento das interações e parcerias profissionais no trabalho remoto, a ausência de supervisão e colaboração sistemática, e os impactos dessa fragmentação na qualidade do processo tradutório.

Essas categorias permitem compreender de maneira integrada não apenas as condições objetivas de trabalho dos intérpretes, mas também as dimensões subjetivas de sua experiência, revelando a complexidade de um cenário em que a mediação linguística e cultural para a comunidade surda foi mantida sob forte pressão tecnológica, institucional e emocional. Ao longo deste capítulo, cada categoria será explorada em detalhe, ilustrada por trechos das entrevistas e articulada com referenciais teóricos que sustentam a análise.

Categoria 1: Infraestrutura, Recursos e Adaptações Técnicas

A pandemia da COVID-19 expôs e ampliou desigualdades no acesso à tecnologia e infraestrutura mínima para o trabalho remoto, afetando especialmente profissionais que atuam na mediação linguística, como os tradutores e intérpretes de Libras. No caso dos profissionais do INES/DESU, os dados coletados demonstram que a atuação remota exigiu deles não apenas um deslocamento físico do espaço institucional para o doméstico, mas também uma responsabilização individual pela

criação e adequação de um ambiente técnico apropriado para gravações e edições. Como exemplificado nos relatos

“O maior problema foi conexão com a internet, tendo que contratar planos para melhor acesso.” INTÉRPRETE C. Esse depoimento revela que a precariedade na conectividade digital — um direito básico em tempos de Ensino remoto (Santos e Silva, 2021) — foi um dos primeiros obstáculos enfrentados, exigindo investimento pessoal para manter o nível de qualidade mínima exigido pelas demandas institucionais. A internet, neste contexto, passa a ser um requisito infraestrutural essencial para o exercício da tradução audiovisual em Libras.

“Falta de um estúdio com iluminação adequada e tudo que um estúdio oferece.” “Criei um espaço dentro de casa que fosse adequado para as gravações: fundo neutro, iluminação etc.” (INTÉRPRETE F) Esses trechos evidenciam a inexistência de um espaço profissionalizado para a realização das traduções em vídeo, o que exigiu improvisação dos intérpretes para transformar ambientes domésticos em “mini estúdios” funcionais. Aqui, a noção de “trabalho invisível” (Hardt e Negri, 2001) é importante: o esforço necessário para adaptar-se às novas condições vai além das competências técnicas e envolve também o gerenciamento do espaço doméstico como local de produção.

“Tive que comprar um novo celular, tripé, chroma-key e suporte para chroma-key.” “Não tinha estrutura física ou tecnológica para realizar as atividades.” (INTÉRPRETE A). Esses relatos revelam não apenas a precariedade dos recursos institucionais, mas também um deslocamento da responsabilidade tecnológica para o trabalhador. Muitos tradutores assumiram financeiramente a aquisição de ferramentas que garantissem qualidade visual e técnica das produções. A compra de chroma-key e tripés, por exemplo, reflete a tentativa de reproduzir padrões mínimos de profissionalismo e acessibilidade visual, alinhando-se a exigências que, em outros contextos, caberiam à instituição (Quadros e Karnopp, 2004).

Por outro lado, há também a presença de registros que indicam limitações de recursos financeiros e tecnológicos que impediram a compra de novos equipamentos. *“Não comprei. Gravei com meu celular”*. A dependência exclusiva do celular, sem suporte adequado de iluminação ou enquadramento, impacta diretamente a qualidade da tradução em Libras, especialmente porque O vídeo é um artefato cultural do povo Surdo, que é a experiência visual (Strobel, 2016).

A atuação do tradutor-intérprete de Libras durante o período pandêmico evidenciou as tensões entre os limites técnicos do trabalho remoto e as exigências

de uma prática tradutória visual que respeite a experiência perceptiva dos sujeitos Surdos. Considerando que a surdez se configura, conforme Skliar (1998), como uma experiência essencialmente visual, a mediação comunicacional em Libras exige muito mais do que a simples equivalência linguística: requer uma performance visual clara, articulada e tecnicamente adequada.

Como destaca Campello (2008), os signos visuais são fundamentais para a constituição do pensamento e da cognição Surda, sendo imprescindível que o ambiente de tradução respeite essa lógica viso-espacial.

Assim, elementos como fundo neutro, iluminação adequada, enquadramento e boa resolução de imagem não são apenas detalhes técnicos, mas condições estruturantes para que o sujeito Surdo possa acessar o conteúdo de forma plena e significativa. Tal como aponta Arnheim (2004), a percepção visual não é um registro passivo de imagens, mas um processo ativo de organização simbólica do mundo. Quando essas condições visuais não são garantidas, compromete-se a acessibilidade e, conseqüentemente, o direito à informação e à participação social da comunidade Surda.

Nos relatos dos intérpretes, aparecem com frequência menções à adaptação de espaços domésticos e à aquisição de recursos por conta própria. Trechos como “criei um espaço dentro de casa que fosse adequado para as gravações: fundo neutro, iluminação etc.” ou “tive que comprar um novo celular, tripé, chroma-key e suporte para chroma-key” revelam o esforço individual de muitos profissionais para garantir a qualidade do serviço mesmo diante de limitações técnicas. Ainda que parte da equipe tenha afirmado: “não comprei. Gravei com meu celular”, é perceptível que as condições variaram significativamente entre os intérpretes, gerando diferentes níveis de qualidade e conforto na realização das tarefas.

Nesse cenário, em janeiro de 2021, a gestão do DESU promoveu a distribuição de um kit com materiais destinados a apoiar o trabalho remoto dos intérpretes, o que representou uma iniciativa institucional importante diante do novo modelo de trabalho exigido pela pandemia. O kit incluía chip com acesso à internet, tripé de mesa, *ring light* e tecidos nas cores azul e preta para uso como fundo chroma-key nas gravações. Essa medida contribuiu significativamente para padronizar e qualificar o processo de gravação dos vídeos em Libras, viabilizando melhores condições de trabalho e favorecendo a consistência das produções tradutórias.

Essa ação, além de prática, pode ser compreendida como um gesto institucional de valorização da acessibilidade, reconhecendo o papel central dos tradutores-intérpretes no processo de mediação linguística e cultural durante o Ensino remoto. Como destacam Gesser (2009) e Pereira (2021), o tradutor de Libras não apenas traduz, mas atua como mediador entre línguas, culturas e modos de percepção, sendo fundamental para o direito à educação bilíngue da pessoa Surda. A oferta de recursos materiais adequados é, portanto, uma condição estrutural para a efetividade da política de acessibilidade educacional.

Categoria 2: Formação empírica em tradução audiovisual

Apesar das distinções conceituais entre tradução e interpretação, conforme discutido por diversos autores especializados na área (Rodrigues, 2022; Rodrigues e Beer, 2015; Alves e Pagura, 2002), no que diz respeito à formação exigida para o exercício profissional, não há diferenciação legal entre os dois campos. A Lei nº 14.704/2023 (Brasil, 2023), que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras no Brasil, estabelece critérios claros de formação: o exercício da profissão pode ser legitimado por meio de diploma de curso técnico de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras, diploma de curso Superior em Letras com habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou Letras-Libras, ou ainda formação em outra área, desde que acompanhada por cursos de extensão, formação continuada ou especialização com carga horária mínima de 360 horas. Em todos os casos, também é exigida aprovação em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa.

A atuação do Tradutor e Intérprete de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) no contexto da tradução audiovisual de materiais acadêmicos, como os produzidos no Departamento de Educação Superior do INES (DESU), exige competências específicas que ultrapassam a formação generalista. Embora a produção audiovisual em Libras seja frequentemente associada à interpretação simultânea em eventos midiáticos, como debates políticos (Santos, 2016; Bianchini, 2005; Oliveira, 2018), os materiais didáticos acadêmicos representam um gênero distinto, com desafios próprios. Um dos intérpretes entrevistados relatou: *“Aprendi que o processo de tradução é complexo e diferente de interpretação gravada, aprendi também que quem deveria aprender sobre essa diferença, simplesmente ignora, me refiro aos gestores e professores”*(Intérprete C), evidenciando que a compreensão dessa

distinção nem sempre está presente entre aqueles que demandam o serviço, o que pode comprometer expectativas e resultados.

Nesse sentido, torna-se fundamental destacar que o êxito da tradução audiovisual de materiais acadêmicos em Libras não depende exclusivamente da competência técnica do TILSP, mas está diretamente relacionado ao nível de compreensão que os professores possuem acerca do processo tradutório e de sua função pedagógica no contexto da aula. A simples disponibilização de materiais traduzidos não garante, por si só, a efetividade do ensino, uma vez que a tradução precisa estar articulada aos objetivos pedagógicos, à organização dos conteúdos, às estratégias metodológicas e às formas de avaliação adotadas pelo docente. Quando o professor desconhece as especificidades da tradução para Libras e a complexidade envolvida na produção desses materiais, cria-se uma lacuna no processo de ensino-aprendizagem, na qual o material traduzido passa a operar de forma isolada, desconectada da dinâmica da aula. Assim, a formação e a sensibilização docente para o trabalho colaborativo com o TILSP revelam-se essenciais para que a tradução audiovisual cumpra seu papel mediador e contribua efetivamente para a construção do conhecimento acadêmico pelos estudantes Surdos.

No caso do DESU, a tradução de conteúdos como videoaulas, apresentações de slides, leituras complementares e resumos se insere no campo da Tradução Audiovisual Intermodal, pois requer a transposição do código escrito (Português) para Libras em sua forma visual-gestual, frequentemente registrada em vídeo. Esse processo envolve múltiplas etapas: leitura e interpretação prévia do conteúdo, roteirização, ensaio, gravação e revisão, o que se aproxima do trabalho realizado na TAV em ambientes profissionais especializados. Nesse contexto, alguns intérpretes buscaram apoio para desenvolver essas habilidades. Como destacou um participante: *“Tentei buscar ajuda de colegas que tinham alguma experiência para ter pelo menos uma noção de como começar a traduzir materiais acadêmicos”* (INTÉRPRETE E). Outro reforçou a importância da prática orientada, afirmando: *“Aprendi que além de ter uma forma teórica para aprender a traduzir, é possível aprender a traduzir pela prática”*. (INTERPRETE G)

Contudo, como aponta Rodrigues (2018), o desenvolvimento das competências necessárias à TAV intermodal não ocorre de forma espontânea ou apenas com a prática. É indispensável uma formação continuada intencional, que inclua aspectos técnicos, pedagógicos e estéticos da tradução audiovisual. Nesse

sentido, a fala do INTÉRPRETE A: *“Fiz cursos online de tradução”* revela iniciativas individuais para suprir lacunas formativas, enquanto a declaração *“Estar sempre estudando”* sintetiza a percepção de que a qualificação é um processo contínuo e fundamental para o aprimoramento profissional. Além disso, conforme destaca Oliveira (2018), a atuação do TILSP na TAV requer domínio de aspectos técnicos como enquadramento de câmera, tempo e ritmo da sinalização, sincronia com elementos visuais, adequação à janela de Libras e acessibilidade comunicacional.

A atuação dos intérpretes no DESU durante a pandemia ilustra uma realidade de profissionais qualificados, comprometidos com a acessibilidade e com a qualidade do trabalho realizado, ainda que enfrentando desafios formativos. Assim, o fortalecimento da TAV como campo de atuação e pesquisa deve estar alinhado aos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS), contribuindo para a valorização e legitimidade dessa prática no cenário acadêmico e educacional brasileiro.

Categoria 3: Domesticação do espaço de trabalho

A pesquisa de Junior (2024) fornece um panorama detalhado sobre a adaptação dos intérpretes de Libras às demandas do trabalho remoto durante a pandemia, enfatizando a aquisição de equipamentos, a adequação dos ambientes e os desafios tecnológicos. Esses resultados ganham maior profundidade ao serem associados aos depoimentos de intérpretes do Departamento de Educação Superior (DESU), que atuaram na tradução de materiais do Português para Libras nesse mesmo período.

Um dos pontos destacados por Junior (2024) é a aquisição de equipamentos ergonômicos, ainda que em menor escala, refletindo uma preocupação emergente com a saúde física dos profissionais. Os relatos do DESU confirmam essa necessidade: o intérprete A mencionou, *“Tive que comprar uma cadeira ergonômica por causa da minha coluna,”* evidenciando o impacto do trabalho remoto na saúde postural e a busca por conforto para longas jornadas. Outro depoimento reforça a criatividade para adequar o espaço de trabalho: *“Usava um banco em cima de uma cadeira para que o celular ficasse na altura certa,”* (INTÉRPRETE G) mostrando adaptações improvisadas para otimizar o enquadramento visual, tema central no levantamento de Junior (2024), que destacou a aquisição de tripés, ring-lights e fundos neutros para melhorar a qualidade da imagem (p. 178).

A criação de ambientes adequados para a interpretação remota é ressaltada tanto na pesquisa quanto nos relatos: Junior (2024) observa que *“investimentos em espaço/sala adequado para atuação remota”* e *“pintura de parede em cor não branca para melhorar a iluminação do vídeo”* foram mencionados por 11% dos participantes, confirmando a relevância do ambiente físico para garantir a clareza visual da Libras (p. 178). Isso encontra eco nos depoimentos do DESU, como: *“Me tranquei no quarto para não ser interrompido e procurei deixar o celular numa altura adequada”* e *“Criar um espaço dentro de casa que fosse adequado para as gravações: fundo neutro, iluminação etc.”*, evidenciando a busca por isolamento e controle do cenário para melhor desempenho.

A questão da conectividade, que Junior (2024) classifica como fundamental para a qualidade do trabalho remoto, aparece também de forma contundente nos relatos: *“O maior problema foi conexão com a internet, tendo que contratar planos para melhor acesso, além de equipamento de iluminação e ambiente para estar on-line.”* (INTÉRPRETE A). Tal percepção corrobora os dados de que 67% dos profissionais necessitaram de internet mais robusta para garantir a estabilidade do serviço (p. 178).

Outro desafio citado pelos intérpretes diz respeito à capacidade técnica dos dispositivos, especialmente no armazenamento para gravações: *“...ter que encontrar um aparelho celular com memória suficiente para a filmagem”*, uma questão que complementa os dados sobre a aquisição de equipamentos como notebooks, câmeras e softwares para edição mencionados por Junior (2024, p. 178-180).

Além disso, questões relacionadas à conciliação entre vida doméstica e profissional emergem como fator de impacto na qualidade do trabalho remoto. A fala *“Tenho filhos e pessoas que dependiam de mim”* expõe a complexidade do equilíbrio entre responsabilidades familiares e a exigência profissional, aspecto ressaltado no referencial teórico que aponta para o aumento do estresse e da fadiga quando não há uma clara separação entre o ambiente doméstico e o de trabalho. Da mesma forma, o depoimento *“Organização de horário junto com a rotina da casa com crianças e idosos”* reforça essa realidade de sobrecarga, destacando a necessidade de administrar simultaneamente múltiplas tarefas. Essa sobreposição de funções pode agravar o cansaço físico e emocional, tornando a gestão do tempo um desafio quando as condições domésticas não favorecem um espaço dedicado e tranquilo

para o desempenho das atividades, prejudicando a concentração e, consequentemente, a qualidade da interpretação.

Assim, os depoimentos dos intérpretes do DESU ilustram na prática as necessidades e adaptações destacadas na pesquisa de Junior (2024). A convergência entre os dados quantitativos e os relatos qualitativos evidencia um cenário em que os profissionais precisaram reorganizar espaços, investir em tecnologia e enfrentar dificuldades técnicas para garantir a qualidade da tradução de materiais para Libras, ressaltando a complexidade da transição para o trabalho remoto e a importância de políticas que apoiem essas demandas.

A análise conjunta dos dados quantitativos apresentados por Junior (2024) e dos relatos qualitativos dos intérpretes do DESU permite compreender que a transição para o trabalho remoto exigiu adaptações multifacetadas, envolvendo não apenas a aquisição de recursos tecnológicos, mas também mudanças na organização doméstica e na rotina de trabalho. Observa-se que a necessidade de equipamentos e ambientes adequados não se limitou a um mero capricho estético ou conforto, mas esteve diretamente ligada à qualidade da comunicação em Libras, cuja clareza visual é essencial para o entendimento pleno.

Outro ponto relevante é que a maioria das adaptações foi custeada pelos próprios intérpretes, evidenciando a ausência, ou a insuficiência, de apoio institucional nesse processo. A obrigatoriedade de investimentos pessoais, seja em internet, iluminação ou mobiliário, expõe uma dimensão de desigualdade, já que nem todos os profissionais dispõem dos mesmos recursos financeiros para promover melhorias. Esse cenário reforça a importância de políticas públicas e institucionais que garantam condições adequadas para a atuação remota, especialmente em situações emergenciais como a pandemia.

Por fim, os resultados apontam para a resiliência e a capacidade de improvisação dos intérpretes de Libras diante das adversidades. Estratégias criativas, como o uso de bancos para ajuste de altura ou a adaptação de cômodos para isolar ruídos, revelam a disposição em superar obstáculos e manter a qualidade do serviço. No entanto, essas soluções, embora eficientes no curto prazo, não substituem a necessidade de planejamento estrutural e suporte contínuo. A convergência entre os dados da pesquisa e os depoimentos demonstra que a consolidação do trabalho remoto como prática viável para a interpretação em Libras depende de investimentos permanentes em infraestrutura, formação tecnológica e

apoio institucional, garantindo que as adaptações não sejam apenas respostas emergenciais, mas parte de uma política sustentável de valorização profissional.

Categoria 4: Isolamento profissional e fragilidade do trabalho em equipe

As falas dos intérpretes durante a pandemia de Covid-19 evidenciam um quadro preocupante de isolamento profissional e fragilidade no trabalho coletivo, refletindo diretamente na qualidade da tradução para Libras na Educação Superior.

“Não ter um supervisor na hora da gravação que pudesse fazer sugestões para melhorar o processo tradutório” (INTÉRPRETE G). Essa declaração expõe a ausência de um suporte técnico fundamental no processo tradutório. A falta de supervisão implica que o intérprete trabalhou de forma solitária, sem receber orientações ou feedbacks que poderiam aprimorar a qualidade da tradução, situação apontada como causa de desgaste e falhas no desempenho (Souza, 2017). A presença de supervisores ou colegas no processo contribui para a construção do trabalho em equipe, elemento essencial para o sucesso em contextos complexos como o Ensino Superior (Nogueira; Gesser, 2018).

Além disso, a ausência de supervisão revela a fragilidade do suporte técnico e da cooperação entre profissionais, aspectos essenciais para o aprimoramento do processo tradutório. Conforme Hoza (2010), o trabalho conjunto permite ajustes constantes e contribuições que aprimoram a equivalência da mensagem na língua-alvo. Sem essa colaboração, o intérprete limita sua capacidade de desenvolver a competência tradutória, que, segundo Rodrigues (2018), envolve habilidades linguísticas, estratégicas e comunicativa adquiridas e aprimoradas em contextos colaborativos.

Quando perguntados sobre o principal desafio de atuar na tradução, o INTÉRPRETE B disse que foi o *“Distanciamento dos colegas com relação à parceria para a tradução, devido à distância.”* O distanciamento provocado pelo trabalho remoto comprometeu a interação e o planejamento coletivo entre os intérpretes, dificultando a troca de ideias e a colaboração, que são pilares do trabalho em equipe. Embora o trabalho remoto tenha sido necessário, essa separação física enfraqueceu a integração e o diálogo contínuo, fragilizando a coesão necessária para enfrentar as demandas do processo tradutório e podendo prejudicar a qualidade do produto.

A teoria do trabalho em equipe destaca que a capacidade de troca de ideias e o espírito colaborativo são essenciais para a construção de um processo tradutório

fluido e coerente (Moscovici, 1994). No contexto da tradução audiovisual acessível, Araújo e Alves (2017) ressaltam que a intersemiose entre imagem e som requer uma atuação coordenada, condição que fica comprometida quando não há interação efetiva. A ausência de parceria evidencia a fragilidade do sistema de trabalho colaborativo, já que o suporte mútuo é essencial para dividir tarefas, aliviar a sobrecarga e garantir consistência (Souza, 2017; Nogueira e Gesser, 2018).

“Falta de parceria dos colegas.”

Essa fala do INTÉRPRETE B evidencia a inexistência de um ambiente colaborativo capaz de promover o desenvolvimento contínuo da competência tradutória. Rodrigues (2018) a define como um conhecimento que envolve comunicação, estratégias e resolução de problemas. Chmiel (2008) reforça que intérpretes trabalhando em pares promovem colaboração ativa que favorece o aprimoramento das habilidades e da qualidade da interpretação. Sem essa parceria, o trabalho torna-se solitário, sobrecarregando o intérprete e comprometendo a eficácia do processo.

“Foi preciso ter paciência, colaboração e compreensão dos professores e coordenação.”(INTÉRPRETE A). Essa fala aponta para a necessidade de habilidades interpessoais para superar desafios decorrentes do isolamento e da fragilidade no trabalho coletivo. Contudo, a dependência da boa vontade dos atores institucionais revela a ausência de políticas estruturadas que promovam e valorizem a colaboração entre todos os envolvidos (Nogueira, 2016; Souza, 2017). Para que o trabalho em equipe seja efetivo, ele precisa ser sistematizado, planejado e apoiado institucionalmente.

Apesar das dificuldades, a fala reforça a importância das habilidades interpessoais para minimizar o impacto do isolamento. Porém, a dependência dessas qualidades pessoais evidencia uma lacuna institucional na promoção de práticas colaborativas, fundamentais para o desenvolvimento da competência tradutória e para a garantia de uma tradução adequada e acessível (Nogueira, 2016; Rodrigues, 2018B; Souza, 2017).

Assim, a análise dessas falas destaca o impacto direto do isolamento profissional e da fragilidade do trabalho em equipe na qualidade da tradução para Libras no Ensino Superior, reforçando a urgência de ações que promovam suporte técnico, colaboração e valorização institucional para esses profissionais. Em suma, o isolamento e a fragilidade do trabalho em equipe apontados nas falas dos tradutores durante a pandemia evidenciam uma lacuna entre a prática profissional e os

princípios teóricos que orientam a tradução audiovisual acessível e a construção da competência tradutória. Para garantir traduções de qualidade e o acesso pleno dos estudantes Surdos ao conhecimento, é indispensável fortalecer o trabalho colaborativo, apoiar o desenvolvimento das habilidades especializadas dos tradutores e promover a integração institucional de todos os atores envolvidos.

Os resultados apontam para uma clara dissociação entre as condições reais de trabalho dos intérpretes de Libras no Ensino Superior durante a pandemia e os referenciais teóricos que sustentam a prática tradutória de qualidade. As falas evidenciam que, na ausência de suporte técnico, supervisão contínua e políticas institucionais de colaboração, o profissional é compelido a assumir sozinho todas as etapas do processo, o que acarreta desgaste, sobrecarga e possíveis perdas na qualidade da tradução. Além disso a falta de interação entre pares compromete a troca de estratégias e soluções tradutórias, elemento essencial para a coerência e fluidez do produto. Esses achados reforçam a necessidade de repensar a organização do trabalho dos intérpretes, investindo em modelos híbridos ou remotos que preservem a comunicação constante, o apoio técnico e a integração entre equipes, garantindo não apenas a acessibilidade linguística, mas também a valorização e a saúde ocupacional desses profissionais.

7.2. Categorias Emergentes da Análise de Conteúdo do Questionário com Discentes: Percepções de Alunos Surdos no Período da Pandemia

A análise de conteúdo dos questionários aplicados a discentes Surdos do Departamento de Educação Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) possibilitou identificar categorias que refletem de forma abrangente as percepções, necessidades e desafios vivenciados no acesso a materiais acadêmicos traduzidos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) durante o período da pandemia da COVID-19.

As respostas revelam não apenas a relevância da tradução para Libras como instrumento de acessibilidade, mas também as lacunas estruturais e pedagógicas que interferem na efetividade dessa prática. A pandemia, ao intensificar o uso de plataformas digitais e recursos audiovisuais, trouxe à tona questões relacionadas à qualidade das traduções, à disponibilidade de conteúdos acessíveis e às barreiras técnicas no ambiente virtual.

Três categorias principais emergiram dessa análise:

- Categoria 1 – Gêneros Acadêmicos Predominantes nas Traduções: identifica os gêneros textuais e recursos acadêmicos mais presentes nas traduções,

como slides de aula, materiais de apoio, editais, comunicados e artigos, destacando seu papel central no processo de aprendizagem e participação acadêmica dos estudantes Surdos.

- Categoria 2 – A Tradução como Direito Linguístico: evidencia a valorização da tradução como elemento que amplia a clareza e compreensão dos conteúdos, reforçando seu papel como ferramenta essencial para a equidade no Ensino Superior.
- Categoria 3 – Fragilidades e Obstáculos na Implementação da Tradução: aponta barreiras técnicas e estruturais, como a falta de acessibilidade em plataformas digitais, baixa qualidade de algumas traduções em vídeo e a limitada oferta de conteúdos traduzidos.

A sistematização dessas categorias permite compreender de forma integrada como a tradução em Libras foi percebida e utilizada pelos discentes no contexto remoto, revelando tanto seu potencial para promover inclusão quanto os obstáculos que ainda precisam ser superados para que a acessibilidade seja plena.

Categoria 1: Gêneros Acadêmicos Predominantes nas Traduções

Os materiais acadêmicos traduzidos mais citados pelos discentes Surdos foram slides de aula, materiais de apoio, editais, comunicados e artigos acadêmicos. A frequência desses recursos evidencia a centralidade dos conteúdos visuais e textuais no processo de aprendizagem dos Surdos (Nascimento, 2019). A tradução para Libras desses documentos é crucial para garantir a acessibilidade à informação formal e para a participação plena nos processos acadêmicos.

A pesquisa de Dias, Fernandes e Freire (2024) investigou o processo de inclusão e de apropriação de conhecimentos por um aluno Surdo em uma IES no município de Crato – Ceará. Para tanto, foram realizadas entrevistas com professores, tradutores-intérpretes de Libras e com o próprio discente Surdo, buscando compreender como se dava a construção do conhecimento científico durante a pandemia, em especial no contexto do Ensino remoto. Os achados revelam que a ausência de domínio da Libras por parte de docentes e colegas ouvintes constituiu uma barreira significativa para o acesso aos gêneros acadêmicos. Em muitos casos, os materiais traduzidos representaram o único canal efetivo de acesso ao conteúdo, já que a comunicação direta em sala, sustentada pelo distanciamento do Ensino remoto mostra-se limitada e insuficiente.

Nesse cenário, a tradução de slides e textos acadêmicos não apenas garante a acessibilidade, mas também representa uma forma de legitimação do lugar do Surdo como sujeito do processo de Ensino-aprendizagem, já que os materiais traduzidos funcionam como uma "ponte" que possibilita sua permanência e participação ativa nas práticas universitárias. Como apontam os próprios discentes Surdos, quando os colegas e professores não dominam Libras, a tradução dos materiais assume papel central e, muitas vezes, exclusivo no estabelecimento de redes de comunicação acadêmica (Dias, Fernandes e Freire, 2024).

Além disso, é importante considerar que, conforme relatado na pesquisa de Dias, Fernandes e Freire (2024), pelos estudantes Surdos, a falta de engajamento da turma e a não utilização de recursos básicos, como a câmera ligada em aulas remotas, comprometeram ainda mais a troca comunicativa. Isso reforça a necessidade de que os gêneros acadêmicos predominantes (slides, artigos, editais, comunicados) sejam sistematicamente preparados em formatos acessíveis, ampliando o contato com textos multimodais e garantindo o direito à informação (Martins; Lins, 2015).

Como relatam Dias, Fernandes e Freire (2024), os intérpretes se veem como a "ponte" entre professores e estudantes, sobretudo quando o corpo docente não domina a Libras. Essa centralidade da atuação dos intérpretes reforça tanto a relevância da tradução dos gêneros acadêmicos quanto a dependência estrutural criada em torno deles. Dessa forma, a tradução de gêneros acadêmicos predominantes não se restringe a uma prática técnica, mas assume um caráter pedagógico, social e político, pois possibilita que os estudantes Surdos tenham acesso aos mesmos conteúdos e oportunidades que seus pares ouvintes. A ausência dessa tradução resulta em isolamento comunicativo e em prejuízos diretos no processo de aprendizagem.

O Decreto nº 5.626/2005, ao regulamentar a Lei nº 10.436/2002, estabelece em seus artigos a obrigatoriedade da garantia de acessibilidade linguística às pessoas surdas em espaços educacionais, assegurando o direito ao uso e à difusão da Libras. No âmbito acadêmico, essa determinação implica não apenas na presença de tradutores-intérpretes de Libras, mas também na adaptação e tradução de materiais didáticos, comunicados institucionais e produções científicas para a Língua de Sinais. Dessa forma, a tradução de gêneros acadêmicos, como slides, artigos, editais e demais documentos, não pode ser compreendida como prática opcional ou secundária, mas como exigência legal que possibilita a participação

plena do estudante Surdo no processo educativo. Assim, a efetivação do decreto amplia o conceito de acessibilidade, reconhecendo a Libras como meio de instrução e comunicação indispensável para a democratização do conhecimento no Ensino Superior.

Categoria 2. A Tradução como Direito Linguístico

A maioria dos respondentes reconheceu que a tradução para Libras proporciona “mais clareza ao material traduzido”. Este dado corrobora estudos anteriores que apontam para a eficácia da tradução na promoção da compreensão e autonomia acadêmica dos estudantes Surdos (Silva e Pereira, 2021). A tradução, portanto, não é apenas uma ferramenta acessória, mas um componente fundamental para a equidade educacional.

Nesse sentido, Silveira e Campello (2015) destacam que o uso de recursos visuais, como vídeos em Libras, dicionários bilíngues e adaptações de conteúdos programáticos, amplia significativamente as condições de aprendizagem do estudante Surdo. A tradução atua como mediadora do processo de Ensino, uma vez que garante ao discente Surdo acesso ao conhecimento em sua língua natural (L1), respeitando sua constituição linguística e cognitiva. A prática de traduzir materiais acadêmicos em Libras possibilita que o aluno não apenas compreenda conceitos de forma mais clara, mas também desenvolva maior autonomia no estudo individual, favorecendo a consolidação do bilinguismo e a ampliação de seu repertório em língua portuguesa (L2).

Além disso, as autoras ressaltam que a tradução dos conteúdos para Libras fortalece o papel do visual na escolarização do Surdo, tornando-se um recurso pedagógico indispensável em contextos inclusivos (Silveira e Campello, 2015). A produção de materiais bilíngues, como: vídeos, softwares educativos e dicionários, demonstra que a tradução vai além da mera transposição linguística, pois se constitui em estratégia de Ensino que respeita a identidade surda e promove a igualdade de condições no acesso ao currículo. Dessa forma, a tradução pode ser compreendida como um instrumento que rompe barreiras comunicacionais e favorece não apenas a aprendizagem formal, mas também a valorização da cultura surda dentro da escola.

Durante o período da pandemia, a relevância da tradução de materiais acadêmicos em Libras se intensificou ainda mais. Com a transição abrupta para o Ensino remoto, muitos estudantes Surdos enfrentaram barreiras adicionais, como a

ausência de contato visual constante com colegas e professores, a limitação de recursos tecnológicos acessíveis e a falta de domínio da Libras por parte do corpo docente. Nesse contexto, os materiais traduzidos: vídeos em Libras, slides adaptados, comunicados institucionais e conteúdos programáticos filmados, tornaram-se ferramentas indispensáveis para assegurar a continuidade do processo de aprendizagem. Como ressaltam Silveira e Campello (2015), a utilização de recursos visuais potencializa a aquisição de conhecimentos pelos Surdos; durante a pandemia, essa prática assumiu caráter estratégico, uma vez que possibilitou o acesso à informação em meio ao isolamento social, garantindo que esses estudantes não fossem excluídos das atividades acadêmicas e pudessem manter sua trajetória educacional em condições mais equitativas.

Sob uma perspectiva político-linguística, a tradução para Libras deve ser compreendida como expressão concreta do direito linguístico das pessoas Surdas, e não como um favor institucional ou recurso compensatório. Conforme defendem Skliar (1998) e Quadros (2004), o acesso ao conhecimento na própria língua constitui condição fundamental para a participação social, educacional e política dos sujeitos Surdos. Nessa direção, a tradução de materiais acadêmicos em Libras materializa o reconhecimento da Libras como língua legítima de instrução e produção de saberes, em consonância com os princípios dos direitos linguísticos e com os marcos legais brasileiros, como a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005. Campello (2007) e Lodi (2013) ressaltam que negar ou precarizar esse acesso implica reproduzir desigualdades históricas e linguísticas, uma vez que restringe a participação plena dos estudantes Surdos nos espaços acadêmicos. Assim, traduzir conteúdos para Libras assume um caráter político, ao afirmar a centralidade da língua de sinais no Ensino Superior e ao tensionar modelos educacionais que ainda operam a partir de uma lógica monolíngue e ouvintista.

Categoria 3. Fragilidades e Obstáculos na Implementação da Tradução

Os participantes relataram dificuldades significativas que comprometem a experiência de acesso, destacando a *“falta de acessibilidade nas plataformas digitais”* e a *“baixa qualidade das traduções em vídeo”* (DISCENTE B). Além disso, a *“pouca disponibilidade de vídeos traduzidos”* limita a oferta de conteúdos acessíveis, criando uma barreira quantitativa para o aprendizado. Esses resultados indicam que a mera existência de tradução não garante a inclusão plena, pois questões técnicas

e estruturais ainda precisam ser superadas para garantir a efetividade do processo (Junior, 2024; Santos, 2022).

Os resultados da pesquisa indicam que, embora a tradução para Libras seja amplamente reconhecida como fundamental para o acesso dos estudantes Surdos ao conteúdo acadêmico, persistem desafios técnicos, quantitativos e educacionais que comprometem sua eficácia plena. A superação dessas barreiras requer investimentos contínuos em infraestrutura digital acessível, formação de intérpretes qualificados e estratégias de sensibilização para usuários. Assim, a tradução em Libras deve ser compreendida não apenas como um ato técnico, mas como um componente estratégico da inclusão e equidade no Ensino Superior.

Esse cenário evidencia que, embora o Decreto nº 5.626/2005 assegure o direito ao acesso à Libras em espaços educacionais, a efetivação dessa legislação ainda encontra entraves quando se trata da tradução de materiais acadêmicos. A tradução, como apontam Silveira e Campello (2015), vai além de um ato técnico: trata-se de um recurso pedagógico e cultural que fortalece a aprendizagem ao considerar a Libras como primeira língua do estudante Surdo. Entretanto, a baixa qualidade ou a escassez desses materiais revela a distância entre o que está garantido em lei e o que de fato é vivenciado no cotidiano das instituições de Ensino.

Durante a pandemia, tais lacunas tornaram-se ainda mais evidentes. O Ensino remoto evidenciou a dependência dos estudantes Surdos em relação a materiais visuais traduzidos em Libras, uma vez que a comunicação direta por meio de aulas síncronas mostrou-se limitada, seja pela falta de preparo de docentes ouvintes, seja pelas condições técnicas de transmissão. Nesse contexto, a ausência de materiais bilíngues robustos compromete não apenas o acesso imediato ao conteúdo, mas também a autonomia e a continuidade da formação acadêmica desses estudantes.

Os resultados da pesquisa indicam, portanto, que, embora a tradução para Libras seja amplamente reconhecida como fundamental para o acesso dos estudantes Surdos ao conteúdo acadêmico, persistem desafios técnicos, quantitativos e educacionais que comprometem sua eficácia plena. A superação dessas barreiras requer investimentos contínuos em infraestrutura digital acessível, formação de intérpretes qualificados e estratégias institucionais de sensibilização para docentes e gestores. Assim, a tradução em Libras deve ser compreendida não apenas como um ato técnico, mas como um componente estratégico da inclusão e

da equidade no Ensino Superior, indispensável para efetivar o direito linguístico e educacional previsto em lei.

7.3. Análise dos Vídeos Traduzidos

A terceira etapa da pesquisa consistiu na análise dos vídeos traduzidos do Português para Libras, produzidos e publicados pelo Departamento de Educação Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) durante o período da pandemia de COVID-19, compreendido entre março de 2020 e maio de 2023, conforme os critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS). Para esta etapa, foram considerados exclusivamente vídeos relacionados aos cursos presenciais de graduação pós-graduação e mestrado do DESU.

O critério de inclusão para esta etapa foi a seleção de vídeos que atendem aos seguintes requisitos: (i) terem sido produzidos no contexto remoto emergencial de Ensino adotado pelo DESU durante a pandemia para cursos presenciais; (ii) conterem tradução gravada do conteúdo acadêmico originalmente em Língua Portuguesa para Libras; (iii) estarem disponíveis em canais de comunicação do DESU, como o YouTube, referentes aos cursos presenciais.

A análise dos vídeos teve como objetivo compreender os padrões de tradução adotados pelos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP), identificar estratégias tradutórias utilizadas diante de diferentes gêneros textuais acadêmicos, bem como reconhecer desafios técnicos, linguísticos e pedagógicos enfrentados no processo. Foram considerados aspectos como: enquadramento visual, qualidade de imagem e iluminação, tempo de sincronização com os materiais de apoio (slides, legendas, imagens), além da composição estética do ambiente de gravação.

Para garantir uma análise sistemática, foi elaborado um protocolo com base nos princípios da Tradução Audiovisual Intermodal e nos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS). Além disso, a sistematização proposta a partir da junção das propostas de Lemos (2022) e Carneiro, Vital e Souza (2020) servirá como base para a análise das etapas de tradução realizadas pela equipe do DESU, tanto durante o período pandêmico quanto anteriormente. Por meio dessa abordagem combinada, será possível identificar quais etapas foram efetivamente aplicadas e quais foram omitidas no processo tradutório, permitindo avaliar de forma detalhada as práticas adotadas pelos tradutores-intérpretes nos cursos presenciais do DESU.

As gravações foram analisadas qualitativamente por meio de observação direta e registro descritivo, respeitando critérios éticos e de confidencialidade, uma vez que envolvem imagens de profissionais em atuação.

Esta etapa visa fornecer subsídios para refletir sobre a qualidade, os limites e as potencialidades da prática tradutória em contextos remotos, além de contribuir para a construção de diretrizes formativas e institucionais voltadas à melhoria da acessibilidade linguística no Ensino Superior. O foco desta etapa da pesquisa está na observação crítica de como os conteúdos acadêmicos e administrativos foram traduzidos para Libras, considerando os aspectos, técnicos, estéticos e pedagógicos envolvidos no processo tradutório. Tais vídeos representam um recorte importante da atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) durante um período de adaptação emergencial das instituições de Ensino à modalidade remota e às demandas por acessibilidade linguística e educacional.

O canal da Coordenação de Administração Acadêmica - COADA (@coordenacaodeadministracao4515) apresenta, ao todo, 57 vídeos publicados, enquanto o canal Equipe Tradução Desu (@equipetraducao3187) possui 15 vídeos disponíveis. No entanto, após a triagem com base nos critérios de inclusão da pesquisa, ou seja, vídeos produzidos e publicados entre março de 2020 e maio de 2023, contendo tradução ou interpretação em Libras voltada ao público discente do DESU, foram selecionados 57 vídeos do canal COADA e 3 vídeos do Canal Equipe Tradução DESU.

A seguir, são apresentadas duas tabelas com os vídeos selecionados de cada canal, de acordo com os critérios estabelecidos. As tabelas reúnem os títulos dos vídeos, a quantidade de visualizações e o ano de publicação, permitindo uma visão geral do alcance e da distribuição temporal dos materiais acessíveis em Libras voltados ao público discente do DESU. A refere-se aos vídeos da Coordenação de Administração Acadêmica (COADA) e a , aos vídeos do canal Traduções, disponibilizados pelo canal Equipe Tradução DESU.

Tabela 8 - Tabela com Descrição dos Vídeos do Canal do Youtube da COADA

OR	TÍTULO DO VÍDEO	VISUALIZAÇÕES	ANO
01	EMAIL DE BOAS VINDAS AOS ALUNOS DO MESTRADO - INES/DESU	18	2020
02	EMAIL DE BOAS VINDAS AOS ALUNOS DO MESTRADO DO DESU	73	2020
03	REGRAS DE CUIDADO DO PATRIMÔNIO DO DESU	10	2020
04	INFORME SOBRE PRORROGAÇÃO DA MATRÍCULA DESU/INES 2020.1	56	2020
05	EDUCAÇÃO INFANTIL - UNIDADE 2	7	2020
06	AVALIAÇÃO DA AULA 4 - PROF. MÁRCIA REGINA	112	

07	CONVOCAÇÃO REUNIÃO DE COLEGIADO 17/11/2020	7	2020
08	EDITAL 012/2020 - COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA EAD - DESU/INES	542	2020
09	EDITAL 015/2020 - RECEBIMENTO DE SIM CARD E MODEM PARA DOCENTES E INTÉRPRETES DE LIBRAS DO DESU	10	2020
10	EDITAL 014/2020 - RECEBIMENTO DE SIM CARD E MODEM PARA DISCENTES DO DESU	07	2020
11	E-MAIL PARA OS ALUNOS DA PÓS-GRADUAÇÃO DESU	18	2020
12	CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE AUXÍLIO DIGITAL SIM CARD + MODEM - DESU	120	2020
13	RETIFICAÇÃO DAS TRABELAS PARA RETIRADA DO AUXÍLIO DIGITAL	39	2020
14	DOCUMENTO DOS SERVIDORES DO DESU - PARTE 1	26	2020
15	DOCUMENTO DOS SERVIDORES DO DESU - PARTE 2	12	2020
16	DOCUMENTO DOS SERVIDORES DO DESU - PARTE 3	8	2020
17	COMUNICADO SOBRE ADIAMENTO DA ENTREGA DO AUXÍLIO DIGITAL DO DESU	106	2020
18	COMUNICADO IMPORTANTE!!!	209	2021
19	ROTEIRO DE ENTREGA DO AUXILIO DIGITAL DO DESU	76	2021
20	NOVO CRONOGRAMA PARA ENTREGA DOS CHIPS SERVIDORES DESU	37	2021
21	PROCEDIMENTOS PARA CONFIGURAÇÃO DA AUTENTICAÇÃO EM 2 FATORES (2FA) OU 2 ETAPAS	323	2021
22	COMUNICADO IMPORTANTE – ENTREGA DE CHIOS	146	2021
23	UNIDADE I - DISCIPLINA EDUCAÇÃO BILÍNGUE E LINGUAGEM - MESTRADO DESU/INES	63	2021
24	UNTITLED VIDEO _ MESTRADO	8	2021
25	UNIDADE II - PARTE II - EDUCAÇÃO BILÍNGUE E LINGUAGEM _ MESTRADO	11	2021
26	UNIDADE II - PARTE I - EDUCAÇÃO BILÍNGUE E LINGUAGEM	9	2021
27	UNIDADE III - EDUCAÇÃO BILÍNGUE E LINGUAGEM - MESTRADO	20	2021
28	INFORMATIVO COM NÚMERO DE TELEFONE DO CHIP	69	2021
29	COMUNICADO DESU - INÍCIO DAS AULAS 2020.1	70	2021
30	ESCLARECIMENTO AOS ALUNOS DA GRADUAÇÃO DESU	162	2021
31	AVISO AOS ALUNOS DA PÓS DESU 2021	53	2021
32	RECEBIMENTO AUXILIO DIGITAL DESU - TÉCNICOS NEO E DIRA	28	2021
33	APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE E LINGUAGEM -- MESTRADO	43	2021
34	ANÁLISE DAS PROPOSTAS EDUCACIONAIS BILÍNGUES PARA ALUNOS SURDOS - LEONARDO BARROS E TANYA FELIPE – MESTRADO	120	2021
35	FORMULÁRIO DE MATRÍCULA DO MESTRADO - DESU	25	2021
36	FORMULÁRIO DE MATRÍCULA - MESTRADO DESU (SC)	145	2021

37	BILINGUISMO E EDUCAÇÃO BILÍNGUE: QUESTÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS- MESTRADO	231	2021
38	MATRÍCULA DA DISCIPLINA PEDAGOGIA EM CONTEXTOS NÃO ESCOLARES - 2º BLOCO 2020.1	32	2021
39	MATRÍCULA ESPECIAL - DISCIPLINA PEDAGOGIA EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES	73	2021
40	SEÇÃO 1	94	2021
41	EDITAL 002/2021	282	2021
42	COMUNICADO AOS ALUNOS DO DESU	54	2021
43	ESCLARECIMENTOS SOBRE O ESTÁGIO REMOTO	63	2021
44	COMUNICADO AOS ALUNOS	79	2021
45	TEXTO BASE - O QUE É CURRÍCULO? ALGUMAS DEFINIÇÕES	128	2021
46	MATRÍCULA DE ALUNO ESPECIAL NO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BILÍNGUE DO INES	693	2021
47	ALUNO ESPECIAL DO MESTRADO	107	2021
48	TEXTO BASE - CURRÍCULO E AVALIAÇÃO	140	2021
49	4	14	2021
50	COMUNICADO DIASE	41	2021
51	ESTAGIO	54	2021
52	SOBRE FORMULÁRIO - DIASE	27	2021
53	DA DIDÁTICA FUNDAMENTAL AO FUNDAMENTAL DA DIDÁTICA – MESTRADO	204	2021
54	ESCOLA: CRISE OU MUTAÇÃO?	231	2021
55	RESISTÊNCIA, LÍNGUAS DE SINAIS E SUJEITO SURDO - PROF. LÍVIA BUSCÁCIO	51	2021
56	CURSO DE EXTENSAO	60	2021
57	CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DOS TABLETS	87	2021

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Tabela 9 - Tabela com Descrição dos Vídeos do Canal do Youtube da Equipe da Tradução

OR	TÍTULO DO VÍDEO	VISUALIZAÇÕES	ANO
01	TUTORIAL INSCRIÇÕES NOS PROJETOS	111	2020
02	TUTORIAL PARA CRIAR O CURRÍCULO LATTES	220	2020
03	CARTA DE INTENÇÃO	607	2020

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A leitura analítica desses materiais tem como objetivo compreender não apenas as estratégias tradutórias utilizadas, mas também os desafios enfrentados e os recursos mobilizados pelos profissionais na construção de uma tradução acessível e adequada às necessidades da comunidade Surda acadêmica. Tal análise permite identificar padrões, estratégias recorrentes e possíveis lacunas na formação ou na prática dos tradutores, contribuindo com o debate sobre a consolidação da Tradução Audiovisual Intermodal como campo específico dentro dos Estudos da Tradução em Língua de Sinais.

A análise dos vídeos publicados pelo canal da Coordenação de Administração Acadêmica (COADA) revela um panorama significativo das ações comunicacionais

voltadas ao público discente do DESU entre os anos de 2020 e 2021. O recorte temporal concentra-se nesses dois anos, especialmente em 2021, o que reflete o período de maior adaptação institucional às demandas do Ensino remoto emergencial, provocado pela pandemia da COVID-19. Já em 2021, houve um aumento expressivo nas publicações, totalizando mais de 30 vídeos, o que demonstra o esforço contínuo da COADA em oferecer suporte informativo e pedagógico aos seus estudantes durante esse período atípico.

No que diz respeito ao alcance dos vídeos, observa-se uma variação considerável no número de visualizações, que vai de apenas 7 até 693 visualizações. Esse dado evidencia diferenças no grau de interesse do público em relação aos temas abordados. Os vídeos com maior número de acessos são, majoritariamente, aqueles que trazem informações práticas e de interesse direto aos estudantes, como é o caso do vídeo “Matrícula de aluno especial no Mestrado profissional em Educação Bilíngue do INES”, com 693 visualizações, seguido por “Edital 012/2020 - Colegiado do Curso de Pedagogia EAD - DESU/INES” (542 visualizações), “Procedimentos para configuração da autenticação em 2 fatores (2FA)” (323 visualizações), “Edital 002/2021” (282 visualizações) e “Bilinguismo e Educação Bilíngue: Questões teóricas e práticas pedagógicas” (231 visualizações). Em contraste, vários vídeos apresentam desempenho muito inferior, com menos de 20 visualizações, o que pode indicar problemas de divulgação, baixa relevância do conteúdo para o público-alvo no momento da publicação ou segmentação restrita da audiência.

A análise dos temas abordados nos vídeos permitiu classificá-los em três categorias principais: comunicados institucionais e orientações administrativas, materiais didáticos e acadêmicos, e avisos técnicos e emergenciais. Dos 57 vídeos selecionados, 28 deles (aproximadamente 49%) pertencem à categoria de comunicados institucionais e orientações administrativas, incluindo vídeos sobre editais, matrículas, auxílios digitais, convocatórias e avisos gerais. Já 17 vídeos (cerca de 30%) referem-se a conteúdos de natureza didática e acadêmica, como unidades de disciplinas, textos-base e apresentações de temas voltados à formação no contexto do mestrado. Por fim, 12 vídeos (em torno de 21%) enquadram-se na categoria de avisos técnicos e emergenciais, que incluem procedimentos de autenticação, cronogramas de entrega de equipamentos e outras instruções operacionais.

Essa distribuição temática evidencia o papel central da COADA na mediação entre a instituição e os estudantes, sobretudo em contextos que exigem agilidade na comunicação, acessibilidade da informação e suporte à permanência estudantil. Além disso, todos os vídeos analisados atendem aos critérios de acessibilidade previstos na pesquisa, contendo tradução ou interpretação em Libras voltada ao público discente Surdo, o que reforça o compromisso do DESU/INES com a inclusão linguística na Educação Superior.

A análise dos vídeos publicados no canal Equipe Tradução DESU revela uma proposta distinta, embora complementar àquela observada no canal da Coordenação de Administração Acadêmica (COADA). Com apenas três vídeos selecionados de acordo com os critérios da pesquisa, publicados entre março de 2020 e maio de 2023, com tradução ou interpretação em Libras voltada ao público discente do DESU, o canal apresenta conteúdos mais atemporais e voltados à formação acadêmica ampla. Os títulos dos vídeos selecionados são “Tutorial inscrições nos projetos” (111 visualizações), “Tutorial para criar o Currículo Lattes” (220 visualizações) e “Carta de Intenção” (607 visualizações), todos publicados em 2020. Esses dados indicam que, apesar da quantidade reduzida de vídeos dentro do escopo da pesquisa, os conteúdos têm um bom alcance relativo, com destaque para o vídeo sobre carta de intenção, que apresenta o maior número de visualizações entre todos os vídeos dos dois canais analisados.

É importante destacar que o canal da Equipe Tradução DESU já existia antes da pandemia de COVID-19 e possuía uma função institucional mais consolidada: era utilizado principalmente para a publicação de conteúdos gravados dentro do departamento, com o objetivo de divulgação externa, voltados não apenas aos alunos, mas também a um público mais amplo interessado nas atividades e propostas do DESU. Os vídeos passam por edição institucional e apresentam maior cuidado com aspectos técnicos, o que contribui para uma comunicação mais polida e formal.

Em contraste, o canal da Coordenação de Administração Acadêmica (COADA) foi criado especificamente durante o período pandêmico, como resposta à necessidade urgente de manter a comunicação com os discentes em um contexto de isolamento social e Ensino remoto. Neste canal, os vídeos têm caráter eminentemente funcional e foram, em sua maioria, produzidos e editados diretamente pelos próprios intérpretes de Libras, utilizando ferramentas básicas de gravação e edição, muitas vezes feitas pelo próprio celular. Esse caráter mais

espontâneo e informal reflete não apenas a urgência da situação, mas também a descentralização dos processos de produção audiovisual no contexto pandêmico.

A comparação entre os dois canais revela, portanto, diferenças estruturais e funcionais marcantes, que ajudam a entender os propósitos distintos de cada um. Enquanto o canal da Equipe Tradução DESU se caracteriza pela produção de materiais formativos e institucionais com maior cuidado técnico, voltados à divulgação externa e permanentes, o canal da COADA teve um papel fundamental na comunicação direta e contínua com os alunos durante a pandemia, funcionando como ferramenta de suporte pedagógico e informacional, com produção descentralizada e imediata. Ainda assim, ambos os canais compartilham um compromisso com a acessibilidade, assegurando a presença de tradução ou interpretação em Libras como parte essencial de sua proposta comunicacional, o que reforça o papel do DESU como uma instituição preocupada com a inclusão e com o direito linguístico da comunidade Surda em seus diferentes contextos de formação.

7.3.1. Análise Técnica dos Vídeos com Base nas Normas de Acessibilidade em Libras

Para garantir a acessibilidade comunicacional em produções audiovisuais, para a comunidade Surda usuária da Língua Brasileira de Sinais (Libras), dois documentos normativos foram utilizados como referência para análise de vídeos que envolvem tradução por intérpretes:

1. Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais (Ministério da Cultura, Brasil, 2015)
2. Nota Técnica sobre a Atuação do Tradutor, Intérprete e Guia-Intérprete de Libras e Língua Portuguesa em Materiais Audiovisuais Televisivos e Virtuais (FEBRAPILS, 2017), baseada na Norma Brasileira NBR 15.290 da ABNT

7.3.1.1. Guia Orientador –MinC (2015)

O Guia Orientador (Brasil, 2015) traz diretrizes normativas importantes sobre a atuação do Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) em contextos de gravação audiovisual, evidenciando a preocupação com a qualidade técnica da tradução e a acessibilidade do produto.

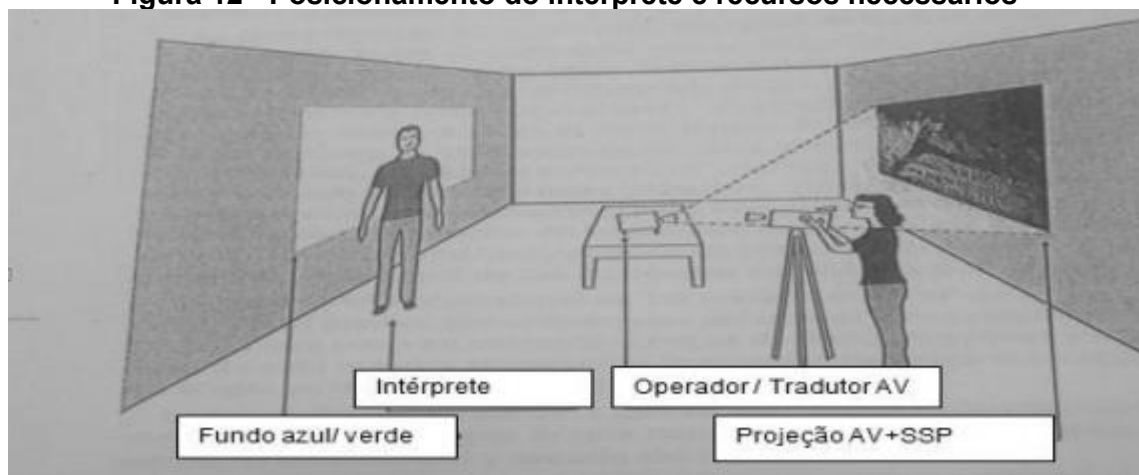
Em primeiro lugar, a norma propõe que seja garantido ao intérprete o retorno visual da tradução, o que pode ocorrer por meio de projeção ou outros recursos

técnicos. Esse retorno é fundamental para que o TILS consiga observar sua própria performance, corrigindo possíveis erros de espelhamento, ajustando postura, enquadramento e até aspectos estéticos, como cabelo ou vestuário. Para isso, o documento indica a utilização de dois monitores: um voltado à visualização do material original (filme, programa ou conteúdo a ser traduzido) e outro para o controle de sua própria imagem, o que assegura maior precisão na utilização do espaço de sinalização, tanto no espaço token quanto no sub-rogado, conforme conceituam Bolgueroni e Viotti (2013).

Além disso, o documento apresenta a necessidade de uma estrutura técnica mínima que garanta a nitidez da sinalização, como o uso de uma filmadora de altíssima resolução e iluminação adequada (Brasil, 2015). Isso é imprescindível para evitar a perda de nuances importantes nos movimentos de mãos e dedos, que podem comprometer a compreensão da tradução.

Outro ponto abordado refere-se ao plano de filmagem, que deve seguir critérios previamente estabelecidos (Figura 12), assegurando que o enquadramento permita ao público Surdo a visualização plena da sinalização.

Figura 12 - Posicionamento do intérprete e recursos necessários



Fonte: Brasil (2015)

Na imagem acima, em preto e branco, observa-se a disposição dos elementos em um estúdio, com legendas que indicam o posicionamento de cada item. À esquerda, está o intérprete, posicionado em frente a um painel cujo fundo deve ser azul ou verde. A uma distância aproximada de três metros, encontra-se a operadora de câmera (tradutora audiovisual), responsável por registrar a tradução. À frente dela, mas fora do alcance da filmagem, há um projetor que exibe, na parede voltada para o intérprete, as imagens do produto audiovisual que será traduzido.

Por fim, o texto trata da questão do vestuário, em que Rosso e Oliveira (2012) orientam que o intérprete utilize roupas lisas, sem estampas ou elementos que causem distrações visuais. Para produções audiovisuais, recomenda-se que pessoas de pele clara utilizem roupas escuras (como preto) e pessoas de pele escura utilizem roupas em tons médios (como cinza), garantindo o contraste necessário para que a sinalização seja nítida. As recomendações específicas para artigos científicos (com cores diferentes para títulos, textos e citações) não se aplicam ao caso da tradução em janela de Libras, já que, neste contexto, o recurso do retorno imagético cumpre outra função.

Portanto, ao observarmos a imagem de Posicionamento do Intérprete e Recursos Necessários, é possível compreender que a norma vai além de simples recomendações técnicas: ela propõe um padrão de qualidade para a produção de conteúdos acessíveis, buscando assegurar que a tradução em Libras seja realizada em condições adequadas, de forma clara, precisa e visualmente eficiente para o público-alvo.

A seguir, apresentamos uma síntese das principais recomendações destacadas no documento.

Tabela 10 - Síntese das principais orientações do Documento Guia Orientador

Aspecto	Orientações
Iluminação	Dois pontos de luz: um frontal Superior e outro sobre a cabeça do intérprete, evitando sombras e garantindo nitidez nos sinais.
Plano de fundo	Fundo azul ou verde, adequado para chroma key, possibilitando manipulação digital e maior flexibilidade na edição.
Enquadramento	Câmera posicionada com: • 10–15 cm acima da cabeça do intérprete; • 5 cm abaixo do umbigo; • Largura suficiente para movimentos dos cotovelos; • Ampliação do espaço em cenas mais dinâmicas.
Integridade da imagem	Não permitir cortes nas mãos, braços ou cabeça, assegurando a compreensão da mensagem.
Recursos técnicos	Filmadoras de alta resolução; dois monitores de retorno (um para a cena, outro para autoavaliação); visualização espelhada da imagem para melhor uso dos espaços <i>token</i> e <i>sub-rogado</i> (Bolgueroni; Viotti, 2013).
Vestuário	• Evitar estampas, bolsos ou listras. • Pessoas de pele clara: roupas pretas.

	• Pessoas morenas ou negras: roupas em tons de cinza.
--	---

Fonte: Brasil (2015)

A tabela acima reúne de forma sistematizada as principais orientações técnicas do Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais do Ministério da Cultura. para a produção audiovisual acessível em Libras, contemplando desde aspectos de iluminação, enquadramento e integridade da imagem, até recomendações específicas de recursos e vestuário que asseguram a clareza da tradução. Essas diretrizes estabelecem um padrão mínimo de qualidade, fundamental para a efetividade do trabalho do intérprete e para a compreensão plena do público Surdo. No próximo tópico, serão discutidas as orientações previstas na Nota Técnica da FEBRAPILS (2017) e na NBR 15.290 da ABNT, a fim de ampliar a análise sobre os parâmetros normativos que regem essa prática.

7.3.1.2. Nota Técnica FEBRAPILS (2017) e NBR 15.290 (ABNT)

A Nota Técnica da FEBRAPILS, fundamentada na Norma Brasileira NBR 15.290, regulamenta de forma mais institucional a atuação de TILS em contextos televisivos e virtuais, organizando as orientações em três eixos: captação da imagem, edição da janela de Libras e exibição/circulação dos vídeos.

A Norma Brasileira NBR 15.290, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), constitui um marco regulatório fundamental para a produção de materiais audiovisuais acessíveis em Libras. Embora seja amplamente reconhecida por orientar o uso da chamada *janela de Libras*, a norma vai além desse recurso, ao estabelecer critérios técnicos que abrangem todas as etapas da produção: captação, iluminação, enquadramento, edição e exibição final. Essas recomendações visam assegurar a qualidade da sinalização, a integridade da imagem do intérprete e, sobretudo, o direito à acessibilidade linguística e cultural da comunidade surda.

No contexto das produções acadêmicas e educacionais, a NBR 15.290 é especialmente relevante, uma vez que descreve padrões que podem servir como referência para avaliar a qualidade de materiais já existentes e orientar novas produções. Neste trabalho, a norma também será utilizada como base analítica para os materiais gravados pelo Departamento de Educação a Distância (DESU) durante o período da pandemia, momento em que a produção de conteúdos audiovisuais

acessíveis foi intensificada e, em muitos casos, realizada em condições emergenciais.

Assim, por contemplar recomendações específicas para a gravação em estúdio, enquadramento do intérprete, contraste visual, uso de iluminação adequada, posicionamento da câmera e parâmetros de edição, a NBR 15.290 fornece subsídios essenciais para a análise crítica da qualidade técnica desses materiais, permitindo identificar avanços, lacunas e possibilidades de aprimoramento.

A seguir, sintetizamos em formato de tabela as principais orientações previstas na norma:

Tabela 11 - Síntese das Orientações propostas pela Febrapils

Aspecto	Orientações da NBR 15.290 (ABNT)
Captação – Estúdio (7.1.1)	• Espaço suficiente entre intérprete e fundo para evitar sombras; • Iluminação adequada para captar intérprete e fundo; • Câmera fixada em tripé; • Marcação no solo delimitando espaço de movimentação.
Captação – Imagem (7.1.2)	• Contrastes nítidos em cores ou em preto e branco; • Contraste entre fundo e elementos do intérprete; • Foco abrangendo toda a movimentação; • Iluminação evitando sombras nos olhos ou ofuscamento.
Edição da janela (7.1.3)	• Altura mínima: metade da altura da tela; • Largura mínima: um quarto da largura da tela; • Recorte não deve ser encoberto por tarjas de legenda; • Deslocamento da janela deve manter continuidade da imagem.
Exibição (7.1.4)	• Vestimenta, pele e cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e em relação ao fundo; • Em telejornais e programas, garantir boa visualização da Libras; • Não incluir nem sobrepor outras imagens ao recorte.

Fonte: Elaborada pela autora baseada no documento da Febrapils (2017)

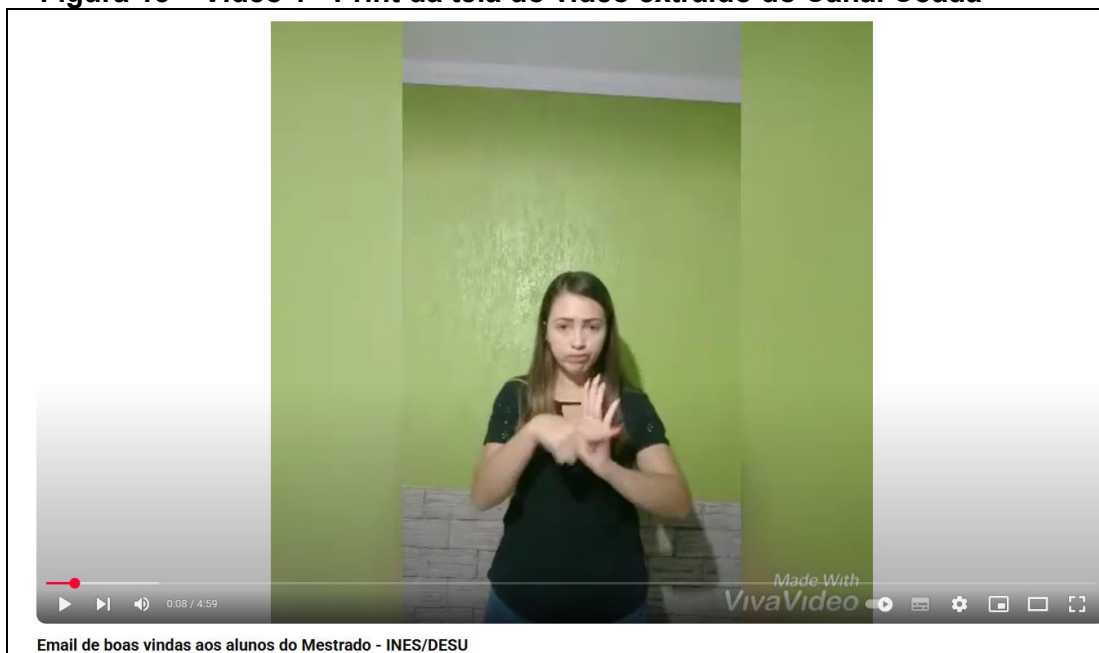
Dessa forma, a NBR 15.290 oferece um conjunto abrangente de orientações que garantem a qualidade técnica e visual da produção audiovisual, assegurando que o trabalho do tradutor ou intérprete de Libras seja apresentado de maneira clara e acessível ao público Surdo. As recomendações abordam desde a captação da imagem em estúdio, iluminação e enquadramento, até edição e exibição final, servindo como referência para análise crítica de materiais já produzidos, como os desenvolvidos pelo DESU durante o período Da pandemia.

No capítulo seguinte, intitulado “Análise Técnica e Evolução da Produção de Vídeos Acessíveis em Libras no DESU Durante a Pandemia”, serão examinados os vídeos publicados nos canais do YouTube da COADA e do Canal da Tradução. A análise terá como referência as orientações técnicas apresentadas tanto no Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais do Ministério da Cultura, quanto na NBR 15.290 da ABNT e na Nota Técnica da FEBRAPILS (2017). O objetivo será verificar em que medida as produções audiovisuais do DESU atenderam aos parâmetros de qualidade e acessibilidade estipulados nesses documentos normativos, identificando avanços, limitações e possíveis contribuições para o aprimoramento da prática de tradução audiovisual em Libras.

7.3.1.3. Análise Técnica e Evolução da Produção de Vídeos Acessíveis em Libras no DESU Durante a Pandemia

Dos 54 vídeos disponíveis no canal do *Youtube* da COADA, foram selecionados 7 vídeos específicos para análise detalhada nesta etapa do trabalho. A escolha desses vídeos seguiu um critério baseado na representatividade técnica e no cumprimento das normas de acessibilidade audiovisual, incluindo aspectos como iluminação, enquadramento, contraste visual, integridade da imagem e vestuário da intérprete, conforme orientações do Guia MinC (2022) e da Febrapils (2017). Foram priorizados materiais que demonstrassem variação temporal ao longo do período da pandemia, permitindo observar a evolução da equipe e o impacto da disponibilização de recursos e orientações. Além disso, os vídeos selecionados incluem tantas produções iniciais, com limitações técnicas significativas, quanto vídeos posteriores, que refletiram melhorias estruturais e maior atenção às normas, possibilitando uma análise comparativa da progressão da qualidade técnica e da acessibilidade para o público Surdo.

Figura 13 – Vídeo 1 - Print da tela do vídeo extraído do Canal Coada



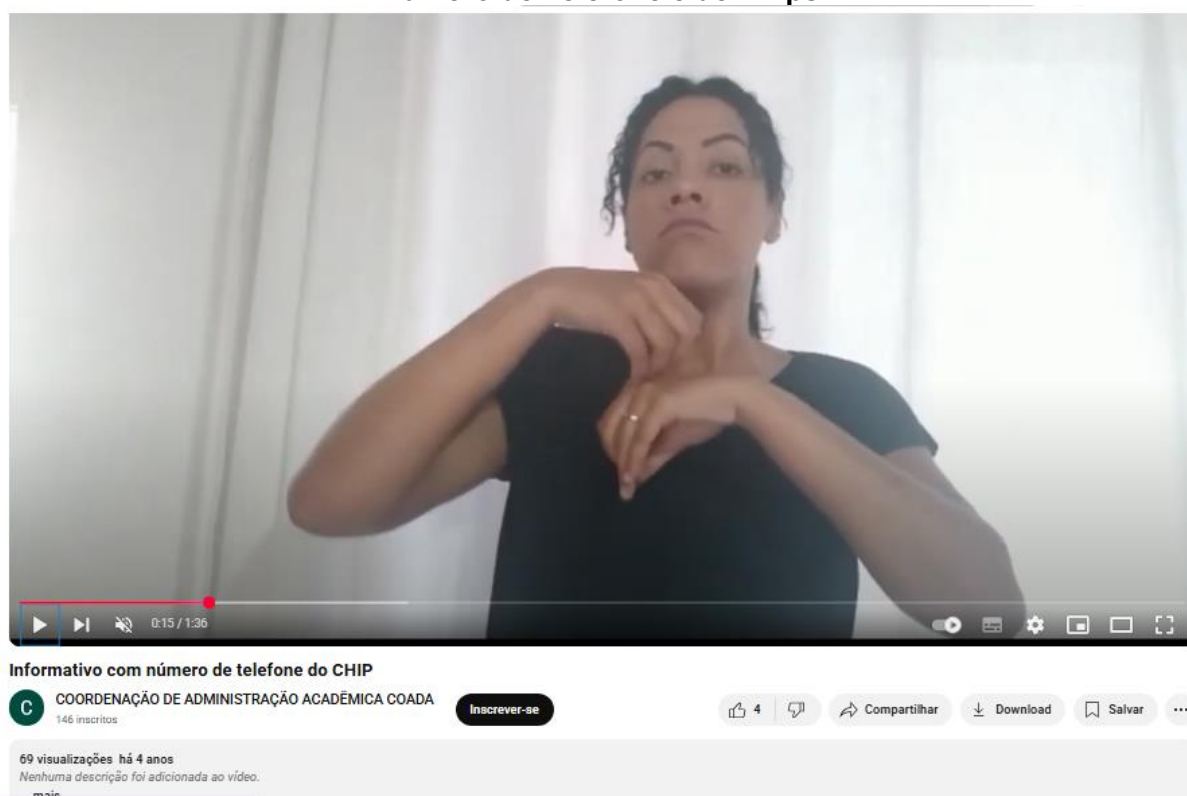
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=iR5lhpT6XDA>

O vídeo analisado (Figura 13) apresenta a intérprete centralizada, filmada na posição vertical com um celular, o que já limita o enquadramento adequado. O fundo verde, embora compatível com a técnica de Chroma Key, é texturizado e possui divisões visíveis, prejudicando a uniformidade visual. A iluminação é fraca e geram-se sombras, além da intérprete estar muito próxima à parede. A vestimenta preta, sem adereços, está de acordo com as recomendações de contraste e simplicidade estética. No entanto, a calça visível no vídeo poderia desviar um pouco a atenção do público, embora não comprometa diretamente a compreensão da Libras.

Embora o vídeo não atenda plenamente às recomendações da NBR 15.290 e do Guia UnB/MinC, especialmente em termos de enquadramento, iluminação e espaço entre intérprete e fundo, é importante considerar o contexto de produção. Este material foi o primeiro vídeo postado no canal, datado de 23/02/2020, provavelmente um dos primeiros conteúdos gravados durante o início da pandemia. Naquela época, os recursos estruturais e técnicos disponibilizados pelo departamento ainda eram limitados, e a equipe de tradução estava se adaptando a uma realidade de trabalho remoto e improvisado.

Dessa forma, apesar das divergências em relação às normativas, o vídeo cumpre um papel importante como primeira tentativa de garantir acessibilidade em tempo de pandemia, servindo como referência inicial para ajustes futuros e aprimoramento da qualidade técnica das produções subsequentes. A análise permite perceber os acertos e limitações, oferecendo subsídios para melhorias progressivas no processo de produção audiovisual para o público Surdo.

Figura 14 – Vídeo 2: Print da tela do vídeo extraído do Canal Coadá - Informativo com número de Telefone e de Chips



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=vq8-2LuSNOQ>

O segundo vídeo (figura 14) apresenta a intérprete filmada com a câmera posicionada de forma inclinada, captando-a de baixo para cima, resultando em um enquadramento assimétrico, com o lado direito mais aberto que o esquerdo. Há corte dos braços na parte inferior da imagem, e ao fundo uma janela com cortina cuja claridade prejudica a visibilidade. O vestuário da intérprete apresenta contraste adequado em relação ao fundo.

Em termos de enquadramento, o vídeo não segue plenamente as orientações do Guia UnB/MinC (2015) e da NBR 15.290 (item 7.1.2.c), que indicam que nenhuma parte essencial do corpo, como mãos, braços ou cabeça, deve ser cortada. A posição inferior da câmera também compromete a leitura facial e a naturalidade da performance, elementos essenciais para a compreensão completa da Libras.

A iluminação é um dos pontos mais críticos: a forte claridade proveniente da janela configura um contraluz inadequado, contrariando o item 7.1.2.d da NBR, que recomenda evitar sombras nos olhos e ofuscamento. O Guia UnB/MinC (2015) reforça a importância de iluminação controlada por pontos de luz frontal e Superior para garantir visibilidade uniforme dos sinais. O fundo, representado pela janela com cortina, não oferece a uniformidade desejada e compromete o contraste visual. Por

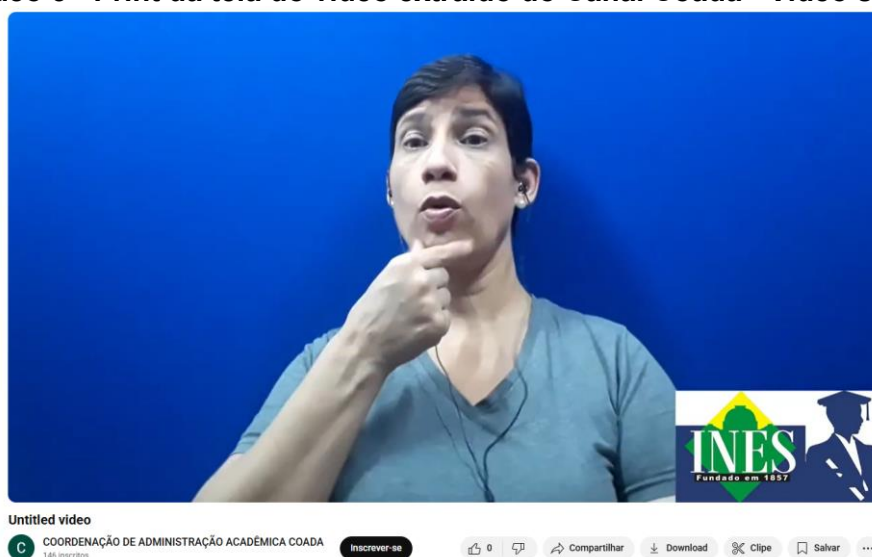
outro lado, o vestuário segue as recomendações, garantindo contraste satisfatório entre roupa, pele e fundo (item 7.1.4.a).

Apesar das limitações técnicas, é importante contextualizar o vídeo. Ele foi produzido em fevereiro de 2021, período em que ainda havia carência de estrutura e recursos disponibilizados pelo departamento. Trata-se de um material informativo sobre o CHIP de acesso à internet, fornecido pelo Instituto para que os alunos pudessem acessar as aulas remotamente sem consumir seus dados pessoais. Nesse contexto, o tradutor de Libras orientava os alunos sobre o uso correto das informações do CHIP.

Mesmo com as limitações de captação, enquadramento e iluminação, o vídeo alcançou 69 visualizações, um número significativo considerando o público-alvo de alunos Surdos que acessaram o material. Isso evidencia a importância do conteúdo e a efetividade do vídeo como recurso de acessibilidade, mesmo em condições de produção ainda precárias.

Os vídeos analisados, produzidos em janeiro (Figura 15) e junho de 2021 (Figura 16), demonstram avanços claros na qualidade técnica das gravações, especialmente em comparação com os materiais iniciais do DESU durante o início da pandemia. Ambos os vídeos foram gravados em condições ainda remotas e com recursos limitados, mas a disponibilização de materiais de apoio, como tecidos de fundo, *ring lights* e tripés, contribuiu significativamente para melhorias visíveis na produção.

Figura 15 – Vídeo 3 - Print da tela do vídeo extraído do Canal Coada - Vídeo sem título



Fonte <https://youtu.be/NWagrJWgyhI?si=IhNWY0s4XZ5qO5sb>

Neste vídeo (Figura 15), embora o fundo de tecido liso estivesse adequado, a iluminação fosse satisfatória e houvesse contraste correto entre a vestimenta da

intérprete e o plano de fundo, o enquadramento apresentou uma limitação: parte inferior do braço da intérprete foi cortada. Esse detalhe compromete parcialmente a leitura completa da Libras, mas não impede a compreensão geral da mensagem. Considerando que se tratou de uma produção inicial, feita em condições ainda improvisadas, o vídeo cumpre seu papel de oferecer conteúdo acessível aos alunos Surdos, sendo um passo importante no processo de adaptação à produção remota.

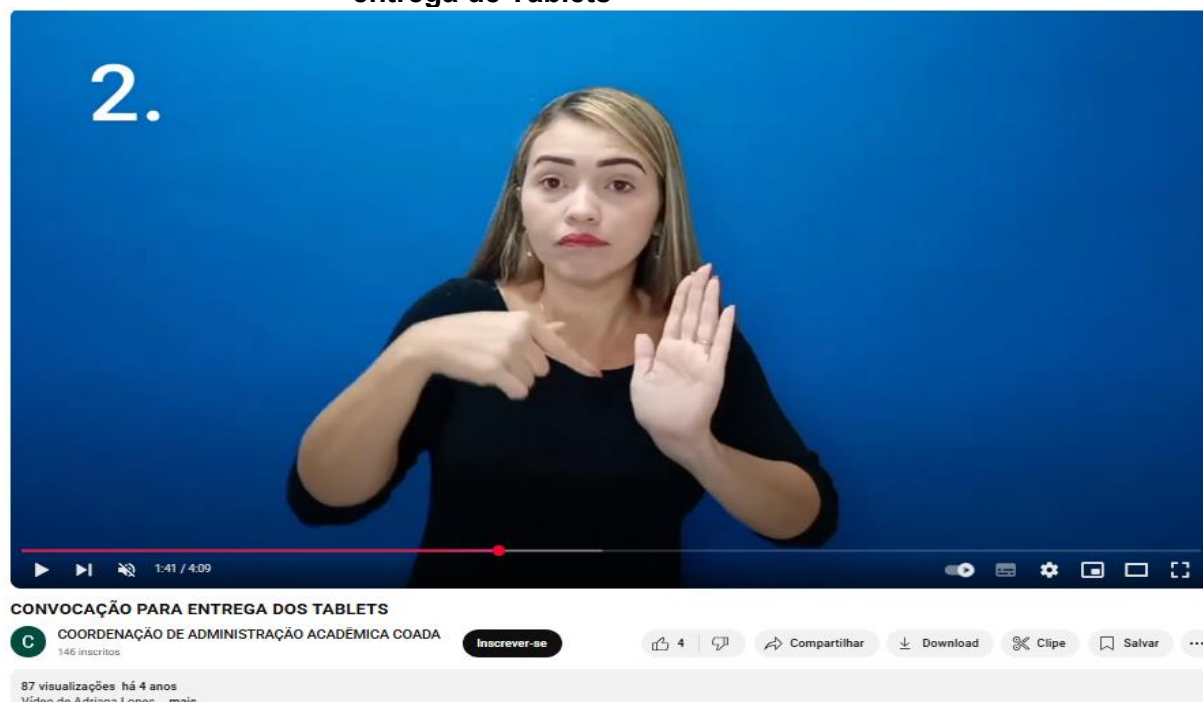
Figura 16 – Vídeo 4: Print da tela do vídeo extraído do Canal Coada - Resistência, Língua de Sinais e sujeito Surdo



Fonte: <https://youtu.be/WwxtH9Qdf9s?si=LgieEuSqO8RAQacl>

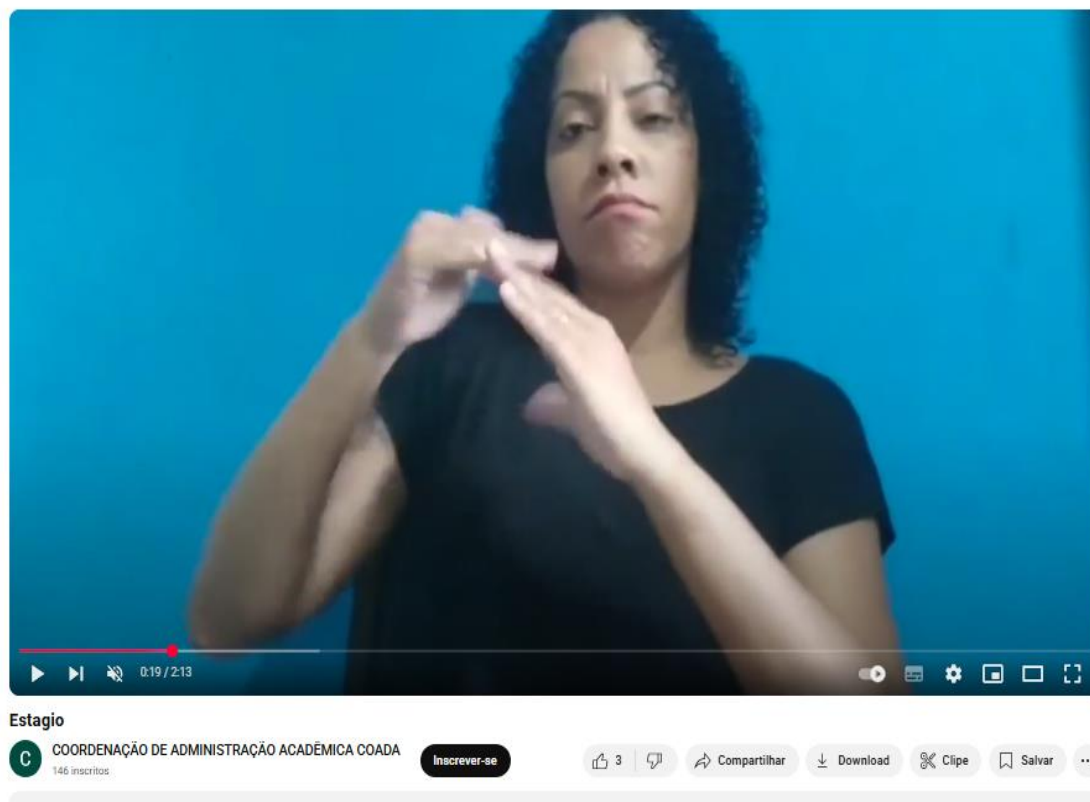
No segundo vídeo (Figura 16), observa-se melhoria significativa em todos os aspectos técnicos. A utilização do fundo liso azul, Ring Light e tripé proporcionou melhor iluminação, contraste visual e estabilidade da câmera. O enquadramento está correto, com rosto, tronco e mãos totalmente visíveis, sem cortes, respeitando as orientações do Guia MinC (2015) e da NBR 15.290. A experiência dos intérpretes, somada ao recebimento de materiais de apoio, refletiu-se na maior atenção aos detalhes técnicos, mesmo em condições remotas e precárias, assim como também pode ser observado no vídeo “Convocação para Entrega dos Tablets” de maio de 2021 (Figura 17).

Figura 17 – Vídeo 5: Print da tela do vídeo extraído do Canal Coadá - Convocação para entrega de Tablets



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=P7TYHIOvo14>

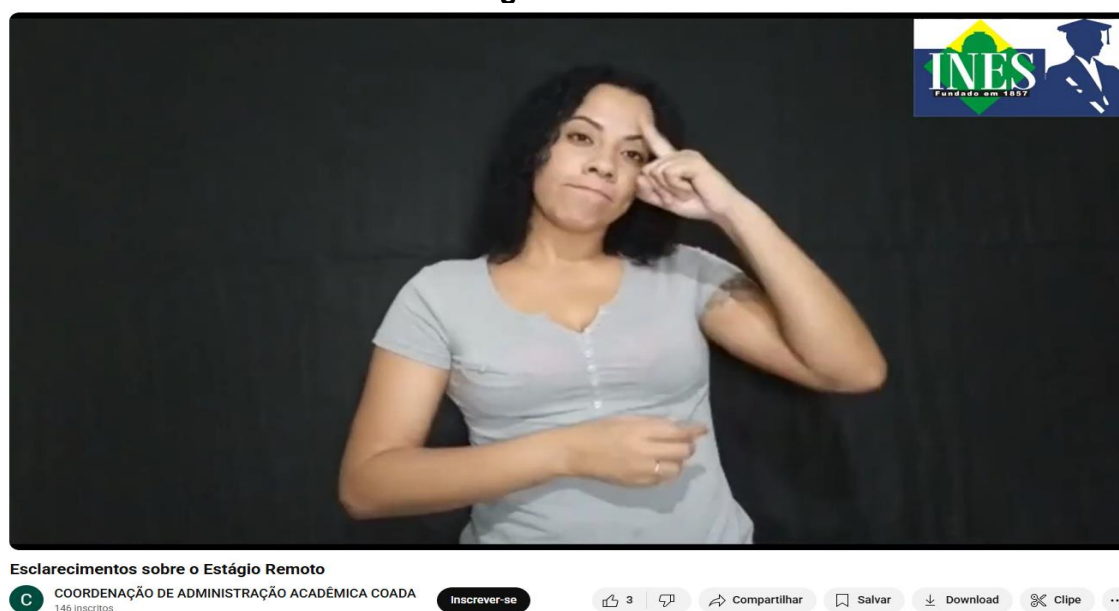
A comparação entre os três vídeos (Figura 15, Figura 16, Figura 17) evidencia que a disponibilização de recursos e orientações específicas para a equipe de tradução teve impacto direto na qualidade das produções audiovisuais acessíveis. Mesmo em contextos limitados, os ajustes implementados contribuíram para que os vídeos atendam melhor às normas técnicas e estéticas, garantindo maior legibilidade e acessibilidade para o público Surdo. Essa evolução demonstra o valor de investimentos em infraestrutura e capacitação, mesmo em situações emergenciais, como as enfrentadas durante a pandemia.

Figura 18 – Vídeo 6: Print da tela do vídeo extraído do Canal Coada - Estágio

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=BHo3Ebl7qSk>

O vídeo sobre Estágio (Figura 18), gravado em maio de 2021, alcançou 55 visualizações. Apesar de já contar com materiais de apoio, como fundo azul, a gravação apresentou problemas de enquadramento, iluminação e posicionamento da câmera, que estava situada de baixo para cima. Essas limitações comprometeram a integridade da imagem e a visibilidade completa dos sinais. É importante contextualizar que se tratava de um comunicado urgente, muitas vezes com necessidade de rápida divulgação, o que obrigava a equipe a produzir o material nas condições mínimas disponíveis. Mesmo com essas restrições, o vídeo cumpriu seu objetivo de transmitir informações essenciais aos alunos Surdos, mostrando a importância de priorizar a acessibilidade, mesmo em situações de emergência ou recursos limitados.

Figura 19 – Vídeo 7: Print da tela do vídeo extraído do Canal Coada - Esclarecimentos sobre o Estágio Remoto



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=hPF0TCOuEC4>

O Vídeo “Esclarecimentos sobre Estágio Remoto” de abril de 2021 (Figura 19) traz um importante exemplo de acessibilidade diferenciada, com o uso do tecido preto como fundo e blusa cinza pela intérprete, criando contraste visual específico para atender um aluno Surdocego com baixa visão. Essa escolha demonstra sensibilidade às necessidades individuais do público-alvo e está alinhada com os princípios de acessibilidade universal defendidos pela NBR 15.290 (item 7.1.4.a), que recomenda o uso de contraste entre vestuário, plano de fundo e tom de pele.

O Guia Orientador (Brasil, 2022) também enfatiza essa necessidade de adaptação, indicando que roupas lisas e contrastantes são fundamentais para garantir a legibilidade visual da sinalização. A escolha da blusa cinza sobre fundo preto revela planejamento estético e funcional, respeitando o princípio de que a acessibilidade deve ser inclusiva, personalizada e eficaz.

A análise dos vídeos das Figuras 16, 17 e 19 evidencia uma etapa de amadurecimento técnico da equipe, refletida no uso aprimorado dos materiais fornecidos, como tecidos de fundo, iluminação adequada e enquadramento alinhado às diretrizes normativas. Essas melhorias demonstram o compromisso da equipe com a acessibilidade comunicacional e a qualidade visual das produções em Libras.

Os vídeos apresentam iluminação frontal eficaz, eliminando sombras e favorecendo a visibilidade da sinalização, em conformidade com o Guia da UnB/MinC (2015), que recomenda o uso de dois pontos de luz (um frontal e outro Superior). Também atendem ao item 7.1.1.b da NBR 15.290, que estabelece a

necessidade de iluminação clara e distribuída, garantindo leitura facial e gestual adequada. Quanto ao plano de fundo, a escolha de tecidos lisos e contrastantes atende aos critérios de contraste visual previstos tanto no Guia quanto na NBR 15.290 (item 7.1.2.b). A substituição de paredes texturizadas ou cores inconsistentes por fundos lisos evidencia uma melhoria significativa na padronização técnica das produções.

Os vídeos mostram enquadramento adequado, preservando a integridade da imagem da intérprete, incluindo rosto, mãos e parte Superior do tronco, e evitando cortes que comprometam a compreensão da Libras, conforme o Guia da UnB/MinC e o item 7.1.2.c da NBR. O uso correto do espaço lateral e vertical contribui para a fluidez dos sinais e clareza na transmissão das mensagens.

É importante ressaltar que os referidos vídeos foram gravados após a entrega dos materiais de apoio e das orientações de procedimentos à equipe de tradução. A melhoria percebida na qualidade técnica: iluminação, plano de fundo, enquadramento e integridade da imagem, reflete diretamente o impacto positivo desses recursos e orientações, evidenciando que o suporte fornecido contribuiu para produções mais consistentes e acessíveis ao público Surdo.

A tabela a seguir apresenta uma síntese das principais características e evolução dos vídeos selecionados para análise que foram produzidos pelo DESU durante a pandemia. Ela organiza informações sobre a data de gravação, recursos disponíveis, principais problemas identificados e melhorias observadas em cada material. O objetivo é evidenciar como a disponibilização de materiais de apoio e orientações técnicas, aliada à experiência da equipe, impactou positivamente a qualidade técnica e a acessibilidade dos vídeos em Libras, mesmo diante de condições remotas e muitas vezes precárias.

Tabela 12 - Síntese das principais características e evolução dos vídeos selecionados para análise que foram produzidos pelo DESU durante a pandemia

Vídeo	Data	Recursos Disponíveis	Principais Problemas	Melhorias Observadas
Vídeo 1	Fev/2020	Nenhum material de apoio estruturado; celular	Fundo texturizado; iluminação fraca; sombras; enquadramento vertical; parte inferior do braço cortada	Primeira tentativa de acessibilidade; vestimenta adequada; conteúdo compreensível
Vídeo 2	Fev/2021	Fundo azul, orientação básica	Contraluz da janela; enquadramento assimétrico; corte de braços; iluminação irregular	Vestimenta contrastante; conteúdo informativo sobre CHIP; 69 visualizações

Vídeo 3	Jan/2021	Fundo azul, ring light, tripé	Corte inferior do braço em enquadramento	Iluminação uniforme; contraste adequado; uso de materiais de apoio; melhor estabilização da câmera
Vídeo 4	Jun/2021	Fundo azul liso, ring light, tripé	Nenhum corte, gravação remota	Melhor iluminação, contraste visual e estabilidade; enquadramento correto; rosto, tronco e mãos totalmente visíveis; aplicação das normas
Vídeo 5	Jun/2021	Fundo azul, ring light, tripé, orientações específicas	Condições remotas e precárias	Recursos e orientações aumentaram a legibilidade e acessibilidade; ajustes garantem conformidade com normas técnicas e estéticas
Vídeo 6 (Estágio)	Mai/2021	Fundo azul	Câmera de baixo para cima; iluminação e enquadramento inadequados	Mesmo com limitações, o vídeo transmitiu informações urgentes; vestimenta contrastante; 55 visualizações; priorização da acessibilidade em situações emergenciais
Vídeo 7 (Estágio Remoto)	Abr/2021	Fundo preto, blusa cinza	Nenhum corte, gravação remota	Acessibilidade personalizada para aluno Surdocego; contraste planejado entre vestimenta e fundo; aplicação de princípios de acessibilidade universal (NBR 15.290)

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Com base na tabela apresentada, é possível observar uma clara evolução técnica e estratégica na produção dos vídeos do DESU durante a pandemia. Os primeiros materiais, produzidos sem recursos estruturais, apresentavam problemas de enquadramento, iluminação e contraste, mas já demonstravam esforço em tornar os conteúdos acessíveis, com atenção à vestimenta e à legibilidade mínima dos sinais.

A partir de janeiro de 2021, com a disponibilização de materiais de apoio, como fundos lisos, *Ring Lights* e tripés, e orientações técnicas específicas, os vídeos evidenciam melhorias significativas: enquadramento correto, iluminação uniforme, contraste adequado e preservação da integridade da imagem da intérprete. Além disso, a equipe passou a considerar necessidades específicas do público-alvo, como no caso do vídeo de abril de 2021, que priorizou contraste para aluno Surdocego.

Mesmo em situações emergenciais, como os comunicados sobre estágio e uso de chips de internet, a equipe conseguiu transmitir informações essenciais mantendo princípios de acessibilidade. Assim, a análise final mostra que os investimentos em infraestrutura, capacitação e orientações normativas tiveram impacto direto na qualidade técnica e na efetividade comunicacional, promovendo conteúdos audiovisuais mais acessíveis e inclusivos para alunos Surdos.

7.3.2. Análise das Traduções Audiovisuais Intermodais do DESU para Estudantes Surdos Durante a Pandemia

A etapa de análise anterior permitiu observar a evolução técnica e a adaptação da equipe do DESU na produção de vídeos acessíveis em Libras, evidenciando como a disponibilização de materiais de apoio e orientações normativas impactou positivamente a qualidade de iluminação, enquadramento, contraste e integridade da imagem das intérpretes. Com base nessa análise, torna-se possível avançar para a investigação das traduções audiovisuais intermodais, considerando não apenas os aspectos técnicos da gravação, mas também a integração de múltiplos recursos visuais e textuais que favorecem a compreensão do conteúdo pelos estudantes Surdos.

Esta seção tem como objetivo apresentar uma análise das traduções audiovisuais intermodais realizadas no contexto do Departamento de Educação Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) durante o período pandêmico da COVID-19. A análise se concentra nos vídeos traduzidos do português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), publicados no canal da Coordenação Administrativa (COADA) do DESU, disponível no *YouTube* por meio do link: [<https://www.youtube.com/@coordenacaodeadministracao4515>] e no canal da Equipe Tradução, link: [<https://www.youtube.com/@equipetraducao3187/videos>].

Alguns dos materiais analisados destacam-se pelo uso de recursos imagéticos integrados à sinalização, o que favorece a compreensão do conteúdo por parte dos estudantes Surdos, cuja percepção visual é amplamente desenvolvida. Conforme destacam Quadros, Souza e Segala (2013), a intermediação semiótica, composta por glosas, gráficos e representações visuais, é fundamental para tornar a informação mais acessível e eficaz nesse contexto. Nesta análise, será dada atenção à utilização de elementos imagéticos, textos escritos e posicionamento do intérprete, evidenciando a construção de uma experiência multilíngue e intermodal

que atende às necessidades comunicacionais dos alunos Surdos durante o período pandêmico.

No decorrer do avanço da pandemia, com o uso da tecnologia, os intérpretes foram aprendendo a proceder da melhor forma possível com os recursos tecnológicos disponíveis. Dentro dessa perspectiva, alguns intérpretes, além de fazer a gravação em casa, também realizavam uma edição caseira via aplicativos em seus celulares, o que possibilitou aprimorar os recursos visuais do material traduzido. Assim, discutiremos algumas dessas contribuições.

Figura 20 - Vídeo 1: Print da tela do vídeo extraído do Canal Equipe Tradução – Tutorial para Criar Currículo Lattes

◆ Escolher o país de nacionalidade (Brasil), preencher o mesmo e-mail duas vezes, preencher a mesma senha duas vezes e escrever os caracteres que você vir
◆ Clicar em **PRÓXIMA**

3º PASSO

Tutorial para criar o Currículo Lattes

Equipe Tradução
207 inscritos

Inscrever-se

14

Compartilhar

Salvar

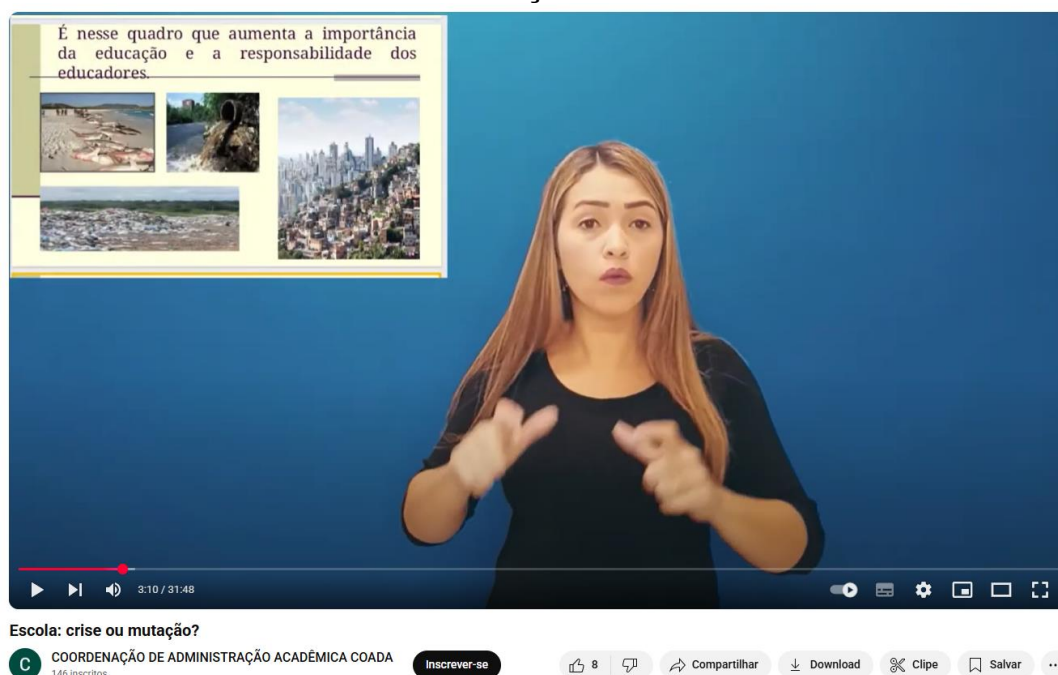
Download

Clipe

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=cIY0xZ3N5eoet=36s>

O vídeo 1 (Figura 20) apresenta simultaneamente a visualização da página da plataforma Lattes, o intérprete de Libras posicionado no canto Superior esquerdo e o texto em português escrito. Essa combinação de linguagens garante acessibilidade multilíngue e multimodal, permitindo que o aluno Surdo acompanhe o conteúdo de maneira bilíngue (Libras e português escrito) e intermodal. Um caso similar é observado em outro vídeo (Figura 21), em que o intérprete sinaliza ao centro com fundo azul, enquanto, no canto Superior direito, é apresentado um slide em português com imagens representativas.

Figura 21 - Vídeo 2: Print da tela do vídeo extraído do Canal COADA – “Escola: crise ou mutação?”



Fonte: https://youtu.be/rgyO0_JZ6mk?si=E5p1eLMWwb2JI0vA

Para facilitar a compreensão dos discentes Surdos, que acessavam os conteúdos remotamente, todas as possibilidades de ampliação da qualidade e da compreensão dos materiais foram utilizadas. Nessa perspectiva, os tradutores do DESU adotaram, conforme Quadros, Souza e Segala (2013), as seguintes estratégias:

- **Explicitação de termos**, visando maior acessibilidade conceitual;
- **Uso de soletração manual (*fingerspelling*)** para nomes e vocabulário técnico;
- **Intermediação semiótica**, com apoio de imagens, vídeos, gráficos e anotações visuais.

Figura 22- Vídeo 3: Print da tela do vídeo extraído do Canal COADA – "Da didática fundamental ao fundamental da Didática"



Fonte: <https://youtu.be/OgOmjMiqOQU?si=Z32I7EIEyTYYgjCL>

No vídeo 3 (Figura 22), o intérprete aparece no canto inferior direito da tela, enquanto ao fundo se encontra o slide do conteúdo a ser traduzido. No momento do print, ele realizava a soletração manual, introduzindo vocabulário técnico. Esse conjunto de práticas evidencia a adoção de uma abordagem interlingual, intersemiótica e intermodal, conforme defendido por Jakobson (1972), Segala (2010), Souza (2010) e Pereira (2021). A tradução intersemiótica não ocorre apenas pela mudança de suporte, mas pela incorporação de diferentes sistemas semióticos que reconstróem o significado original por múltiplos canais expressivos.

Figura 23 - Vídeo 4: Print da tela do vídeo extraído do Canal COADA – “Informativo com número de telefone do CHIP”



The video frame shows a woman with dark curly hair, wearing a black top, pointing her right index finger towards a table. The table displays a list of mobile phone numbers and their corresponding ICCIDs (SIM card codes). The video player interface at the bottom shows the title 'Informativo com número de telefone do CHIP', the channel name 'COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COADA', and various interaction buttons like 'Inscrever-se', 'Compartilhar', 'Download', and 'Salvar'.

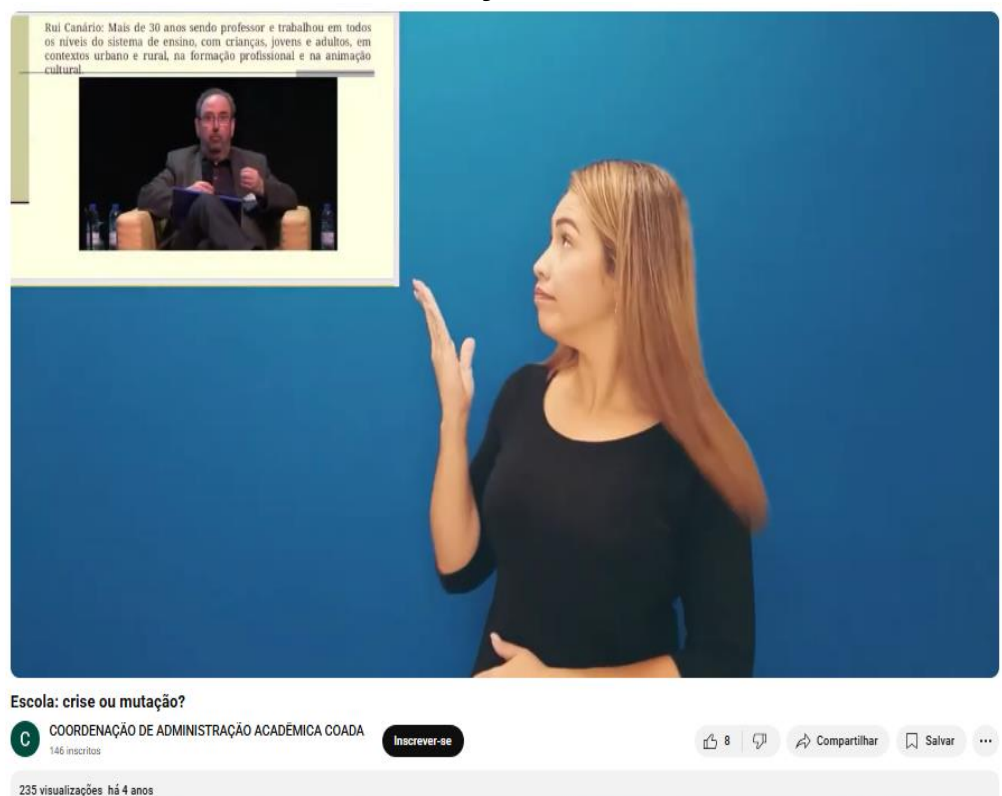
	Nº do Celular	ICCID(Código do SIMCard)
1	21991962650	89550532280032770573
2	21992032791	89550532280032768437
3	21992050912	89550532280032770128
4	21992077205	89550532280032772306
5	21992185082	89550532280032768858
6	21992189671	89550532280032772801
7	21992234784	89550532280032769088
8	21992237083	89550532280032772587
9	21992270612	89550532280032772033
10	21992286726	89550532280032771852
11	21992328293	89550532280032767843
12	21992336184	89550532280032772926
13	21992348275	89550532280032770029
14	21992366137	89550532280032767058
15	21992369855	89550532280032771738
16	21992396166	89550532280032770755
17	21992423466	89550532280032769856
18	21992462751	89550532280032767082

Fonte: <https://youtu.be/vg8-2LuSNOQ?si=8gJL2TEOLX4sVdRQ>

Souza (2010, p. 55–56) observa que o uso de animações, ilustrações, trechos de filmes e fotografias, aliados à atuação performática dos tradutores, caracteriza a tradução intersemiótica. Quando o intérprete retextualiza o conteúdo original utilizando o corpo, o espaço e a expressividade facial, não apenas traduz signos linguísticos, mas realiza uma adaptação comunicacional plena: visual, espacial e cultural (Figura 23).

Os tradutores atuaram como performers, sendo responsáveis pela fidelidade semântica e pela apresentação visualmente significativa. Em determinados momentos, a intérprete localizada centralmente no vídeo (Figura 24), vira o corpo e aponta para o canto Superior esquerdo, onde se apresenta a imagem do autor e sua minibiografia, reforçando o papel do tradutor como mediador entre línguas e culturas (Stump, 2005; Sutton, 2014).

Figura 24 - Vídeo 5: Print da tela do vídeo extraído do Canal COADA – “Escola: crise ou mutação?”



Fonte: https://youtu.be/rgyO0_JZ6mk?si=SaOk8Zh4LFHd5kpu

Apesar da evolução observada, Pereira (2021) e Amorim (2013) alertam que nem toda produção em Libras constitui tradução intersemiótica. Para caracterizar-se como tal, é necessário que múltiplas linguagens: imagem, som, texto, expressão corporal, sejam integradas.

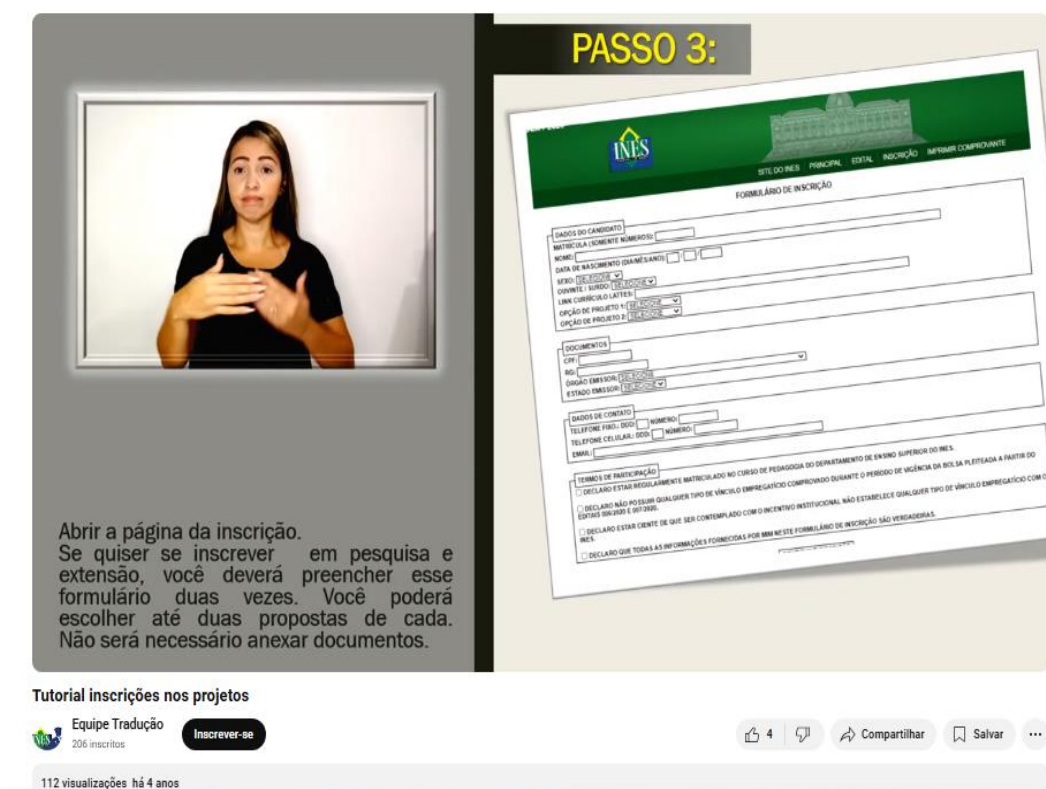
Figura 25 - Vídeo 6: Print da tela do vídeo extraído do Canal COADA – “Da Didática fundamental ao fundamental da Didática”



Fonte: https://youtu.be/OgOmjMiqOQU?si=4LTGeIH_sckjHcBS

No vídeo analisado (Figura 25), observa-se uma evolução significativa na abordagem bilíngue, com o intérprete posicionado no canto inferior direito, sinalizando simultaneamente ao conteúdo apresentado em língua portuguesa nos slides. Essa configuração favorece a simultaneidade da leitura em português e da recepção em Libras, promovendo uma experiência verdadeiramente bilíngue, como recomenda a prática da mediação cultural destacada por Stump (2005) e Sutton (2014).

Figura 26 - Vídeo 7: Print da tela do vídeo extraído do Canal Equipe Tradução - "Tutorial Inscrições Projetos"



Fonte: <https://youtu.be/AK1xbfQ9WOU?si=cceZbAYOJBifL6UZ>

A análise das traduções realizadas durante a pandemia no INES evidencia que a prática tradutória voltada ao público Surdo é um processo complexo, técnico, multimodal e culturalmente sensível. A atuação dos tradutores ultrapassa a simples transposição linguística, abrangendo curadoria de signos visuais, adaptação de conteúdo acadêmico e construção de pontes culturais. Essa prática reforça que a tradução intermodal, intersemiótica e interlinguística (Segala e Quadros, 2015) é essencial para garantir o direito à educação dos Surdos em contextos de crise e em tempos de normalidade (Figura 26). Os vídeos analisados demonstram o potencial transformador dessas estratégias e apontam para a urgência da formação de profissionais tradutores capacitados, competentes tecnicamente, sensíveis culturalmente e criativos pedagogicamente no contexto da acessibilidade educacional.

Com base na análise dos vídeos intermodais produzidos pelo DESU durante a pandemia, fica evidente que a equipe alcançou avanços significativos na qualidade técnica e comunicacional das traduções em Libras, equilibrando aspectos visuais, espaciais e linguísticos para promover a acessibilidade do conteúdo aos estudantes Surdos. As observações realizadas demonstram a importância da combinação entre preparo técnico, materiais de apoio e sensibilidade pedagógica na

construção de experiências bilíngues e intermodais eficazes. A partir dessa compreensão, o próximo tópico passa a abordar o planejamento tradutório e as estratégias de organização textual, fundamentais para assegurar que a tradução de conteúdos acadêmicos não se restrinja à transmissão linguística, mas incorpore também a estruturação clara e funcional das informações, garantindo acessibilidade e compreensão plena pelos alunos Surdos.

7.4. Planejamento tradutório e estratégias de organização textual

O presente capítulo tem como objetivo compreender os processos de planejamento adotados pelos intérpretes na realização de suas gravações durante o período da pandemia, analisando as estratégias utilizadas para organizar o conteúdo, estruturar a apresentação e garantir a acessibilidade dos materiais audiovisuais para os estudantes Surdos. Os intérpretes foram perguntados sobre as etapas que utilizaram para realizar a tradução. Utilizamos a tabela criada, baseada nos modelos de Lemos (2020) e Carneiro, Vital e Souza (2020) como base para que os intérpretes respondessem quais etapas foram usadas, para deste modo, criar uma ideia do que a maioria utilizou como padrão

Tabela 13 – Etapas do Processo de Gravação de Materiais do DESU: Percepções dos Intérpretes

	<u>Etapas</u>	<u>A</u>	<u>B</u>	<u>C</u>	<u>D</u>	<u>E</u>	<u>F</u>	<u>G</u>	<u>H</u>	<u>I</u>
<u>01</u>	<u>Seleção do texto e diagnóstico do autor</u>	X	X		X	X	X	X		X
<u>02</u>	<u>Leitura e releitura do texto</u>	X	X		X	X	X	X		X
<u>03</u>	<u>Interpretação do texto</u>	X	X	X	X	X	X	X		X
<u>04</u>	<u>Análise estilística</u>				X	X	X			
<u>05</u>	<u>Pesquisa terminológica</u>	X	X	X	X	X	X			X
<u>06</u>	<u>Estudo linguístico da Libras</u>	X	X		X	X	X			X
<u>07</u>	<u>Planejamento da Tradução</u>	X			X	X	X			X
<u>08</u>	<u>Decupagem (Planejamento Audiovisual)</u>									
<u>09</u>	<u>Comentários e Reflexões</u>		X							

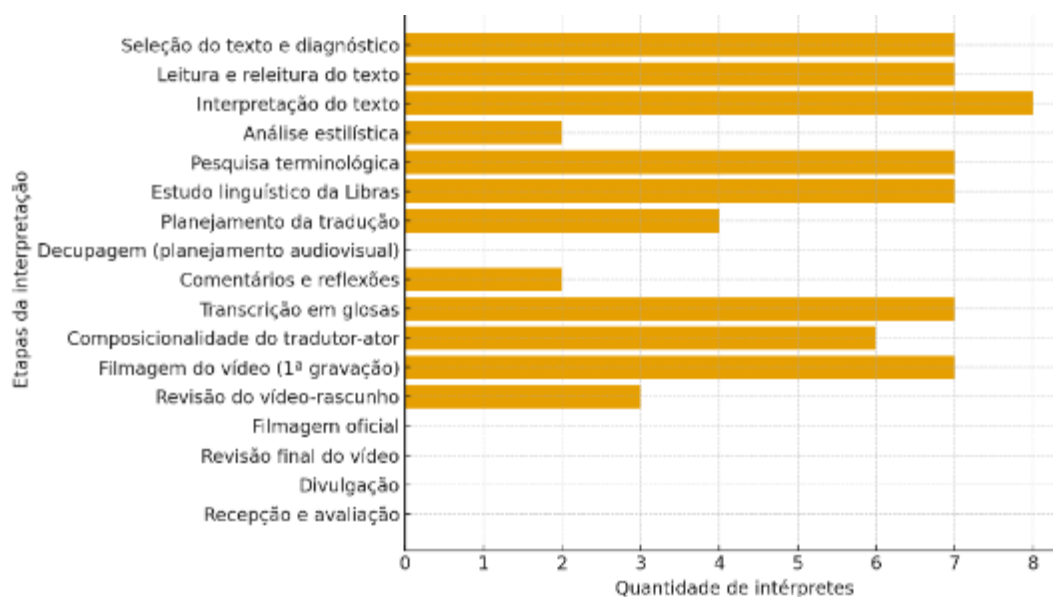
	<u>sobre a Tradução</u>									
<u>10</u>	<u>Transcrição em glosas</u>	X	X	X	X	X	X	X		
<u>11</u>	<u>Composicionalidade do tradutor/ator⁹</u>	X	X			X	X	X		
<u>12</u>	<u>Filmagem do Vídeo (Primeira Gravação)</u>	X	X	X	X	X	X	X		
<u>13</u>	<u>Revisão do Vídeo-rascunho</u>		X					X	X	
<u>14</u>	<u>Filmagem Oficial</u>									
<u>15</u>	<u>Revisão Final do Vídeo</u>									
<u>16</u>	<u>Divulgação</u>									
<u>17</u>	<u>Recepção e Avaliação</u>									

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A tabela apresentada a seguir sintetiza as etapas do processo tradutório realizadas pelos intérpretes identificados de A a I, permitindo observar em quais fases houve maior ou menor engajamento. A partir da contagem das marcações (“X”), foi possível quantificar a participação em cada etapa, gerando os dados brutos que serviram de base para a análise numérica e percentual descrita anteriormente. Esses resultados evidenciam as tendências de atuação dos intérpretes ao longo das diferentes fases da tradução e Interpretação em Libras. Para facilitar a visualização dessas informações e destacar as etapas com maior e menor adesão, será apresentado, a seguir, um gráfico com o somatório dos resultados obtidos.

⁹ O termo *tradutor/ator* refere-se à especificidade da tradução em Libras, língua gestual-visual cuja materialidade se realiza no corpo do tradutor. Os sentidos são construídos por meio dos movimentos corporais e das expressões faciais, exigindo presença física e performance, aproximando o tradutor de uma atuação cênica (QUADROS; SOUZA, 2008; SOUZA, 2010; AVELAR, 2010).

Figura 27 - Gráfico gerado a partir dos dados obtidos de participação dos Intérpretes nas Etapas do Processo Tradutório



A análise dos dados revela que, das 17 etapas previstas no processo tradutório, 13 foram efetivamente realizadas, o que representa 76,5% do total. As etapas 08 (Decupagem), 14 (Filmagem Oficial), 15 (Revisão Final do Vídeo), 16 (Divulgação) e 17 (Recepção e Avaliação) não foram executadas por nenhum intérprete, correspondendo a 23,5% das atividades não contempladas.

Entre as etapas realizadas, observa-se maior adesão à Etapa 03 – Interpretação do texto, desempenhada por 8 dos 9 intérpretes participantes, o que equivale a 88,9% de participação. Em seguida, destacam-se as Etapas 01 (Seleção do texto e diagnóstico do autor), 02 (Leitura e releitura do texto), 05 (Pesquisa terminológica), 06 (Estudo linguístico da Libras), 10 (Transcrição em glosas) e 12 (Filmagem do vídeo – primeira gravação), todas realizadas por 7 intérpretes, ou 77,8% do grupo. Esses dados demonstram que a maior parte dos participantes concentra sua atuação nas fases iniciais e intermediárias do processo tradutório, com foco na compreensão, preparação e execução prática da tradução em Libras.

Por outro lado, as etapas com menor adesão foram a Etapa 04 (Análise estilística) e a Etapa 09 (Comentários e reflexões sobre a tradução), realizadas por apenas 2 intérpretes (22,2%), e a Etapa 13 (Revisão do vídeo-rascunho), mencionada por 3 intérpretes (33,3%). Esses resultados indicam baixa incidência de atividades voltadas à reflexão crítica, estilística e revisão do produto final, o que sugere uma lacuna nas etapas de aperfeiçoamento e avaliação da tradução.

De modo geral, o panorama aponta para uma forte presença de práticas operacionais e imediatas da tradução, em detrimento de etapas analíticas e avaliativas. Essa distribuição evidencia a necessidade de formação continuada e

metodologias que incentivem o desenvolvimento integral do processo tradutório, incluindo desde a pesquisa e planejamento até a revisão e divulgação final do trabalho.

Nesse sentido, um dos intérpretes destacou: *“Como minha parte era mais voltada para os comunicados departamentais ou respostas diretas para os alunos Surdos que enviavam dúvidas através de vídeos, nem sempre havia tempo para ajustar iluminação, fundo ou vestimenta.”* (INTÉRPRETE C). Essa fala evidencia que, em demandas emergenciais e de resposta imediata, as condições técnicas de gravação nem sempre podiam seguir o padrão ideal de produção. Contudo, mesmo nessas situações, o aspecto central da tradução, manter a fidelidade da mensagem fonte para o receptor Surdo, foi priorizado, confirmando a importância de estratégias tradutórias eficientes para garantir a compreensão, mesmo em contextos de produção acelerada.

Outro relato reforça a adaptação prática às circunstâncias: *“O ambiente de gravação foi o melhor possível devido às circunstâncias, no caso me tranquei no quarto para não ser interrompido e procurei deixar o celular numa altura em que ficasse em pé, sem nenhum objeto atrás de mim que pudesse tirar a atenção. As glosas, além de terem sido escritas, foram gravadas e regravadas para conciliar com o tempo da sinalização durante a gravação.”* (INTÉRPRETE G). Aqui, percebe-se um cuidado meticuloso tanto com o enquadramento e a neutralidade do cenário quanto com a sincronia entre o planejamento textual (glosas) e a execução visual da interpretação, evidenciando um comprometimento com a clareza da mensagem e a harmonia rítmica da sinalização.

Além disso, a edição e revisão final dos vídeos, incluindo refilmagens quando necessário, foram relatadas por intérpretes que realizaram produções mais elaboradas, evidenciando um cuidado extra com a qualidade visual e a clareza da mensagem. Um intérprete não participou do processo de tradução, enquanto outro destacou que suas atividades eram mais pontuais, focadas em comunicados e respostas rápidas, demonstrando que as práticas tradutórias variaram conforme o tipo de material e as demandas emergenciais do Ensino Remoto.

Em síntese, os dados indicam que, apesar das diferenças individuais e das limitações impostas pelo home office, as etapas centrais da tradução de Português para Libras foram contempladas de maneira consistente. Mesmo em contextos de produção rápida e recursos limitados, observou-se um compromisso com a manutenção da fidelidade semântica, a clareza visual e a adequação cultural,

garantindo a produção de materiais acessíveis e de qualidade para os alunos Surdos.

A análise dos relatos dos intérpretes evidencia que, embora as condições de produção durante a pandemia tenham imposto limitações técnicas e estruturais, as etapas centrais do processo tradutório foram priorizadas, revelando a relevância das estratégias propostas tanto por Lemos (2022) quanto por Carneiro, Vital e Souza (2020). A preocupação recorrente com a leitura detalhada do texto, a busca terminológica e o planejamento por meio das glosas confirma a aplicabilidade prática das metodologias sistematizadas por Lemos (2022), que valoriza a análise estilística, a preparação linguística e a organização textual como elementos essenciais para assegurar a fidelidade semântica e a adequação cultural na tradução para a Libras.

Mesmo em contextos emergenciais, como nos comunicados departamentais relatados por alguns intérpretes, o compromisso com a compreensão do aluno Surdo se sobrepôs à impossibilidade de seguir todas as etapas técnicas ideais, o que reforça a centralidade da dimensão linguística e tradutória do processo.

Ao mesmo tempo, os dados revelam que parte dos intérpretes buscou seguir princípios próximos ao modelo defendido por Carneiro, Vital e Souza (2020), que integram cuidados técnicos e estéticos à tradução audiovisual. Relatos como o do Intérprete G, que ajustou cenário, enquadramento e altura do celular para manter a neutralidade visual e a clareza da sinalização, mostram um alinhamento às recomendações de planejamento e de qualidade audiovisual apontadas pela equipe da UFRJ. Ainda que não houvesse infraestrutura de estúdio, percebe-se a tentativa de aplicar, em condições domésticas, elementos centrais desse modelo, como a atenção ao enquadramento, ao ritmo sinalizado e à edição do material. Isso confirma que as metodologias propostas não são excludentes, mas complementares, já que os intérpretes articularam práticas de análise textual profunda com cuidados audiovisuais, mesmo em condições adversas.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa reforçam que a atuação dos intérpretes do DESU durante a pandemia não apenas seguiu, em linhas gerais, as etapas centrais sistematizadas por Lemos (2022), mas também incorporou, ainda que de forma adaptada, princípios técnicos defendidos por Carneiro, Vital e Souza (2020). Tal constatação evidencia que, mesmo diante de demandas emergenciais, o compromisso com a acessibilidade foi mantido, e que a flexibilidade metodológica, ora priorizando a análise linguística, ora os aspectos audiovisuais, foi essencial para

assegurar a produção de materiais compreensíveis e culturalmente adequados. Ao considerar os dois referenciais como complementares, é possível afirmar que a prática dos intérpretes no período pandêmico contribuiu para consolidar um modelo híbrido de tradução, que alia rigor linguístico e técnico, adaptável às diferentes demandas educacionais e aos recursos disponíveis.

7.5. Comparativo do Processo de Tradução no DESU — Antes e Durante a Pandemia

A seguir, apresenta-se um comparativo detalhado do processo de tradução realizado no DESU, destacando as diferenças significativas entre o período anterior à pandemia e o período durante a pandemia. A tabela evidencia como a estrutura de equipe, a infraestrutura, o fluxo de trabalho, a adaptação visual, as condições técnicas, a formação e o suporte técnico, a colaboração, as demandas emergenciais e a perspectiva bilíngue/bicultural foram impactadas pelas restrições impostas pelo isolamento social.

Enquanto antes da pandemia o trabalho era colaborativo, presencial e organizado de forma sequencial, durante a pandemia houve uma adaptação emergencial ao trabalho remoto, com maior autonomia individual, improviso técnico e desafios para manter a supervisão e a revisão colaborativa. Este comparativo permite compreender as transformações no cotidiano dos Tradutores e Intérpretes de Libras–Português, evidenciando tanto os desafios enfrentados quanto as estratégias de adaptação adotadas.

Tabela 14 - Comparativo do Processo de Tradução no DESU — Antes e Durante a Pandemia

Aspecto	Antes da Pandemia	Durante a Pandemia
Estrutura de equipe	Equipe exclusiva de 3 TILSP no par Libras–Português, com funções definidas: tradutor-apresentador, tradutor-revisor, tradutor-supervisor. Trabalho colaborativo e presencial.	Trabalho remoto, muitas vezes solitário. Supervisão e revisão raramente ocorreram em tempo real. Redução da interação e fragilidade no trabalho em equipe.
Infraestrutura	Uso de estúdio interno do DESU (não profissional) e, em demandas complexas, estúdios profissionais do INES. Equipamentos e iluminação providos pela instituição.	Cada intérprete precisou adaptar um “miniestúdio” em casa. Custos pessoais para internet, iluminação, fundo neutro, tripé, chroma-key e celular. Kit institucional só foi distribuído em 2021.

Fluxo de trabalho	Fluxo definido e sequencial: recebimento de texto → análise terminológica → adaptação para vídeo → ensaio com rascunhos/glosas → supervisão → gravação → revisão por outro membro → edição profissional.	Fluxos variaram muito entre intérpretes. Algumas etapas mantidas (leitura, glosas, ensaio), mas muitas vezes sem supervisão. Em demandas urgentes (comunicados), gravações feitas rapidamente, com menor preparo técnico.
Adaptação visual	Cenário, iluminação e enquadramento controlados no estúdio.	Necessidade de improviso com recursos domésticos (ex.: banco sobre cadeira para altura, quarto trancado para evitar ruídos). Qualidade variou conforme recursos disponíveis.
Condições técnicas	Apoio institucional constante; uso de equipamentos institucionais.	Dependência de internet robusta (muitos contrataram planos próprios). Falhas de conectividade prejudicaram gravações e transmissões.
Formação e suporte técnico	Formação e experiência já consolidadas na equipe, com possibilidade de troca contínua de estratégias presenciais.	Aprendizado empírico e busca individual por cursos online. Falta de formação específica em TAV intermodal para todos. Apoio técnico limitado à iniciativa individual e eventual ajuda entre colegas.
Colaboração e revisão	Revisão e supervisão sempre realizadas por outro membro da equipe antes da publicação.	Revisão e supervisão menos frequentes; alguns intérpretes gravaram e publicaram sem feedback prévio devido ao isolamento e prazos curtos.
Demandas emergenciais	Geralmente planejadas com antecedência; prazos negociados conforme densidade do texto (Portaria 597/2018).	Aumento de demandas imediatas (respostas rápidas a alunos, comunicados), sem tempo para preparação visual ideal.
Perspectiva bilíngue/bicultural	Revisão preferencial por profissional Surdo prevista na portaria e aplicada em parte dos	Revisão por profissional Surdo nem sempre possível; sobrecarga e isolamento dificultaram esse

	trabalhos.	acompanhamento.
--	------------	-----------------

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A análise comparativa apresentada na Tabela 14 evidencia transformações significativas no processo de tradução e interpretação em Libras–Português no contexto do Departamento de Educação Superior (DESU) do INES, em função das mudanças impostas pela pandemia da COVID-19. O cenário anterior à pandemia caracterizava-se por um modelo colaborativo e sequencial, sustentado por uma equipe fixa e integrada de três profissionais (tradutor-apresentador, tradutor-revisor e tradutor-supervisor), com atividades presenciais e infraestrutura institucional. Esse formato favorecia a padronização dos procedimentos, a troca de saberes e a garantia de qualidade técnica por meio de revisões mútuas e supervisões constantes.

Durante a pandemia, contudo, observa-se uma ruptura nesse modelo coletivo e o surgimento de práticas marcadas pela autonomia individual e improvisação técnica. A migração abrupta para o trabalho remoto exigiu que cada intérprete adaptasse seu próprio espaço de gravação, arcando com custos pessoais e enfrentando dificuldades tecnológicas, como falhas de conectividade e limitações de equipamentos. Além disso, a ausência de uma estrutura institucional de suporte técnico imediato e a redução das interações presenciais impactaram diretamente a qualidade e a coesão das produções.

A variação nos fluxos de trabalho também se destaca: enquanto o processo pré-pandemia seguia etapas bem definidas, da análise terminológica à revisão por pares, o período pandêmico trouxe heterogeneidade nos métodos, especialmente em demandas urgentes, que demandavam respostas rápidas e menor preparo técnico. O isolamento social comprometeu as etapas de revisão colaborativa e supervisão por profissionais Surdos, aspectos essenciais para assegurar a perspectiva bilíngue e bicultural.

Em síntese, a tabela demonstra que a pandemia provocou não apenas uma adaptação emergencial do trabalho dos Tradutores e Intérpretes de Libras–Português, mas também uma reconfiguração das práticas profissionais, revelando tanto desafios estruturais e formativos quanto estratégias criativas de superação. Essa experiência evidencia a necessidade de investimento em formação específica para atuação em contextos remotos, bem como em infraestrutura tecnológica e políticas institucionais de apoio contínuo aos TILSP, a fim de garantir a qualidade e a acessibilidade das traduções em situações de crise e no pós-pandemia.

8 Síntese Interpretativa dos Resultados: Construindo uma Teoria sobre a Consciência e Competência dos Intérpretes de Libras

Neste capítulo, busca-se refletir sobre a atuação dos intérpretes de Libras a partir das dimensões de consciência e competência, com foco na produção de materiais acessíveis e na mediação do conhecimento para estudantes Surdos no contexto acadêmico. Partindo das práticas observadas durante o período da pandemia, serão discutidas as estratégias adotadas pelos intérpretes para organizar, traduzir e apresentar conteúdos audiovisuais, considerando tanto os aspectos técnicos e metodológicos quanto a responsabilidade ética e pedagógica envolvida.

O objetivo é compreender como a combinação entre consciência crítica e competência técnica orienta a prática tradutória, assegurando a inclusão efetiva, a fidelidade semântica e a clareza comunicativa nos processos de Ensino-aprendizagem.

A prática tradutória dos intérpretes de Libras, especialmente em contextos acadêmicos e de produção audiovisual, não pode ser compreendida apenas como o domínio técnico da língua ou a execução mecânica de etapas metodológicas. Ela exige um equilíbrio dinâmico entre consciência e competência, dimensões que, embora distintas, são complementares e se reforçam mutuamente.

Consciência refere-se à capacidade reflexiva do intérprete em reconhecer os impactos de suas escolhas tradutórias no processo de acessibilidade, avaliando não apenas o conteúdo linguístico, mas também os aspectos culturais, pedagógicos e sociais que permeiam a tradução. Durante a pandemia, por exemplo, essa consciência se revelou quando os intérpretes, mesmo diante da ausência de condições técnicas ideais, priorizaram estratégias que assegurassem a compreensão do estudante Surdo, demonstrando clareza sobre seu papel como mediadores do conhecimento e não apenas como tradutores lineares de um texto. A consciência, portanto, é um exercício ético e crítico que situa o intérprete como sujeito ativo na promoção da inclusão.

Competência, por sua vez, compreende o repertório técnico e profissional que habilita o intérprete a operacionalizar sua prática com qualidade. Isso inclui desde a análise textual e terminológica, destacada por Lemos (2022), até o cuidado com os parâmetros audiovisuais de iluminação, enquadramento e edição, conforme apontam Carneiro, Vital e Souza (2020). Competência não é apenas a execução de técnicas isoladas, mas a integração de saberes linguísticos, tecnológicos e pedagógicos que tornam a tradução eficaz e acessível.

A teoria da Consciência e Competência dos Intérpretes, pensada nesta tese, sustenta que a qualidade da tradução em Libras não pode ser avaliada somente pelo cumprimento de normas técnicas ou metodológicas. É na articulação entre consciência (metarreflexão ética e cultural) e competência (domínio técnico e metodológico) que se consolida a prática tradutória de excelência. Um intérprete competente sem consciência corre o risco de reduzir sua atuação a uma prática mecanicista, insensível às necessidades reais do público Surdo. Por outro lado, um intérprete consciente sem competência técnica pode comprometer a clareza, a estética e a precisão da tradução.

Assim, o desenvolvimento profissional dos intérpretes de Libras deve ser orientado por uma formação que integre essas duas dimensões, promovendo tanto a aquisição de competências linguísticas, técnicas e tecnológicas, quanto o fortalecimento da consciência crítica acerca de seu papel social. Essa articulação permite compreender que a tradução em Libras, sobretudo no campo acadêmico, não é apenas um processo técnico, mas uma prática estratégica de inclusão, que demanda do intérprete responsabilidade, sensibilidade e constante aperfeiçoamento.

9. Considerações Finais

A presente pesquisa evidencia um conjunto complexo de desafios, adaptações e possibilidades no exercício profissional dos intérpretes. Os resultados obtidos a partir das entrevistas com os TILSP, da análise das respostas dos discentes e da observação dos vídeos traduzidos permitiram traçar um panorama detalhado sobre as práticas tradutórias, as limitações enfrentadas e as estratégias adotadas nesse período excepcional.

Primeiramente, observou-se que a atuação dos intérpretes esteve fortemente marcada por condições técnicas e estruturais adversas, que exigiram adaptações individuais e criativas como a reorganização de espaços domésticos, o uso de equipamentos pessoais e a conciliação entre demandas profissionais e familiares. Esses elementos, associados à formação empírica em tradução audiovisual, evidenciam a necessidade de capacitação contínua e direcionada para contextos de tradução acadêmica em formato multimodal. Nesse sentido, as reflexões teóricas de Lemos (2022) e de Carneiro, Vital e Souza (2020) mostraram-se relevantes como referências metodológicas adaptáveis, oferecendo subsídios para compreender a complexidade da tradução intermodal em contextos educacionais.

No que se refere aos conteúdos traduzidos, verificou-se predominância de gêneros acadêmicos como slides de aula, materiais de apoio, editais, comunicados e artigos. Esses materiais foram essenciais para a manutenção da aprendizagem e da inclusão dos estudantes Surdos, funcionando como uma verdadeira ponte entre docentes, instituição e discentes. A tradução para Libras assumiu, assim, um papel estratégico e pedagógico, reconhecido pelos estudantes como mediadora da compreensão, facilitadora da autonomia e instrumento de equidade no Ensino Superior especialmente em um cenário de Ensino remoto emergencial. Entretanto, as análises também revelaram fragilidades significativas, como a baixa qualidade de alguns vídeos, a escassez de materiais acessíveis e limitações técnicas nas plataformas digitais.

Tais problemas demonstram que a existência da tradução não garante, por si só, a inclusão plena, pois a efetividade da acessibilidade depende de condições adequadas de produção e difusão. Esses obstáculos reforçam a distância entre o que é legalmente previsto pelo Decreto nº 5.626/2005 e o que efetivamente ocorre na prática institucional, apontando para a urgência de investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação técnica e planejamento institucional das produções audiovisuais.

A análise dos vídeos evidenciou avanços concretos na qualidade técnica e comunicacional das traduções, sobretudo a partir de janeiro de 2021, quando a equipe passou a adotar fundos neutros, iluminação adequada, uso de tripés e maior atenção ao contraste visual. Essas melhorias alinham-se às normas de acessibilidade audiovisual do MinC (2015) e da FEBRAPILS (2017), e demonstram a importância de um planejamento metodológico estruturado que integre aspectos linguísticos, estéticos e pedagógicos. Dessa forma, a tradução deixa de ser um ato meramente técnico e se consolida como uma prática reflexiva, colaborativa e estratégica, essencial para a promoção da acessibilidade e da inclusão acadêmica.

A pesquisa confirma que a tradução de conteúdos acadêmicos para Libras no DESU, durante a pandemia, foi marcada por consciência profissional e competência técnica, mesmo diante de limitações emergenciais. A experiência demonstra que o processo tradutório é multidimensional, exigindo sensibilidade linguística, domínio técnico e planejamento pedagógico. As práticas observadas reforçam a importância de consolidar diretrizes institucionais, promover formação continuada para os intérpretes e fortalecer a integração entre equipes para que a acessibilidade

linguística no Ensino Superior se torne uma realidade cotidiana, eficaz e inclusiva e não apenas uma obrigação legal.

Em termos metodológicos, a triangulação dos instrumentos questionários com intérpretes, questionários com os alunos e observação de vídeos traduzidos permitiu uma compreensão ampla e multifacetada do fenômeno investigado. Todavia, é necessário reconhecer algumas limitações inerentes ao recorte adotado: o número reduzido de participantes e a concentração da amostra em uma única instituição (INES) restringem a possibilidade de generalização dos resultados. Além disso, a coleta de dados em um contexto excepcional, a pandemia da COVID-19, reflete condições emergenciais que podem não representar integralmente a dinâmica cotidiana das práticas tradutórias em períodos regulares.

Ainda assim, as contribuições do estudo são expressivas. A pesquisa reforça a compreensão da tradução em Libras não apenas como um ato técnico de mediação linguística, mas como um processo pedagógico, cultural e político, profundamente articulado à promoção da equidade e ao reconhecimento da diferença linguística. As análises evidenciam que a qualidade da tradução está diretamente relacionada à integração entre competência técnica, consciência pedagógica e planejamento coletivo, dimensões essenciais para a efetivação da educação bilíngue no Ensino Superior.

No tocante às perspectivas futuras, recomenda-se o aprofundamento de estudos comparativos entre diferentes instituições e modalidades de Ensino presencial, remoto e híbrido, bem como a investigação sobre o impacto da tradução audiovisual na aprendizagem e no engajamento acadêmico de estudantes Surdos. Pesquisas longitudinais que acompanhem o desenvolvimento de competências dos TILSP ao longo do tempo podem revelar a influência da formação continuada, do uso de tecnologias e do trabalho colaborativo na qualidade da tradução e na experiência educacional dos discentes.

Adicionalmente, há um campo promissor para a integração entre tecnologias emergentes, como inteligência artificial e softwares de tradução intermodal, e a prática dos intérpretes. Essa interface pode ampliar as possibilidades de inovação e aprimoramento técnico, desde que acompanhada de reflexão ética e pedagógica, assegurando que a tecnologia sirva como aliada, e não substituta, da competência humana e da sensibilidade cultural envolvidas na tradução em Libras.

Em síntese, o estudo cumpriu seus objetivos propostos, ao analisar criticamente os processos de tradução acadêmica para Libras durante a pandemia e

evidenciar tanto as fragilidades estruturais quanto os avanços profissionais que emergiram desse contexto. A pesquisa oferece uma contribuição teórica e prática relevante para o fortalecimento da acessibilidade linguística e da educação bilíngue de Surdos no Brasil. Apesar das limitações metodológicas, consolida-se como uma base sólida para futuras investigações e para a formulação de políticas institucionais voltadas à qualificação dos processos tradutórios e à promoção de uma universidade verdadeiramente inclusiva, ética e democrática.

10. Referencias

ANDRADE, G. E.; NAVE V.M. Tradução e interpretação educacional de Libras-língua portuguesa no Ensino Superior: desdobramentos de uma atuação. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 59, n. 1, p. 601–622, 2020.

ARAUJO, H.L.M.R; BRAGA, A.C.C. A história da Língua Brasileira de Sinais. **Revista Educação e Ensino**. Fortaleza. v.3. n.2, jul/dez. 2019

ARAÚJO, V. L. S.; ALVES, S. Tradução audiovisual acessível (TAVa): audiodescrição, janela de libras e legendagem para Surdos e ensurdecidos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 56, p. 305-315, 2017.

AVELAR, T. F. **A questão da padronização de sinais nos atores-tradutores surdos do curso de Letras-Libras da UFSC: um estudo descritivo e lexicográfico do sinal ‘cultura’**. 111f. Dissertação de Mestrado apresentada na Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, UFSC: Florianópolis, 2010.

BARROS, E.M. O Mundo do silêncio? Uma breve contextualização da trajetória do Indivíduo Surdo na humanidade. **Revista virtual de cultura Surda e Diversidade**, v.7. p.7, 2011.

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. A; SIMIONI, J.Z; Surdos no Ensino Superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.139, jan./abr. 2010

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense. 1999

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria do Audiovisual. *Guia para produções audiovisuais acessíveis com audiodescrição das imagens*. Brasília: Ministério da Cultura, 2015. Disponível em <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/biblioteca-cultura-viva/documentos-e-publicacoes/documentos/minc-guia-para-producoes-audiovisuais-acessiveis-com-audiodescricao-das-imagens-2016.pdf/@download/file>

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996

_____. Ministério da Educação. Portaria no 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. BRASIL

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União. , Brasília, 25 de abril de 2002

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva . Brasília: 2008

_____. MEC/SEESP. Presidência da República. Decreto nº 6.571, de 17 de março de 2008a. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art.60 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007.

_____. Ministério da Educação. Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF., 2014

_____. Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus–COVID-19. Ministério da Educação MEC. 2020^a

_____. Portaria Nº 345, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Ministério da Educação (MEC). 2020b

_____, J.M.R; CÁ, T.G.S, PAVÃO, S.M.O. Estratégias De Ensino E Aprendizagem Para Surdos no Ensino Superior. **Revista Escritas do Tempo** –v. 3, n. 8, mai-ago/2021

CAMPELLO, A. R. S **Aspectos da visualidade na educação de Surdos**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2008

_____, , CASTRO, NPC. Introdução da Glosinais como ferramenta de tradução/interpretação das pessoas Surdas brasileiras. **Revista Escrita**. PUC-RJ. 2013

_____,; REZENDE, PLF. Em defesa da escola bilíngue para Surdos: a história de lutas do movimento Surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. Editora UFPR. 2014

_____,. Intérprete Surdo de Língua de Sinais brasileira: o novo campo de tradução /interpretação cultural e seu desafio. **Cadernos de Tradução** (UFSC), Florianópolis, no 33, p.143-167, jan/jun, 2014.

BASSNETT, S. **Estudos da tradução**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CAMPOS, M. L.I.L. **Educação Inclusiva para Surdos e as políticas vigentes**, In: LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F (org.) *Tenho um aluno Surdo, e agora?* Introdução à Libras e educação de Surdos são Carlos, SP; UFSCAR, 2013

CARNEIRO, T. D.; LEMOS, G. de S. . **Panorama histórico de cursos de formação de Tradutores-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa**. Belas Infieis, Brasília, Brasil, v. 10, n. 2, p. 01–36, 2021.

CUNHA,M.; GONZALES M.S.;CASTRO, H.C. Reflexões sobre a formação do Intérprete e o desenvolvimento acadêmico do Surdo Brasileiro. **Revista Educação Especial Santa Maria**. V.36. 2023

CRUZ, L.A; GUEDES, M.A. LEMOS, A.M. Literatura Surda: Análise De Um Conto Infantil À Luz Da Tradução Intercultural E Intermodal. **Cad. Trad.**, Florianópolis, v. 41, nº esp. 2, p. 223-249, ago/dez, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES). *Página do INES*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/>. Acesso em: 8 nov. 2025.

LACERDA, C. B. F. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação da FaE/PPGE/UFPEl**,36,133-153. 2010

LACERDA, C. B. F. de. **Intérprete de libras em atuação na escola infantil e no Ensino fundamental**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LAGUNA, M. C. V. **Moralidade, idoneidade e convivência: discursos sobre as práticas dos repetidores de classe do INES no período de 1855 a 1910 que incidem na atuação profissional dos tradutores-intérpretes de línguas de sinais da atualidade**. [Dissertação de Mestrado em Educação –Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/Rio Grande do Sul: UFRGS].2015

LEITE, E. M. C. (2004). **Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva**. [Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada – Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ

LEMOS, G. S. **Panorama (inter)nacional da história da atuação de Tradutores-Intérpretes de Línguas de Sinais entre os séculos XIV a XXI**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (lato sensu) em LIBRAS – TILS: Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais. Belo Horizonte/Minas Gerais:

Faculdade Batista de Minas Gerais / Instituto Pedagógico de Minas Gerais (FBMG/IPEMIG), 2020.

_____, G. S.; CARNEIRO, T. D. Panorama histórico de cursos de formação de Tradutores-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa. **Revista Belas Infiéis**, Brasília, Brasil, v. 10, n. 2, p. 01–36, 2021.

_____, G.S. **Formação De Tradutores De Textos Escritos Em Português Para Textos-Vídeos Em Libras: Das Teorias Pedagógicas E Didáticas Da Tradução À Concepção De Um Curso De Extensão No Instituto Nacional De Educação De Surdos (Ines)**. Tese de Doutorado. Pontífica Universidade Católica. Abril 2023

_____, G. S. Capítulo 07 (impresso) - **Panorama bibliográfico de pesquisas brasileiras de tradução de poesias de Português/Libras/Português de 2007 a 2020: levantamento de categorias e etapas de tradução**. In: Letícia Fonseca Braga Machado. (Org.). Letras e educação: encontros e inovações. Volume I. 1ed. São Paulo: Editora Dialética, 2022, v. 1, p. 183-230

LIMA, M. A.S.; FERNANDES, S. **Identidades, Culturas E Diferenças: Desafios E Perspectivas Da Inclusão De Estudantes Surdos No Ensino Superior**, Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.3, p.28121-28137mar 2021

MARTINS, D. A. **Trajetórias de formação e condições de trabalho do intérprete de Libras em Instituições de Educação Superior**. [Dissertação de Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontífica Universidade Católica de Campinas. Campinas/São Paulo: PUC-Campinas]. 2009

MOSCOVICI, F. **Equipes que dão certo: a multiplicação do talento humano**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

NOGUEIRA, T. C.; GESSER, A. As pessoas não sabem o significado de apoio: percepções e competências no trabalho em equipe na cabine de interpretação libras-português em contexto de conferência. **Revista Translatio**, Porto Alegre, n. 15, jun. 2018.

NOVAK, P. A política do corpo. Texto apresentado no V Encontro de Performance do Instituto Hemisférico. Belo Horizonte. 2005.

PAGURA, R.,. **A Interpretação de Conferências**: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. D.E.L.T.A., v. 19, n. spe, 2003. p. 209-236

PINTO, F. B. O silencioso despertar do mundo Surdo brasileiro. Fênix: **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 3, n. 2, p. 1- 14, 2006

QUADROS, Ronice Müller de; SOUZA, Saulo Xavier. Aspectos da tradução/encenação na língua de sinais brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso de Letras Libras. **Estudos Surdos III**, v. 1, p. 170-209, 2008.

_____, R. M. **O Tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial**, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília/DF: MEC; SEESP. 2004

_____, R.M. Políticas Linguísticas e educação de Surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n.69. mai/ago 2006

REIS, F.; LIMA, M.D. Educação Bilíngie de Surdos na LDB: Uma nova conquista do Movimento Surdo. **Educação Temática Digital Campinas**, SP v.24 n.4 p. 761-780 out./dez. 2022 2022

RODRIGUES, C. H. Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal. **Revista Trabalhos em Linguística Aplicada (UNICAMP)**, v. 57, n. 1, p. 287-318, 2018a.

_____. e BEER, H. Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? **Cadernos de Tradução**, 35, 17-45. 2015.

_____; SANTOS, S. A. A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. **Tradução em Revista**, n. 24. 2018

_____; CHRISTNANN F. As Pesquisas Brasileiras Sobre Tradução E Interpretação De Línguas De Sinais: Os Etils Na Pós-Graduação **Em Estudos Da Tradução**. 2023

RÓNAL, Paulo. **Escola de tradutores**. Rio de Janeiro/RJ. Nova Fronteira, 1987.

ROSA. A. S.. **Entre a visibilidade da tradução da Língua de Sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. [Dissertação de Mestrado em Educação – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/São Paulo: UNICAMP]. 2005

RODRIGUES, C. H. **Formação de intérpretes e tradutores de Língua de Sinais nas universidades federais brasileiras**: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. *Revista Translatio*, [S. l.], n. 15, p. 197-222, 2018.

RODRIGUES, C. H.; BEER, H. Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 35, p. 17-45, 2015.

SANTOS, S. A. **Intérpretes de Língua de Sinais**: um estudo sobre as identidades. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, S. A. Tradução e interpretação de Língua de Sinais: deslocamentos nos processos de formação. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 145-164, out. 2010.

SILVA, T. T. da. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SKLIAR, C. Os estudos em educação: problematizando a normalidade. In: _____. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 7-32.

SOUZA, N. T. S. de. **A relevância do trabalho em equipe no processo de tradução**. Cuiabá, MT: PPGEL/UFMT, 2017.

SOUZA, S. X. de et al. **Performances de tradução para a Língua Brasileira de Sinais observadas no curso de Letras-Libras**. Dissertação de Mestrado apresentada na Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, UFSC: Florianópolis, 2010.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2016.

SACKS, O.W. *Vendo Vozes : uma viagem ao mundo dos Surdo*. São Paulo.: Companhia das Letras, 2010.

SAITO, DS. SCOLARI, SHP; FELICIO, MD. O design de material didático e o processo de tradução/interpretação (Libras/Português): uma aproximação possível. sBC - Brazilian Computer Society. 2011.

SANTOS S. A. Tradução e interpretação de Língua de Sinais: deslocamentos nos processos de formação. **Cadernos de Tradução**, 2, 145-164. 2010

SANTOS, G.G. F; BARBOSA, T. S. **A Acessibilidade De Alunos Com Surdez No Ensino Superior, Durante A Pandemia Da Covid-19**. Tese de Doutorado. Pontífica Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 2021

SANTOS, S. K. da S. de L., Silva, Q. P. da, Mendes, N. F. O., Rezende, R. C. F. de. Surdos e acesso à informação: antes, durante e após a pandemia da covid-19. *Holos—II Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia*. 37(3), 1-12. 2021

SANTOS, S. **A. Intérpretes de Língua de Sinais: um estudo sobre as identidades**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, S. A. Tradução e interpretação de Língua de Sinais: deslocamentos nos processos de formação. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 145-164, out. 2010.

SHIMAZAKI, EM; MENEGASSI, RJ; FELLINI, DGN. Ensino remoto para alunos Surdos em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015476, p. 1-17, 2020

SILVA, L.O; CUNHA, D.A. Histórias De Inclusão: A Língua Brasileira De Sinais Na Rede Municipal De Castanhal, PA. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 2, n. 6, p. 1-23, out./dez. 2021.

SILVA, C.B; MOTTA, S. G.; SILVA, A.R. N. **Educação Especial e Acessibilidade do Educando Surdo no Ensino Superior**. Educação, Inclusão e Diversidade: Abordagens e experiências, Volume 1. Editora e-Publicar. 2023

SILVA, R. Q. da; GUARINELLO, A. C.; MARTINS, S.E. S. O. O intérprete de Libras no contexto do Ensino Superior. **Revista Teias**, v.17, n.46. Observatórios de Educação Especial e Inclusão Escolar, 2016.

SILVA, Poliana Barboza da; SANCHES, Isabel. A inclusão do estudante Surdo no Ensino Superior: o que dizem os Surdos? 2017

SILVA, D. N. "**Língua Brasileira de Sinais (Libras)**". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-sinais-Libras.htm>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SILVA, T. T. da. *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Silveira, L. C., Regina, A., e Campello, S. (2015). Materiais didáticos em Libras como facilitadores do processo inclusivo. **Revista Espaço**, 220-239. 2015

SKLIAR, C. Os estudos em educação: problematizando a normalidade. In: _____. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 7-32.

SOUZA, N. T. S. de. *A relevância do trabalho em equipe no processo de tradução*. Cuiabá, MT: PPGEL/UFMT, 2017.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2016.

APÊNDICE 1 PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO PARA INTÉRPRETES

Informações Pessoais

1. Qual seu nome? Essa informação não será utilizada na pesquisa.
2. Qual a sua formação como tradutor?
 - Curso de extensão em tradução interpretação;
 - PROLIBRAS;
 - Pós EM Tradução e interpretação em Libras;
 - Técnico em tradução e interpretação;
 - Graduação em Letras Libras,
 - Outro...
3. Há quanto tempo você atua como intérprete de Libras no INES-DESU ?
 - Menos de 5 anos
 - 5 a 10 anos
 - Mais de 11 anos
4. Por quanto tempo esteve na equipe de tradução do DESU, no período da pandemia (2020 – 2023)?
 - Menos que 6 meses
 - 7 meses até 1 ano
 - Por mais de 2 anos

Organização da Equipe de Tradução de Libras no DESU – INES

1. Você consegue explicar como ficou a organização da equipe de tradução de Português para Libras no período da pandemia?
2. Quais foram os principais desafios enfrentados por você ao atuar na equipe de tradução de Libras no DESU durante o período pandêmico?
3. Você precisou comprar equipamentos para realizar este trabalho, além dos quais você recebeu da gestão? Quais adaptações foram necessárias? (vc pode escolher mais de uma)

- Não comprei. Gravei com meu celular
 - Não comprei. Tinha uma câmera pra gravação
 - Não comprei. Já tinha um tripé
 - Não comprei. Já recebi chroma-key
 - Não comprei. Já tinha suporte pra chroma-key
 - Sim. Comprei um novo celular
 - Sim. Comprei tripé
 - Sim. Comprei ChromaKey
 - Sim. Comprei suporte pra chroma-key
 - Pinte uma parede da casa
4. Consegue identificar quantas traduções realizou neste período da pandemia ?
- 1 a 5 traduções
 - 6 a 10
 - Mais de 10
 - Não recorde a quantidade
5. Quais foram os tipos de materiais que você realizou a tradução no período da pandemia? (pode escolher mais de um)
- Livros
 - Artigos Acadêmicos
 - Slides de Aulas
 - Editais
 - Materiais de apoio pra aula
 - Avisos/comunicados
 - Outros..
6. Durante as atividades remotas quais as limitações encontradas para realizar as atividades?
- Tenho filh@s e pessoas que dependiam de mim
 - Não tinha estrutura física ou tecnológicas para realizar as atividades
 - Simplesmente não conseguia realizar nenhuma atividade em casa
 - Não tive nenhuma limitação
 - As limitações encontradas foram outras. Quais?
7. Das etapas listadas abaixo, selecione quais você utilizou no seu processo de tradução no período da pandemia:

- **Leitura e releitura do texto** – O tradutor faz a leitura e releitura detalhada do texto, com anotações sobre personagens, tempo espaço, entre outras relevantes para o contexto
- **Interpretação do texto**- Compreensão do significado do texto. Identificação da intenção do autor e das estruturas semânticas.
- **Busca e consulta terminológica** - Pesquisa de palavras desconhecidas em Português e Libras. Identificação de neologismos e estudo do vocabulário em Libras.
- **Estudo linguístico da Libras** - Identificação dos elementos visuais e espaciais que podem ser usados na tradução. Definição de apontações dêiticas e representações imagéticas.
- **Planejamento da tradução do texto**, Definição das unidades de tradução e busca por equivalência entre as línguas
- **Organização textual da sinalização em glosas escritas** - Transcrição da tradução usando glosas para mapear a sinalização; Revisão da estrutura e coerência da versão escrita em glosas.
- **Composicionalidade do tradutor-ator da filmagem** - Escolha de vestimentas e plano de fundo para a gravação.
- **Filmagem** Gravação da tradução em um ambiente adequado (estúdio, iluminação, teleprompter, etc.).
- **Edição** - Inclusão de efeitos visuais e transições; Inserção de imagens e palavras em Português para contextualização.
- **Revisão final do vídeo-registro** - Revisão do vídeo. Caso necessário, realização de refilmagens para correção de erros.
- **Comentários à tradução** - Reflexão sobre dificuldades e estratégias utilizadas.

8. Você também atuou na equipe da tradução antes do período da pandemia?

Antes de 2020?

- Sim
- Não

9. **(Apenas pra quem atuou na Tradução antes da pandemia)** Quais foram os tipos de materiais que você realizou a tradução **no período antes da pandemia?** (pode escolher mais de um)

- Livros
- Artigos Acadêmicos
- Slides de Aulas
- Editais
- Materiais de apoio pra aula
- Avisos/comunicados
- Outros..

10. **(Apenas pra quem atuou na Tradução antes da pandemia)** Você notou diferenças significativas no processo de tradução entre o período pré-pandêmico e o período pandêmico? Se sim, quais foram essas diferenças?

Avaliação das Traduções em Libras

11. Você recebeu Feedback dos estudantes Surdos de alguma tradução que foi realizada?
- Sim
 - Não
12. Como foi receber esse feedback?
- Tranquilo
 - Complicado
13. Caso tenha sido complicado, explique, por favor o motivo.

Considerações Finais

1. Na sua opinião, quais são as principais lições aprendidas com relação à tradução de textos em Língua Portuguesa para Libras durante o período pandêmico?
2. Existe algo mais que você gostaria de compartilhar em relação à sua experiência como intérprete de Libras no INES-DESU durante a pandemia?

APÊNDICE 2 – PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO PARA DISCENTES

Informações Pessoais

1. Nome:
2. Idade:
3. Qual Sua Formação Acadêmica atual dentro do DESU?
 - a) Graduação
 - b) Pós Graduação
 - c) Mestrado

Tradutores e Traduções

1. **Você conhece quem são os tradutores de Libras no DESU-INES?**
 - a) Sim
 - b) Não
 - c) Não tenho certeza
2. **Você considera que a resolução e iluminação dos vídeos traduzidos no período da pandemia dificultaram a compreensão do conteúdo?**
 - a) Sim
 - b) Não
 - c) Não tenho certeza
3. **Quais tipos de textos ou materiais em Língua Portuguesa traduzidos para Libras pelo DESU você teve acesso antes da pandemia? (pode marcar mais de um)**
 - a) Livros
 - b) Artigos acadêmicos
 - c) Slides de aula
 - d) Editais
 - e) Materiais de Apoio para a aula
 - f) Comunicados/avisos
 - g) outros/especificar _____
4. **Quais tipos de textos ou materiais em Língua Portuguesa traduzidos para Libras pelo DESU você teve acesso no Período da pandemia? (pode marcar mais de um)**
 - a) Livros
 - b) Artigos acadêmicos
 - c) Slides de aula
 - d) Editais
 - e) Materiais de Apoio para a aula
 - f) Comunicados/avisos
 - g) outros/especificar _____
5. **Você acha que a interação do tradutor Intérprete de Libras com recursos visuais (imagens, tabelas e gráficos) no material em vídeo, facilitam o processo de compreensão do Conteúdo do texto?**
 - a) Sim. Dão mais clareza ao material traduzido.
 - b) Não. Não faz a menor diferença. Atrapalham a sinalização
 - c) Não sei opinar sobre isso

14. Você teve dificuldades para acessar os materiais traduzidos em Libras durante a pandemia?

- ☐ Sim, muitas dificuldades
- ☐ Sim, algumas dificuldades
- ☐ Não tive dificuldades
- ☐ Não utilizei materiais traduzidos

7. Qual foi a principal dificuldade que você encontrou no acesso aos materiais em Libras?

- ☐ Pouca disponibilidade de vídeos traduzidos
- ☐ Traduções de baixa qualidade na imagem
- ☐ Falta de acessibilidade nas plataformas digitais
- ☐ Outro (Especificar: _____)

8. Comparando antes e durante a pandemia, você acha que o suporte em Libras para os alunos Surdos:

- ☐ Melhorou
- ☐ Permaneceu igual
- ☐ Piorou
- ☐ Não sei dizer

9. O que poderia melhorar na tradução de materiais acadêmicos para Libras?

- ☐ Mais materiais traduzidos para Libras
- ☐ Melhor qualidade técnica dos vídeos (iluminação, áudio, etc.)
- ☐ Disponibilização dos materiais com mais antecedência
- ☐ Outro (Especificar: _____)

10. Quais desafios você enfrentou ao acessar materiais acadêmicos traduzidos para Libras pelo DESU durante o período pandêmico?

- a) Pouco tempo para estudo do material
- b) Qualidade da tradução (iluminação ruim, resolução de baixa qualidade)
- c) Dificuldade de acesso aos materiais traduzidos (Sem acesso à Internet)
- d) Outros (por favor, especifique): _____

11. Como você acredita que esses desafios poderiam ser superados?

- a) Maior recursos de equipamentos para tradução
- b) Maior uso da Tradução pelos Professores
- c) Disponibilidade dos vídeos traduzidos em uma plataforma Institucional
- d) Outros (por favor, especifique): _____

APÊNDICE III -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INFORMAÇÕES AOS PARTICIPANTES

1 – TÍTULO DA PESQUISA: TRADUÇÃO DE TEXTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR NO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES): DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PERÍODO PANDÊMICO BRASILEIRO

2 – CONVITE: Prezado(a) Intérprete, você está sendo convidado (a) a participar dessa pesquisa. Antes de decidir se participará, é importante que entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa. Caso concorde, você receberá uma via deste termo.

3 – O QUE É A PESQUISA?

Esta pesquisa é um estudo no âmbito do curso de Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Tecnologia e Inclusão, da Universidade Federal Fluminense (PGCTIN/UFF).

A pesquisa consiste em investigar os profissionais Intérpretes do Departamento de Ensino Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no que envolve a relação destes com sua atuação na Tradução de Materiais de Português para Libras no período Pandêmico (2020 – 2023). O tema foi escolhido pois a relevância desta pesquisa se centra em estabelecer discussões que permitam compreender a atuação do profissional Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa (TILSP) e as limitações, necessidades e avanços no desenvolvimento de sua atuação na tradução de materiais na língua portuguesa para a Língua de Sinais, dentro do novo contexto que estamos inseridos, o Ensino remoto, buscando propostas e reflexões de como tornar possíveis a produção destes materiais neste contexto. Além disso, pretendemos refletir sobre a importância de tornar acessível todos os materiais de acesso aos estudantes e professores Surdos do DESU; compreendendo o papel educativo do profissional TILSP no espaço acadêmico. O estudo se desenvolverá por meio de Estudo de caso participante com TILSPs da equipe de tradução de materiais de língua portuguesa para Libras do DESU; Entrevista com os profissionais TILSPs da equipe de tradução de materiais de língua portuguesa para Libras do DESU; e Questionário enviado aos alunos Surdos da Graduação do Departamento de Ensino Superior do INES.

3 – QUAL É O OBJETIVO DO ESTUDO?

A pesquisa tem como objetivo geral Investigar e descrever o processo de tradução de textos em língua portuguesa para Libras no Departamento de Ensino Superior do INES no período da pandemia de COVID-19

4 – POR QUE VOCÊ FOI ESCOLHIDO (A)

Porque você atua como Intérprete de Libras no setor em que a pesquisa será realizada, possui experiência na área e tendo atuado no Período da Pandemia. Por conta disso, consideramos a sua participação uma grande parceria nesta empreitada. Gostaríamos de entrevistá-lo(a) a fim de compreender sobre sua atuação no Processo de Tradução de Materiais para Libras no Departamento de Ensino Superior (DESU) do INES no Período da Pandemia. Vale lembrar que os horários para realização das entrevistas serão combinados previamente, respeitando a disponibilidade dos(as) Intérpretes participantes. As conversas serão registradas por meio de gravador de voz.

5 – EU TENHO QUE PARTICIPAR?

Você decide se gostaria de participar ou não desta pesquisa. Se decidir participar, deverá assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, presente na terceira página deste documento. Serão entregues duas vias do documento, ficando uma via em responsabilidade da pesquisadora e outra via com o participante. Ainda que decida participar, você tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento e sem dar justificativas.

7 – MINHA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA SERÁ MANTIDA EM SIGILO?

Sim. Não será informado o nome dos profissionais e dos alunos que participarem da pesquisa. O registro de voz das entrevistas ficará sob responsabilidade da pesquisadora responsável, sendo utilizado apenas para fins de pesquisa. Se você perceber algum problema sobre sigilo deve me procurar ou o Comitê de Ética em Pesquisa.

8 – O QUE ACONTECE QUANDO O ESTUDO TERMINA?

Quando o estudo terminar, os resultados serão apresentados em Eventos de Tradução e Interpretação em Libras dentro e fora do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

9 – CONTATO PARA INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Se você precisar de informações adicionais sobre a participação na pesquisa é só se comunicar com a Pesquisadora Responsável ou com o próprio Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP Humanas).

Pesquisadora Responsável: Adriana Lopes do Espírito Santo

Telefone: (21) 994924217

E-mail: adrianalopes@ines.gov.br

Dados do Comitê de Ética e Pesquisa Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP Humanas).

Campus da UFF da Praia Vermelha Instituto de Física.

3º andar (Torre nova)

Telefone: (21) 2629-5119

Email: eticahumanas.comite@id.uff.br

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

Obrigada por ler estas informações. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida, assinada e entregue à pesquisadora responsável.

A outra cópia deverá ser guardada por você para o seu próprio registro.

Concordo em participar da pesquisa, colaborando com as entrevistas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2024.

Assinatura da(o) participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do Local: Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

Título do projeto: Tradução de textos de Língua Portuguesa para Língua Brasileira de Sinais no Ensino Superior no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES): desafios e possibilidades no período pandêmico brasileiro

Nome do investigador: Adriana Lopes do Espírito Santo

Assinatura do investigador: _____

Data: ____/____/____

1 – Confirmo que li e entendi a folha de informações para o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem que meus direitos legais sejam afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima. Nome do participante:

Assinatura do participante:

Data:

____/____/____

APÊNDICE IV -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INFORMAÇÕES AOS PARTICIPANTES – alunos

1 – TÍTULO DA PESQUISA: TRADUÇÃO DE TEXTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR NO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES): DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PERÍODO PANDÊMICO BRASILEIRO

2 – CONVITE:

Prezado(a) Aluno, você está sendo convidado (a) a participar dessa pesquisa. Antes de decidir se participará, é importante que entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa. Caso concorde, você receberá uma via deste termo.

3 – O QUE É A PESQUISA?

Esta pesquisa é um estudo no âmbito do curso de Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Tecnologia e Inclusão, da Universidade Federal Fluminense (PGCTIN/UFF).

A pesquisa consiste em investigar os materiais traduzidos para Libras no período Pandêmico (2020 – 2023). no Departamento de Ensino Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O tema foi escolhido pois a relevância desta pesquisa se centra em estabelecer discussões que permitam compreender a atuação do profissional Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa (TILSP) e as limitações, necessidades e avanços no desenvolvimento de sua atuação na tradução de materiais na língua portuguesa para a Língua de Sinais, dentro do novo contexto que estamos inseridos, o Ensino remoto, buscando propostas e reflexões de como tornar possíveis a produção destes materiais neste contexto. Além disso, pretendemos refletir sobre a importância de tornar acessível todos os materiais de acesso aos estudantes e professores Surdos do DESU; compreendendo o papel educativo do profissional TILSP no espaço acadêmico. O estudo se desenvolverá por meio Entrevista com os profissionais TILSPs da equipe de tradução de materiais de língua portuguesa para Libras do DESU; e Questionário enviado aos alunos Surdos da Graduação do Departamento de Ensino Superior do INES.

4 – QUAL É O OBJETIVO DO ESTUDO?

A pesquisa tem como objetivo geral Investigar e descrever o processo de tradução de textos em língua portuguesa para Libras no Departamento de Ensino Superior do INES no período da pandemia de COVID-19

5 - COMO SERÃO OS PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS?

Primeiramente, serão realizadas entrevistas com os Tradutores Intérpretes de Libras (TILSPs) que atuaram na equipe de tradução de materiais do Departamento de Ensino Superior (DESU) durante o período pandêmico, seguindo um roteiro pré-estabelecido de perguntas (Apêndice I). Em seguida, será aplicado um questionário, traduzido em Libras e enviado via Google Forms, para os alunos Surdos dos cursos presenciais de Graduação, Pós-graduação e Mestrado do DESU do INES, considerando como critério de inclusão aqueles que estiveram matriculados no período compreendido entre março de 2020 e maio de 2023. Para análise, serão selecionadas 30 respostas, distribuídas equitativamente entre os

três níveis de Ensino. Por fim, será realizada a seleção e análise de vídeos traduzidos e publicados no período pandêmico dentro do DESU, a fim de identificar desafios e dificuldades enfrentadas pela equipe de tradução.

6 – POR QUE VOCÊ FOI ESCOLHIDO (A)?

Porque você é aluno(a) Surdo(a) da modalidade Presencial dos Cursos de Graduação, Pós Graduação ou Mestrado no setor em que a pesquisa será realizada, tendo estudado no Período da Pandemia. Por conta disso, consideramos a sua participação uma grande parceria nesta empreitada. Gostaríamos de entrevistá-lo(a) a fim de compreender sobre o Processo de Tradução de Materiais para Libras no Departamento de Ensino Superior (DESU) do INES no Período da Pandemia.

7 – EU TENHO QUE PARTICIPAR?

Você decide se gostaria de participar ou não desta pesquisa. Se decidir participar, deverá assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, presente na terceira página deste documento. Serão entregues duas vias do documento, ficando uma via em responsabilidade da pesquisadora e outra via com o participante. Ainda que decida participar, você tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento e sem dar justificativas.

8 – MINHA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA SERÁ MANTIDA EM SIGILO?

Sim. Não será informado o nome dos alunos que participarem da pesquisa.

9 – O QUE ACONTECE QUANDO O ESTUDO TERMINA?

Quando o estudo terminar, os resultados serão apresentados em Eventos de Tradução e Interpretação em Libras dentro e fora do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

10 – CONTATO PARA INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Se você precisar de informações adicionais sobre a participação na pesquisa é só se comunicar com a Pesquisadora Responsável ou com o próprio Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

Pesquisadora Responsável: Adriana Lopes do Espírito Santo

Telefone: (21) 994924217

E-mail: adrianalopes@ines.gov.br

Dados do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/INES)

Telefone fixo: (21)2285-7546

Endereço: Rua das Laranjeiras, n.º232 Sala 113 Prédio Principal LARANJEIRAS UF: RJ
 Município: RIO DE JANEIRO
 E-mail: cepines@ines.gov.br

Obrigada por ler estas informações. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida, assinada e entregue à pesquisadora responsável. A outra cópia deverá ser guardada por você para o seu próprio registro.

Concordo em participar da pesquisa, colaborando com o questionário
 Rio de Janeiro, ____ de ____ de 2025.

Assinatura da(o) participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do Local: Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)
 Título do projeto: Tradução de textos de Língua Portuguesa para Língua Brasileira de Sinais no Ensino Superior no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES): desafios e possibilidades no período pandêmico brasileiro

Nome do investigador: Adriana Lopes do Espírito Santo

Assinatura do investigador:

Data: ____/____/____

1 – Confirmo que li e entendi a folha de informações para o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem que meus direitos legais sejam afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome _____ do _____ participante:

Assinatura _____ do _____ participante:

Data: ____/____/____
 ____/____/____